

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR
N.º 167, DE 2024
(Do Poder Executivo)
MSC 545/2024
OF 595/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2018, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 545

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2018, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

Brasília, 11 de julho de 2024.

Brasília, 6 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21498/2018/SEIMCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, publicada em 28 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), nos termos da Portaria MVOP nº 668, datada em 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/11/2018 | Edição: 228 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 5.638/SEI, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 21.498/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 668, de 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Apucarana, estado do Paraná, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 595/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2018, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 12/07/2024, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5897338** e o código CRC **9FB15D7F** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37862/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.077023/2013-00.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 09/10/2019, às 12:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4715644** e o código CRC **3FCE0212**.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 4715644

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53000.077023/2013-00
Interessado:	Radio Cultura de Apucarana Ltda
Setor:	Secretaria de Radiodifusão.
CNPJ:	75.273.029/0001-46
Serviço:	Rádio Frequência Modulada
FISTEL:	50414398424
UF:	PR
Localidade:	Apucarana
Tipo:	Renovação Rádio Frequência Modulada
Número do Tipo:	428
Documentos Restritos:	Balanço Patrimonial - eventos SEI n.º 3338691, n.º 3338692, n.º 3338693, n.º 3338694, n.º 3338696, n.º 3338697, n.º 3338699, n.º 3338700.

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa

430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 28/11/2018, às 09:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3624416** e o código CRC **59D9CA52**.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 3624416



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES
PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.077023/2013-00**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 13 de maio de 2014, na unidade SLPOS/GTCO/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Calderaro Guimaraes Pinto, Técnico de Nível Superior**, em 13/05/2014, às 10:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0001037** e o código CRC **53CE6A61**.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 23 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto**, **Técnico de Nível Superior**, em 23/07/2014, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0052477** e o código CRC **F888AD40**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.077023/2013-00**

Interessado: **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 16 (dezesesseis) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 23/01/2014

WEBERSON WAYNE NÓBREGA PEIXOTO

Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial
SDCOM/GTDI/SCE-MC

V.O. 02/05/2014

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF


53000 077023/2013-00

DRNC/SC

30/12/2013-14 55 - 57XUM

A **Rádio Cultura de Apucarana Ltda**, CNPJ nº. 75.273.029/0001-46 tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, requer a Vossa Excelência a **RENOVAÇÃO**, por novo período, da **CONCESSÃO** cujo prazo de outorga já foi renovado pela do Decreto Legislativo nº 300, de 18/09/2008, no DOU 19/09/2008 para explorar o serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

Apucarana, 23 de Dezembro de 2.013



Cinyra Woiski Ignácio
Gerente
CPF: 503.469.389-53

75273029/0001-46
RÁDIO CULTURA DE
APUCARANA LTDA.
AV. DR. MUNHOZ DA ROCHA, 1601
CEP 86800-010
APUCARANA - PR

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR
Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da **Rádio Cultura de Apucarana Ltda**, emissora concessionária dos serviços de radiodifusão sonora em Onda Média, para a localidade de Apucarana, Estado do Paraná, declaro de que não possuímos autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da permissão que será renovada; e não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha e haja a renovação de outorga.

Por ser verdade firmamos a presente declaração.

Apucarana, 23 de Dezembro de 2.013


Cinyra Woiski Ignácio
Gerente
CPF: 503.469.389-53

75273029/0001-46
RÁDIO CULTURA DE
APUCARANA LTDA.
AV. DR. MUNHOZ DA ROCHA, 1601
CEP 86800-010
APUCARANA - PR

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR

Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da **Rádio Cultura de Apucarana Ltda**, emissora concessionária dos serviços de radiodifusão sonora em Onda Média, para a localidade de Apucarana, Estado do Paraná, declaro de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Por ser verdade firmamos a presente declaração.

Apucarana, 23 de Dezembro de 2.013



Cinyra Woiski Ignácio
Gerente
CPF: 503.469.389-53

75273029/0001-46
RÁDIO CULTURA DE
APUCARANA LTDA.
AV. DR. MUNHOZ DA ROCHA, 1601
CEP 86800-010
APUCARANA - PR

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

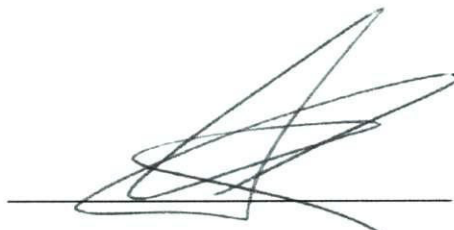
Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR

Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

O SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO NO ESTADO DO PARANÁ, APÓS VERIFICAÇÃO EM SEU BANCO DE DADOS, **CERTIFICA** PARA OS DEVIDOS FINS QUE A **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA**, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 75.273.029/0001-46, EMISSORA EXECUTANTE DO SERVIÇO EM ONDA MÉDIA, NA LOCALIDADE DE APUCARANA/PR, SITUADA À RUA MUNHOZ DA ROCHA, 1601, NÃO É DEVEDORA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL REFERENTE AOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2009 A 2013).

CURITIBA, 18 DE DEZEMBRO DE 2013.



CARLOS HENRIQUE AGUSTINI
PRESIDENTE

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO EST PR 000364		Vencimento 30/04/2009		Exercício 2009	
Código da Entidade Sindical 000.009.019.88359-9		Endereço PC CARLOS GOMES		Número 211	
Complemento 1 ANDAR		CNPJ da Entidade 75.041.871/0001-52		Bairro/Distrito CENTRO	
CEP 80010-140		Cidade/Município CURITIBA		UF PR	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 75.273.029/0001-46	
Endereço R DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA		Número Complemento	
CEP 86800-010	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município APUCARANA	UF PR
		Código Atividade 601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 356,25	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento 0		(+/-) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado	

104-0

10499.78834 59617.775271 30290.001012 2 42230000035625

Código do Cedente 000.009.019.88359-9	Nosso Número 752730290001	Valor do Documento 356,25	Data Vencimento 30/04/2009	Exercício 2009
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

Ministério das Comunicações
Fls. 06
Rubrica 19

10499

CAIXA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA
RUA DA LUTA, 100 - JARDIM LUIZ CARLOS - CURITIBA - PR
FONE: (41) 302-1111
FAX: (41) 302-1112
E-MAIL: caixa@caixa.gov.br
PÁGINA: 10499.78834 59617.775271 30290.001012 2 42230000035625
DATA DE VENCIMENTO: 30/04/2009
VALOR DO PAGAMENTO: 356,25

120-001012-0
VIA DO CONTRIBUINTE



1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST PR 000364		Vencimento 31/01/2010		Exercício 2010	
Endereço A. GUSTO STELLFELD		Número 245	Complemento AP 5 1 AND	Código da Entidade Sindical 000.000.800.03503-8	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 80410-140	Cidade/Município CURITIBA		CNPJ da Entidade 77.969.590/0001-90	
				UF PR	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 75.273.029/0001-46		
Endereço R DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA		Número	Complemento		
CEP 86800-010	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município APUCARANA		UF PR	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 345,78	
Capital Social - Empresa 73.193,00	Nº Empregados Contribuintes		(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa	
		(+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado	

104-0

10499.70351 03617.775279 30290.001012 1 44990000034578

Código do Cedente 000.000.800.03503-8	Nosso Número 752730290001	Valor do Documento 345,78	Data Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a cada 15 dias

029-456/59546-6

29/JAN/2010

HORA DE 17:00:38

EOT: 14.14320-3

ITEM 000700

LOCALIDADE: APUCARANA

AG. VINCULADA: 0379

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

DATA DE VENCIMENTO: 31/01/2010

VALOR DO PAGAMENTO: 345,78

1049970351 03617775279

30290001012 1 44990000034578

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474

Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

029-456/59546-6

VIA DO BANCO

Comunicação
Fls. 07
Rubrica 0

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO EST PR 000364		Vencimento 29/04/2011		Exercício 2011	
Código da Entidade Sindical 000.009.019.88359-9		CNPJ da Entidade 75.041.871/0001-52			
Endereço R. ACA CARLOS GOMES 211 1AND S4		Número 80010-140		Complemento CURITIBA	
Bairro/Distrito CENTRO		CEP 80010-140		UF PR	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 75.273.029/0001-46	
Endereço R. DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA		Número 1601	
CEP 86800-010		Bairro/Distrito CENTRO	
Cidade/Município APUCARANA		UF PR	
Código Atividade 601			

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 455,22	
Capital Social - Empresa		Nº Empregados Contribuintes 17	
Capital Social - Estabelecimento		Total Remuneração - Contribuintes	
Total Empregados - Estabelecimento		(-) Desconto / Abatimento	
Total Empregados - Estabelecimento		(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multa	
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Outros Acréscimos	
Total Empregados - Estabelecimento		PRT (=) Valor Cobrado 455,22	

104-0 10499.78834 59617.775271 30290.001012 2 49520000045522

Código do Cedente 000.009.019.88359-9	Nosso Número 752730290001	Valor do Documento 455,22	Data Vencimento 29/04/2011	Exercício 2011
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

119-716729658-0

29/ABR/2011

HORA DE 15:03:42

LOT. 14.14320-3

TERM 000765

LOCALIDADE: APUCARANA

AG. VINCULADA: 0379

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

DATA DE VENCIMENTO: 29/04/2011

VALOR DO PAGAMENTO: 455,22

1049978834 59617775271
30290001012 2 49520000045522

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

119-716729658-0

VIA DO CLIENTE



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento 30/04/2012 Exercício 2012

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO EST PR 000364			Código da Entidade Sindical 000.009.019.88359-9	
Endereço PRACA CARLOS GOMES 211 1AND S4	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 75.041.871/0001-52	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 80010-140	Cidade/Município CURITIBA	UF PR	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 75.273.029/0001-46	
Endereço R DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	Número 1601	Complemento		
CEP 86800-010	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município APUCARANA	UF PR	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa N° Empregados Contribuintes
16

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
519,47

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.78834 59617.775271 30290.001012 1 53190000051947

Código do Cedente 000.009.019.88359-9	Nosso Número 752730290001	Valor do Documento 519,47	Data Vencimento 30/04/2012	Exercício 2012
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

CEF037930042012057241004111

519,47RC1033

Autenticação Mecânica



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101

Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento	Exercício
30/04/2013	2013

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO EST PR 000364			Código da Entidade Sindical 000.009.019.88359-9	
Endereço PRACA CARLOS GOMES 211 1AND S4	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 75.041.871/0001-52	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 80010-140	Cidade/Município CURITIBA	UF PR	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 75.273.029/0001-46	
Endereço R DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	Número 1601	Complemento		
CEP 86800-010	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município APUCARANA	UF PR	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 592,52	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 18	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos	
PRT		(=) Valor Cobrado	

104-0

10499.78834 59617.775271 30290.001012 3 56840000059252

Código do Cedente 000.009.019.88359-9	Nosso Número 752730290001	Valor do Documento 592,52	Data Vencimento 30/04/2013	Exercício 2013
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

120-677449453-0

30/ABR/2013

HORA DE 15:45:33

LOT. 14.14320-3

TERM 000765

LOCALIDADE: APUCARANA

AG. VINCULADA: 0379

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

DATA DE VENCIMENTO: 30/04/2013

VALOR DO PAGAMENTO: 592,52

1049978834 5961775271
30290001012 3 56840000059252

120-677449453-0

VIA DO CLIENTE



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA

CNPJ: 75.273.029/0001-46

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:22:04 do dia 19/12/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/01/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 001282013-14022029

Nome: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME

CNPJ: 75.273.029/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 13/12/2013.

Válida até 11/06/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 75273029/0001-46**Razão Social:** RADIO CULTURA APUCARANA LTDA**Endereço:** R CLOVIS DA FONSECA SN ESQ AV MUNHOZ ROCHA / CENTRO / APUCARANA / PR / 86800-110

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/12/2013 a 07/01/2014**Certificação Número:** 2013120910343001060340

Informação obtida em 13/12/2013, às 10:07:26.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME**
CNPJ: **75.273.029/0001-46**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:25:29 do dia 12/09/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/03/2014.

Código de controle da certidão: **53E8.8ECC.7D1B.A8BE**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 11275962-45

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **75.273.029/0001-46**

Nome: **RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do requerente, nesta data.

Obs: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Finalidade: acompanhamento de regularidade

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Esta Certidão tem validade até 12/04/2014 - Fornecimento Gratuito





Prefeitura Municipal de Apucarana

SECRETARIA DA FAZENDA

Departamento de Receita Municipal

RUA CENTRO CIVICO JOSE DE OLIVEIRA, 25 - CENTRO CEP: 86800-970

Fone : (43) 3422-4000 - e-mail: receita@apucarana.pr.gov.br

CNPJ : 757712530001/68



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO NR. 4627/2013

O Município de Apucarana, por meio do seu Departamento de Tributação Cadastro Técnico vem através deste Documento Digitalmente Assinado, CERTIFICAR que não constam débitos Tributários e Não Tributários até a presente data da emissão desta Certidão, em nome de:

Contribuinte: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CPF/CNPJ:75.273.029/0001-46

Esta certidão refere-se a Débitos Imobiliário e Mobiliários, sendo que não constam débitos de ambos os tipos

Fica reservado o direito da Fazenda Municipal a qualquer tempo apurar débitos que por ventura venham a ser apurados por meio de lançamentos anuais e/ou fiscalizações.

Esta certidão tem validade de 60 dias após sua emissão

Apucarana em, 13/12/2013

** Documento emitido eletronicamente

Número de Autenticidade:826399620826399

Para Consultar a autenticidade acesse www.apucarana.pr.gov.br

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão menu ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: PR

Município: Apucarana

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	Apucarana	01/05/2004	01/05/2014
RADIO DIFUSORA APUCARANA LTDA	Apucarana	01/05/2004	01/05/2014

Usuário: - Data: 05/05/2014 Hora: 10:58:19

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet tela menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 75.273.029/0001-46

RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIP
CINYRA WOISKI IGNACIO	503.469.389-53	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	PR	Apucarar
		RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Sócio	65874	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Apucarar
MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA	672.208.789-15	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Sócio	7319	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Apucarar

Usuário: anatel\marcella.mc - MARCELLA SOUZA CARNEIRO

Data: 05/05/2014

Hora: 08:45:46



MARCELLA SOUZA CARNEIRO
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet tela menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 503.469.389-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPI
CINYRA WOISKI IGNACIO	503.469.389-53	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	PR	Apucarana
		RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Sócio	65874	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Apucarana

Usuário: anatel\marcella.mc - MARCELLA SOUZA CARNEIRO

Data: 05/05/2014

Hora: 08:45:52

MARCELLA SOUZA
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet tela menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 672.208.789-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPI
MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA	672.208.789-15	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Sócio	7319	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Apucarana

Usuário: anatel\marcella.mc - MARCELLA SOUZA CARNEIRO

Data: 05/05/2014

Hora: 08:45:58

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.077023/2013		
Entidade requerente: RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA		
Localidade: APUCARANA	UF: PR	Serviço: OM
Período: 1º.05.2014 a 1º.05.2024.		

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se aplica	FL (s).
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
1 – requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	X			02
2 – declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	X			03
3 – declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	X			04
4 – certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			05
5 - certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		X		
6 – comprovante de regularidade com o FISTEL ?	X			11
7 - prova de regularidade relativa ao INSS?	X			12
8 - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	X			14
9 - certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			15

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

10 - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	X			16
11 - provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	X			17
12 - certidão de distribuição cível e criminal de todos os sócios e administradores?		X		
13 - certidão da junta comercial ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade?		X		

CONCLUSÃO

A documentação apresentada pela entidade requerente **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:		
Análise:	RUBRICA	DATA
Nome: Fernanda Calderaro Guimarães Pinto Cargo: Analista		Clique aqui para inserir uma data.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES
PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

Protocolo nº: **53000.077023/2013-00**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 13 de maio de 2014, na unidade SLPOS/GTCO/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Calderaro Guimaraes Pinto, Técnico de Nível Superior**, em 13/05/2014, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0001037** e o código CRC **53CE6A61**.



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JG 08749820 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6866

Ofício nº 144/2014/SEI-MC

Ao Senhor Representante Legal da RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA (RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA)
AV. MUNHOZ, Nº 1601- CX. POSTAL 777.
APUCARANA/PR
CEP: 86.800-010.

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. **Processo nº SEI/MC 53000.077023/2013-00**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica Nº SEI-MC 192/2014/SLPOS/GTCO/DEOC/SCE-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 23/05/2014, às 17:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0001042** e o código CRC **3EC06090**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 192/2014/SEI-MC

Processo n.: 53000.077023/2013-00

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência I.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA (RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA), relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em ONDA MÉDIA na localidade de APUCARANA, estado do PARANÁ, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 1º.05.2014 a 1º.05.2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (fl.22), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos

cinco anos);

- certidão de distribuição cível e criminal de todos os sócios e administradores;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Calderaro Guimaraes Pinto, Técnico de Nível Superior**, em 22/05/2014, às 13:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 22/05/2014, às 15:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 22/05/2014, às 16:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 23/05/2014, às 17:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0001038** e o código CRC **BC7FB476**.

AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA.

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA.

GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL.

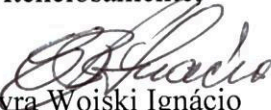
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 1º ANDAR, ALA OESTE, ANEXO,
700-900-BRASÍLIA-DF.

ENVIO DE DOCUMENTOS OFICIO Nº 144/2014/SEI-MC,
PROCESSO Nº SEI/MC 53000.077023/2013-00

Em atendimento ao ofício em epígrafe, do pedido de RENOVAÇÃO DE OUTORGA da RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA, o qual contém a Nota Técnica nº SEI-MC 192/2014/SLPOS/GTCO/DEOC/SCE-MC, TEMPESTIVAMENTE vem apresentar os documentos exigidos:

- 1 – CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, RELATIVA AO EMPREGADO DOS ULTIMOS CINCO (05) ANOS;
- 2 – CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL E CRIMINAL DE:
 - CINYRA WOISKI IGNÁCIO
 - MARIA CRISTINA DE ARAUJO PENNA
 - JOÃO MIGUEL IGNÁCIO (PROCURADOR)
- 3 – PROCURAÇÃO ATUALIZADA À JOÃO MIGUEL IGNÁCIO
- 4 – CERTIDÃO da JUNTA COMERCIAL ATUALIZADA DE CONFIRMAÇÃO do QUADRO SOCIETÁRIO.

Atenciosamente,



Cinyra Woiski Ignácio
Rádio Cultura de Apucarana Ltda.

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR
Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09



Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão do Estado do Paraná

CERTIDÃO

Certifico a pedido da empresa **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.** sito na Avenida Munhoz da Rocha, 1.601 – Centro - na cidade da Apucarana, Estado do Paraná, encontra-se em dia com suas contribuições junto ao **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RÁDIO DIFUSÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, nos últimos cinco anos.

Nada mais tendo a certificar, firmamos a presente aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e quatorze.

Curitiba, 23 de junho de 2014.





GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA EPP			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
41 2 0161780-7	75.273.029/0001-46	16/11/1956	16/11/1956
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) AV DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA, 1601, CENTRO, APUCARANA, PR, 86.800-010			
Objeto Social EXECUCAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA EM GERAL, QUE EM ONDA MEDIA FREQUENCIA MODULADA, SOM E IMAGEM (TELEVISAO-GERADORA) ONDA CURTA E ONDA TROPICAL, MEDIANTE AUTORIZACAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACOES E DE SEUS ORGAOS COMPETENTES NA FORMA DA LEI E DA LEGISLACAO VIGENTE			
Capital: R\$ 73.193,00 (SETENTA E TRES MIL CENTO E NOVENTA E TRES REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R\$ 73.193,00 (SETENTA E TRES MIL CENTO E NOVENTA E TRES REAIS)		Empresa de pequeno porte	Indeterminado
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato			<u>Término do Mandato</u>
<u>Nome/CPF ou CNPJ</u>	<u>Participação no capital (R\$)</u>	<u>Espécie de Sócio</u>	<u>Administrador</u>
CINYRA WOISKI IGNACIO 503.469.389-53	65.874,00	SOCIO	Administrador
MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA 672.208.789-15	7.319,00	SOCIO	
Último Arquivamento			Situação
Data: 14/08/2008	Número: 20083589996	REGISTRO ATIVO	
Ato: ALTERAÇÃO	Status		
Evento (s): ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		

14/255913-0

CURITIBA - PR, 18 de junho de 2014

Sebastião Motta

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

Sebastião Motta

Certidão

1c383d00b6e4319364bc81a78977fc33



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS

CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
CINYRA WOISKI IGNACIO

OU

contra o CPF:
503.469.389/53

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 17/06/2014 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 16/06/2014 às 23:15
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 17/06/2014 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 17/06/2014 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 16/06/2014 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 16/06/2014 às 20:00

Certidão emitida em: 17/06/2014 às 11:44 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **1c383d00b6e4319364bc81a78977fc33**



Certidão

a608503a1fc4d52852b1058968bdf4f5



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA

OU

contra o CPF:
672.208.789/15

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 17/06/2014 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 16/06/2014 às 23:15
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 17/06/2014 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 17/06/2014 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 16/06/2014 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 16/06/2014 às 20:00

Certidão emitida em: 17/06/2014 às 11:48 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **a608503a1fc4d52852b1058968bdf4f5**



Certidão

 [imprimir]

0ae5d86a753a2f991a045146d249de3c



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
JOÃO MIGUEL IGNACIO

OU

contra o CPF:
747.280.599/87

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 24/06/2014 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/06/2014 às 23:15
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 24/06/2014 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 24/06/2014 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/06/2014 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 23/06/2014 às 20:00

Certidão emitida em: 24/06/2014 às 11:58 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle 0ae5d86a753a2f991a045146d249de3c





1ª TABELIONATO DE NOTAS

APUCARANA - PARANÁ

Avenida Curitiba, nº 1202 - Fone/Fax: (43) 3422-1045

RICARDO TEIXEIRA MARQUES - TABELIÃO

LIVRO Nº 0380-P

1º Traslado

FOLHA Nº 331

PROCURAÇÃO bastante que faz **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.**

1 SAIBAM quantos este público instrumento virem, ou notícias suas tiverem que, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze (**25/06/2014**) nesta cidade e comarca de APUCARANA, do Estado do Paraná, neste Notariado, perante mim Tabelião, compareceu como OUTORGANTE, a empresa **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede, foro e administração nesta cidade, à Av. Dr. Munhoz da Rocha, nº 1.601, devidamente matriculada no CNPJ/MF sob o nº 75.273.029/0001-46, e NIRE 41 2 0161780-7, conforme Contrato Social datado de 25/10/1956 e sua Sexta Alteração contratual, datada de 30/06/2008 e registrada da Junta Comercial do Paraná sob o nº 20083589996 em data de 14/08/2008; e, a Certidão Simplificada, fornecida pela JUCEPAR, em 25/06/2014 e assinada por Sebastião Motta, Secretário Geral; que, ficam arquivados nesta serventia, no livro próprio de arquivo de contratos sociais nº 083, às folhas nºs. 327 à 336; neste ato representada por sua administradora, sra. **CINYRA WOISKI IGNÁCIO**, brasileira, empresária, divorciada, domiciliada nesta cidade, onde reside à Rua Renê Camargo de Azambuja, nº 379, Apt. 1.002, Edifício Girassol, portadora da Cédula de Identidade RG: 575.244/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 503.469.389-53; e, sua sócia quotista, sra. **MARIA CRISTINA ARAÚJO PENNA**, brasileira, empresária, divorciada, domiciliada nesta cidade, onde reside à Praça Interventor Manoel Ribas, nº 125, Apt. 701, portadora da Cédula de Identidade RG: 3.324.933-0/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 672.208.789-15; minhas conhecidas pelos documentos apresentados, do que dou fé. E, aí, perante mim Tabelião disseram que, por este público instrumento de mandato procuratório e na melhor forma de direito, nomeavam e constituíam procurador bastante da firma outorgante, o sr. **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, brasileiro, comerciante, divorciado, domiciliado nesta cidade, onde reside à Praça Interventor Manoel Ribas, Apt. 701, Edifício Topázio, portador da Cédula de Identidade RG: 3.354.812-5/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 747.280.599-87;--PARA O FIM ESPECIAL DE, contratar e despedir empregados, assinar os respectivos contratos de trabalho, carteiras profissionais e suas rescisões; comprar e vender bens de sua atividade comercial, mediante os preços, prazos e condições que convencionar; ajustar, pagar e receber os preços, passar e exigir recibos e quitações; representá-la perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas e paraestatais, Superintendências e/ou Secretarias das Receitas Federal e Estadual, Secretaria dos Transportes, barreiras fiscais, estadual e federal, recintos aduaneiros, alfandegários e seus respectivos órgãos, Delegacias da Receita Federal e Estadual, inclusive perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Fazendas Públicas, INSS, Ministério do Trabalho, Junta Comercial do Paraná, Ministério dos Transportes, Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica e Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica; Receita Federal, CONTRAN, CIRETRANS, DETRAN, seus sucessores e demais órgãos legalmente instituídos, junto aos quais poderá requerer, alegar e assinar o que for preciso, fazer ressalva e assinar o Manifesto Internacional de Cargas - MIC; prestar declarações, preencher os formulários, instruir documentos e provas; pagar as importâncias devidas; recorrer de decisões de órgãos superiores; firmar termos compromissos e acordos; representá-la também junto aos Correios e Telégrafos, transportadoras, armazéns gerais, estradas de ferro e outros meios de transportes; assinar guias, requerimentos e compromissos; despachar e retirar cartas, cargas e encomendas; pagar taxas, fretes e emolumentos; representá-la perante instituições financeiras ou cooperativas de crédito, e estabelecimentos de crédito e/ou bancários do país, inclusive junto ao ITAÚ UNIBANCO S/A, BANCO BRADESCO S/A, BANCO DO BRASIL S/A, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL entre outros bancos e mais perante a COOPERATIVA DE



1º TABELIONATO DE NOTAS

APUCARANA - PARANÁ

Avenida Curitiba, nº 1202 - Fone/Fax: (43) 3422-1045

RICARDO TEIXEIRA MARQUES - TABELIÃO

LIVRO Nº 0380-P

1º Traslado

FOLHA Nº 332

1 CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO AGROEMPRESARIAL - SICREDI AGROEMPRESARIAL PR; e, COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS PEQUENOS EMPRESÁRIOS, MICROEMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DE APUCARANA E REGIÃO - SICOOB ALIANÇA; ou quaisquer outras cooperativas de crédito, podendo para tanto, abrir, movimentar, fechar ou encerrar contas correntes, quaisquer que sejam, inclusive as especiais em caderneta de poupança; promover aplicações e resgates em geral; efetuar depósitos e saques; emitir, endossar e assinar cheques, vales, boletos de câmbio, receber e passar recibos de ordens de pagamentos; solicitar saldos e extratos de contas; requisitar talonários de cheques; solicitar e retirar cartões magnéticos, receber e desbloquear a senha de referido cartão; movimentar referida conta através de operações por meio eletrônico; descontar duplicatas em geral; emitir títulos; emitir instruções sobre títulos; avalizar, endossar e aceitar títulos; contrair empréstimos; conceder caução, penhor e alienação fiduciária; contratar convênios e serviços; autorizar débito em conta; assinar borderôs de descontos; patrocinar e defender seus direitos e interesses perante qualquer entidade pública ou particular, bem como perante qualquer Juízo, inclusive Justiça do Trabalho, em todas as instâncias e tribunais, para o que poderá, com os poderes da cláusula "AD-JUDICIA", constituir advogado, com a faculdade ainda de, em juízo ou fora dele, transigir, desistir, confessar, prestar depoimentos, firmar termos, acordos e compromissos; receber e dar quitação; receber citações decorrentes de procedimento judicial, bem como notificações e intimações de qualquer natureza; assinar petições, e mais, recorrer de decisões e sentenças; produzir provas, usar dos recursos legais; e praticar, afinal todos, todos os demais atos necessários ao fiel e integral cumprimento desta outorga, inclusive substabelecer no todo ou em parte. As representantes da outorgante - **CINYRA WOISKI IGNÁCIO e MARIA CRISTINA ARAÚJO PENNA**, ficam com reserva de iguais poderes para si. O presente instrumento de mandato terá validade por prazo **INDETERMINADO**. O presente ato está registrado no livro de protocolo geral nº 013, sob o nº 1635/2014, em data de 25/06/2014. E, de como assim disse e outorgou, do que dou fé, e me pediu, lavrei a presente procuração, a qual depois de lida e achada conforme, aceita e assinou, perante mim Tabelião. "Dispensadas expressamente as testemunhas do ato, conforme artigo 684 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, Foro Extrajudicial." Emol. R\$ 60,38 ou 384,62 VRC. Eu, **RICARDO TEIXEIRA MARQUES**, 1º Tabelião, que a lavrei e subscrevi. APUCARANA, 25 de junho de 2014. (aa) **CINYRA WOISKI IGNÁCIO, MARIA CRISTINA ARAÚJO PENNA**. ///// NADA MAIS. Confere com o original. Dou fé. Eu, _____, 1º Tabelião, fiz a datilografar o presente traslado, em seguida o conferi, subscrevi, dato e assino em público e raso.

Em Testemunho _____ da Verdade.

APUCARANA, 25 de junho de 2014

DENISE CAZUMY HIROSE
ESCREVENTE JURAMENTADA

RICARDO TEIXEIRA MARQUES
Tabelião



FUNARPEN – SELO DIGITAL Nº agxhr . DbNIU . Ju8Ye, Controle: 2WY68 . beyA
Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **3.354.812-5** DATA DE EXPEDIÇÃO: 30/09/2011

NOME: **JOÃO MIGUEL IGNACIO**

FILIAÇÃO: JOSE IGNACIO NETTO
CINYRA WOISKI IGNACIO

NATURALIDADE: APUCARANA/PR, DATA DE NASCIMENTO: 03/01/1970

DOC. ORIGEM: COMARCA=APUCARANA/PR, DA SEDE
C.CAS.AV.DIV-6297, LIVRO=22B, FOLHA=97

CPF: 747.280.599-87

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: **3.354.812-5**

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

747 280 599 87

AO COMPLETO:

JOAO MIGUEL IGNACIO

NASCIMENTO

03/01/70

ASSINATURA

IA VALIDADE SEMPRE COM A PRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

0910201 - 0

10/09/92

ARF APUCARANA

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DRF

MR. J. MIGUEL IGNACIO
LOCAL RECEITA FISCAL
MAT. 000-000-000
Controlador Geral



CULTURA

RÁDIO CULTURA APUCARANA - AM 1460 KHZ
AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA

GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO "R", 1º ANDAR, ALA OESTE,
ANEXO, 70044-900

BRASÍLIA- DISTRITO FEDERAL

FONE: (61) 2027-6866

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR - Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 16 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Nogueira de Souza, Técnico de Nível Superior**, em 16/07/2014, às 16:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0043426** e o código CRC **1438A60C**.

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

OF: 144/2014/SEI-MC
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
 RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
 AV. MUNHOZ Nº 1601- CX POSTAL 777
 CEP: 86.800-010 APUCARANA/PR
 PROC: 53000.077023/2013
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

13/06/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JG 08749820 7 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div>	<div></div>	<div></div>
:	h	:
:	h	:
:	h	:

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

ENDEREÇO / ADDRESS
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo B Sala 300-C

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

<div></div>	<div></div>	<div></div>	<div></div>	<div></div>	<div></div>	<div></div>	<div></div>
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

[Menu Principal](#) ▼

BOM DIA
Regina Monica de Faria Santos
Sistemas
Interativos

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM**

UF: PR

Município: Apucarana

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	Apucarana	01/05/2004	01/05/2014
RADIO DIFUSORA APUCARANA LTDA	Apucarana	01/05/2004	01/05/2014

Usuário: [anatel\reginam.mc](#) - [Regina Monica de Faria Santos](#)Data: [07/06/2016](#)Hora: [08:13:49](#)

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) | [Imprimir](#) | [Exportar Excel](#)

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
1460 kHz	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	PR	Apucarana	OM	3	M	

Usuário: [anatel\reginam.mc - Regina Monica de Faria Santos](#) Data: **07/06/2016** Hora: **09:08:52**

Registro **1** até **1** de **1** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Menu Principal](#)

BOM DIA
Regina Monica de Faria Santos
Sistemas Interativos

[SRD](#) | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: PR
Município: Apucarana
Frequência: 1460 kHz
Classe: C

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 322480450

Fistel: 05008007076
CNPJ: 75.273.029/0001-46
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)
Último Licenciamento: 12/12/2014 08:50:18

[+ Dados do Plano Básico](#)[- Dados da Outorga](#)

Dados da Entidade

CNPJ:
Razão Social: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

[Pesquisar](#)

Endereço Sede

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone: 43 34232055

Logradouro:
Complemento:
Distrito:

Bairro:
SubDistrito:
Fax: 43 34220894

Estado:

Endereço de Correspondência

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone:

Logradouro:
Complemento:
Distrito:

Bairro:
SubDistrito:

Estado:

Fax:

E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico:

Data Publicação Contrato/Convênio:

SCRAD Técnico:

Data Limite Instalação:

Número do Processo:

Fistel: 05008007076

[- Documentos Emitidos](#)

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	26/11/1958	Outorga	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	15/06/1959	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	25/09/1968	Mudança de Local	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	28/11/1979	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	06/03/1981	Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	23/10/1985	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	17/04/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	12/09/2006	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	12/09/2006	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	19/09/2008	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	31/07/2013	Alteração de Transmissor	Jur.

[+ Característica da Estação Instalada](#)[+ Dados do Licenciamento](#)[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA**

CNPJ: **75.273.029/0001-46**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:09:14 do dia 07/06/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/07/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



BOM DIA

Regina Monica de Faria Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ
CNPJ: 75.273.029/0001-46

RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CINYRA WOISKI IGNACIO	503.469.389-53	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	PR	Apucarana
		RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Sócio	65874	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Apucarana
MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA	672.208.789-15	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Sócio	7319	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Apucarana

Usuário: anatel\reginam.mc - Regina Monica de Faria Santos Data: 07/06/2016 Hora: 08:12:05



BOM DIA
Regina Monica de Faria Santos
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 503.469.389-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CINYRA WOISKI IGNACIO	503.469.389-53	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	PR	Apucarana
		RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Sócio	65874	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Apucarana

Usuário: anatel\reginam.mc - Regina Monica de Faria Santos Data: 07/06/2016 Hora: 09:10:35



BOM DIA
Regina Monica de Faria Santos
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 672.208.789-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA	672.208.789-15	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Sócio	7319	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Apucarana

Usuário: [anatel\reginam.mc - Regina Monica de Faria Santos](#) Data: 07/06/2016 Hora: 09:10:42

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.077023/2013-00.		
Entidade: RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.		
Localidade: APUCARANA	UF: PR	Serviço: OM
Períodos: 01/05/2014 a 01/05/2024.		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	FI (S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			2
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			3
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			4
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		x		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			5
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			2 (SEI 0033999)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			SEI 1173214
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			12
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			13
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			14

11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			15
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			16
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		x		
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		x		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			3 (0033999)
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		x		

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI (S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Cinyra Woiski Ignacio		x		x		
	Maria Cristina Araújo Penna		x		x		
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Cinyra Woiski Ignacio		x		x		
	Maria Cristina Araújo Penna		x		x		
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Cinyra Woiski Ignacio	x			x		4 (SEI 0033999)
	Maria Cristina Araújo Penna	x			x		5 (SEI 0033999)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Cinyra Woiski Ignacio	x			x		4 (SEI 0033999)
	Maria Cristina Araújo Penna	x			x		5 (SEI 0033999)
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais (quitação e criminal) , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Cinyra Woiski Ignacio		x				
	Maria Cristina Araújo Penna		x				
23- certidões de protestos de títulos ;	NOME (S)	SIM		NÃO		NÃO SE APLICA	FL (S).
	Cinyra Woiski Ignacio			x			
	Maria Cristina Araújo Penna			x			

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada NÃO ATENDE ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: REGINA MÔNICA DE FARIA SANTOS Cargo: ANALISTA/CHEFE DE SERVIÇO Data: 07/06/2016

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 13900/2016/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.077023/2013-00.

Assunto: **EXIGÊNCIA.** Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Cultura de Apucarana Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Apucarana, estado do Paraná, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido de que trata o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Comunicação Eletrônica - SCE que, por conduto da Portaria n.º 329/2012 e das orientações contidas no Despacho n.º 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, solicitou à Interessada a apresentação de documentos necessários para a completa instrução do feito. É oportuno destacar que a Interessada vem prontamente atendendo às solicitações desta Pasta, conforme se verifica dos autos.

3. Todavia, a documentação que se encontra anexada ao autos ainda não se mostra suficiente para possibilitar a completa instrução do pedido de renovação em questão. Explica-se.

4. Em 29.5.2015, a Douta Consultoria Jurídica - Conjur exarou manifestação jurídica referencial, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (inteiro teor disponível no seguinte endereço - <http://www.mc.gov.br/legislacao/por-tipo/pareceres/parecer-n-403-2015-conjur-mc-cgu-agu>), a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação busca uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

5. Oportuno enfatizar que a citada manifestação jurídica referencial traduz os esforços da Conjur desta Pasta quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além de atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão. Em curtas palavras, informa-se que os processos de renovação de outorga estarão dispensados de uma análise jurídica individualizada, ou seja, de suas remessas à Conjur, restando, tão-somente, à SCE a conferência dos documentos relacionados no referido Parecer e posterior submissão do assunto à deliberação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Excetuam-se desse procedimento inovador, os casos em que forem constatadas dúvidas quanto à idoneidade moral da Entidade e/ou de seus sócios/administradores, situações em que será necessária manifestação jurídica individualizada.

6. Assim, considerando-se os termos do mencionado Parecer, no qual

estabelece novo procedimento e o rol de documentos que devem ser apresentados na ocasião da renovação de outorga, e o que consta da "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI n.º 1173220), faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos:

- 6.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 6.2. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- 6.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- 6.4. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual (1ª e 2ª instâncias), Federal (2ª instância) e Eleitoral (quitação e criminal), de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de objeto e pé dos processos relacionados**);
- 6.5. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores;
- 6.6. laudos de ensaio dos transmissores e de vistoria técnica, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão.

7. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 07/06/2016, às 16:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 08/06/2016, às 15:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1173248** e o código CRC **3B5D1144**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 -
Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 20871/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
Av. Munhoz da Rocha, nº 1601 - Caixa Postal 777
86800-010 Apucarana/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.077023/2013-00.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 13900/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 08/06/2016, às 15:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1173270** e o código CRC **C1BE7D11**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20871/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.077023/2013-00 - Nº SEI: 1173270

Data de Envio:

09/06/2016 11:37:59

De:

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

joaomiguel@radioculturaapucarana.com.br
cinyrawoiski@hotmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.077023/2013-00

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1173270.html
Nota_Tecnica_1173248.html

Apucarana, 08 de Julho de 2016.

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Resposta ao Ofício nº 20871/2016/SEI-MCTIC.

Assunto: Renovação de Outorga.

Processo nº 53000.077023/2013-00 nº SEI 1173270

Prezado Sr.

Em atendimento ao Ofício acima identificado e, exarado por este Ministério apresentar os documentos exigidos (rol anexo) com as seguintes observações:

Encontra-se postado no movimento desta, a Certidão Negativa de Cinyra Woiski Ignácio (item 5, CERTIDÃO NEGATIVA CWI) do Fórum da Comarca de Apucarana, na qual consta a indicação de uma Carta Precatória com respeito ao processo Autos: 307728-90.2014, da 3ª Vara Cível de São José – SC.

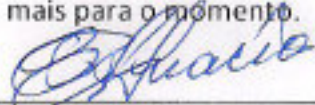
Ocorre que tal situação está em desacordo, visto que tal processo já se encontra resolvido e, para que se demonstre o alegado, na sequência dos documentos postados, está a Certidão da Justiça de Santa Catarina informando que o referido processo já se encontra "ARQUIVADO" conforme Decisão Judicial (6 CERTIDÃO PROCESSO).

Outro aspecto a ser informado, é que por motivos de operacionalidade, as certidões Negativas de 2ª instância (TJ-PR) dos sócios, no que diz respeito à área Penal, não chegaram a tempo da inserção na documentação ora enviada a este Ministério, visto que, a data limite para a emissão das devidas certidões é até o dia 13 de julho (conforme constam nos itens 08 e 10 ref. documentos enviados anexo).

Assim, com a devida vênia, rogamos vossa compreensão para que possamos enviá-las assim que recebermos, com data provável até a data de 15 de julho, complementando assim toda a documentação, pois devido a este imprevisto, necessitamos desse prazo para o envio de tais certidões.

Por final, nos colocamos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Sem mais para o momento.



Cinyra Woiski Ignácio
Rádio Cultura de Apucarana Ltda

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR
Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.025/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09

DECLARAÇÃO

A **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.**, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, com outorga na cidade de APUCARANA, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Geral do Contribuinte - CNPJ, sob nº 75.273.029/0001-46, **DECLARA**, para os devidos fins, que atende o disposto na legislação em vigor no que concerne a programação educativa e cultural atinentes ao serviço.

Apucarana, 23 de junho de 2016.



Cinyra Woiski Ignácio

Rádio Cultura de Apucarana Ltda



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 75.273.029/0001-46

Certidão nº: 60430039/2016

Expedição: 22/06/2016, às 11:42:40

Validade: 18/12/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.273.029/0001-46**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Estado do Paraná

P O D E R J U D I C I Á R I O
ESTADO DO PARANÁ

FOLHA: 01

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE APUCARANA

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

DAGMAR EDMILSON RIVELINI MARTINS
SERVENTÁRIO TITULAR

MIRIAM S. M. FRANCHINI MARTINS
Funcionária Juramentada

C E R T I D A O
=====

EFEITOS CIVIS

CERTIFICO, que atendendo ao-----
pedido verbal de parte interessada e revendo em cartorio a meu cargo os
livros de distribuicoes de atas CIVEIS, deles nao constatei existir
pedido de FALENCIA, CONCORDATA e RECUPERACAO JUDICIAL em que figura como
requerente ou requerido RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA, pessoa juridica
estabelecida nesta cidade, CNPJ 75.273.029/0001-46-----

O REFERIDO E VERDADE E DOU FE.

APUCARANA, 22 DE JUNHO

DE 2.016

-DAGMAR E. R. MARTINS-
DISTRIBUIDOR



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ

FOLHA: 01

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE APUCARANA

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

DAGMAR EDMILSON RIVELINI MARTINS
SERVENTUARIO TITULAR

MIRIAM S. M. FRANCHINI MARTINS
Funcionaria Juramentada

C E R T I D A O
=====

EFEITOS CIVIS

CERTIFICO, que atendendo ao pedido verbal de parte interessada e revendo em cartorio a meu cargo os livros de distribuicoes de Acoes e Cartas Precatorias FISCAIS (Movidos pelo Estado e Municipio), CIVEIS (inclusive Juizado Especial), CRIMINAIS (inclusive Juizado Especial), deles nada constatarei existir contra MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA, brasileira, divorciada, empresaria, residente e domiciliada nesta cidade. CPF/MF 672.208.789-15-----

O REFERIDO E VERDADE E DOU FE.

APUCARANA, 22 DE JUNHO

DE 2.016

-DAGMAR E.R. MARTINS-
-DISTRIBUIDOR-





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ

FOLHA: 01

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE APUCARANA

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

DAGMAR EDMILSON RIVELINI MARTINS
SERVENTUÁRIO TITULAR

MIRIAM S. M. FRANCHINI MARTINS
Funcionária Jazamentada

C E R T I D A O
=====

EFEITOS CIVIS

CERTIFICO, que atendendo ao pedido verbal de parte interessada e revendo em cartorio a meu cargo os livros de distribuicoes de Acoes e Cartas Precatorias FISCAIS (Movidos pelo Estado e Municipio), CRIMINAIS (inclusive Juizado Especial), deles nada constatei existir contra CINYRA WDISKY IGNACIO, brasileira, divorciada, empresaria, residente e domiciliada nesta cidade. CPF/MF 503.469.389-53-----

CERTIFICO mais, que revendo em cartorio, os livros de distribuicoes de Acoes e Cartas Precatorias CIVEIS (inclusive Juizado Especial), deles constatei existir o seguinte:-----
Nr. 40 Fls. 126 Livro 10: Natureza: CARTA PRECATORIA Requerente: TATIANE RODRIGUES FEIJO Natureza do Processo Origem: EXECUCAO DE TITULO Nr. dos Autos: 307728-90.2014 Deprecante: 38 V. DE SAO JOSE - SC Data: 25 de fevereiro de 2015 Numero Unico: 0002153-28.2015.8.16.0044 - 1a vara. C.PREC.CIVEL.-----
A acao citada acima tem como requerido: CINYRA WDISKY IGNACIO.-----

O REFERIDO E VERDADE E DOU FE.

APUCARANA, 23 DE JUNHO

DE 2.016

-DAGMAR E.R. MARTINS-
-DISTRIBUIDOR-



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de São José
3ª Vara Cível

Autos nº 0307728-90.2014.8.24.0064

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Tatiane Rodrigues Feijo

Executado: Joici Maria Ignacio e outros

CERTIFICO que, em cumprimento à decisão judicial, arqueei os autos nesta data.

São José (SC), 04 de setembro de 2015.

MARCELO SILVA OTERO
Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Art. 212
"DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Mauá, 920 - Bairro Alto da Glória - CEP 80030-200 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br
Sobreloja

CERTIDÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ESTADO DO PARANÁ
O BACHAREL JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Diretor Geral do Tribunal de Justiça

CERTIFICA, a requerimento protocolizado sob nº **56925-18/2016**, que consultando os registros computacionais existentes na Seção competente do Centro de Protocolo Judiciário Estadual Autuação e Arquivo Geral, verificou-se **não constar** autuados na **Diretoria Geral deste Tribunal de Justiça**, até as **18h00min do dia 04/07/2016**, **ações ou recursos criminais** em que figure como ré(u) **CINYRA WIOSKI IGNACIO**, inscrito(a) sob o **CPF Nº 503.469.389-53**.

Eu, **JOSÉ LUIZ VEIGA DE MACEDO**, Chefe da Seção de Recebimento de Expedientes e Atendimento Interno, extraí a presente certidão e a conferi.

Eu, **JAMES PORTUGAL NETO**, Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral, a subscrevi.

Eu, **JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES**, Diretor Geral do Tribunal de Justiça, DOU FÉ.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUIZ VEIGA DE MACEDO, Chefe de Divisão**, em 11/07/2016, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMES PINTO DE AZEVEDO PORTUGAL NETO, Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral**, em 11/07/2016, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ALVACIR GUIMARAES, Diretor-Geral do Tribunal de Justiça**, em 11/07/2016, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **1006217** e o código CRC **2559C437**.

Certidões Negativas



14176448

Número de Envio 1417644-8**Horário de Envio**

07/07/2016 16:36:06

Certidões de competência do

2º Grau de Jurisdição (TJPR)

Os Formulários devem ser preenchidos um por vez em aba ou janela única.

Formulários enviados até as 18:00 são confirmados no mesmo dia, enviados após as 18:00 serão confirmados no dia útil seguinte após as 12:00.

A confirmação conterá o número de recebimento e instruções para acompanhamento.

Senhor Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral

Solicito a expedição de certidão nos termos seguintes:

Solicito à Vossa Senhoria a expedição de CERTIDÃO NEGATIVA

Cível

Requerente

João Miguel Ignácio

E-mail (Todas as comunicações serão realizadas preferencialmente por este meio)

joaomiguelcultura@hotmail.com

Telefone

(43) 8403-3315

Dados para a Certidão**Nome Completo**

Cinyra Woiski Ignácio

CPF

503.469.389-53

RG ou OAB

OAB 45970 PR

Solicito à Vossa Senhoria a expedição de CERTIDÃO referente a expedientes judiciais de competência do Tribunal de Justiça do Paraná

Guia de Recolhimento ao FUNREJUS (no formato PDF)

COMPROVANTE REC CWI CIVEL.pdf

Comprovante de Pagamento (no formato PDF)

COMPROVANTE REC CWI CIVEL
CAN.pdf

Cópia de RG (ou OAB) e CPF da pessoa a que se refere a certidão.

DOCUMENTOS CINYRA.pdf



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Mauá, 920 - Bairro Alto da Glória - CEP 80030-200 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br
Sobreloja

CERTIDÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ESTADO DO PARANÁ PODER JUDICIÁRIO

O BACHAREL JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES

Diretor Geral do Tribunal de Justiça

CERTIFICA, a requerimento protocolizado sob nº **37351-72/2016**, que consultando os registros computacionais existentes na Seção competente do Centro de Protocolo Judiciário Estadual Autuação e Arquivo Geral, verificou-se **não constar** autuados na **Diretoria Geral deste Tribunal de Justiça, até as 18h00min do dia 04/07/2016, ações ou recursos cíveis** em que figure como parte **MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA**, inscrito(a) sob o **CPF nº 672.208.789-15**.

Eu, **JOSÉ LUIZ VEIGA DE MACEDO**, Chefe da Seção de Recebimento de Expedientes e Atendimento Interno, extraí a presente certidão e a conferi.

Eu, **JAMES PORTUGAL NETO**, Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral, a subscrevi.

Eu, **JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES**, Diretor Geral do Tribunal de Justiça, DOU FÉ.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUIZ VEIGA DE MACEDO, Chefe de Divisão**, em 11/07/2016, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMES PINTO DE AZEVEDO PORTUGAL NETO, Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral**, em 11/07/2016, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ALVACIR GUIMARAES, Diretor-Geral do Tribunal de Justiça**, em 11/07/2016, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **1006304** e o código CRC **0C5B4435**.

0037351-72.2016.8.16.6000

1006304v2

Certidões Negativas



14176699

Número de Envio 1417669-9**Horário de Envio**

07/07/2016 16:45:06

Certidões de competência do

2º Grau de Jurisdição (TJPR)

Os Formulários devem ser preenchidos um por vez em aba ou janela única.

Formulários enviados até as 18:00 são confirmados no mesmo dia, enviados após as 18:00 serão confirmados no dia útil seguinte após as 12:00.

A confirmação conterá o número de recebimento e instruções para acompanhamento.

Senhor Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral

Solicito a expedição de certidão nos termos seguintes:

Solicito à Vossa Senhoria a expedição de CERTIDÃO NEGATIVA

Criminal

Requerente

João Miguel Ignácio

E-mail (Todas as comunicações serão realizadas preferencialmente por este meio)

joaomiguelcultura@hotmail.com

Telefone

(43) 8403-3315

Dados para a Certidão**Nome Completo**

Maria Cristina Araújo Penna

CPF

672.208.789-15

RG ou OAB

3.324.933-0

Solicito à Vossa Senhoria a expedição de CERTIDÃO referente a expedientes judiciais de competência do Tribunal de Justiça do Paraná

Guia de Recolhimento ao FUNREJUS (no formato PDF)

COMPROVANTE REC MCP CRIM.pdf

Comprovante de Pagamento (no formato PDF)

COMPROVANTE REC MCP CIVIL
CAN.pdf

Cópia de RG (ou OAB) e CPF da pessoa a que se refere a certidão.

Maria docs Pessoais.pdf

Certidão

c9444971727c0db2fab61c69db0d4bfe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
CINYRA WOISKI IGNACIO

OU

contra o CPF:
503.469.389/53

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 22/06/2016 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 21/06/2016 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 21/06/2016 às 20:00**

Certidão emitida em: 22/06/2016 às 16:56 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **c9444971727c0db2fab61c69db0d4bfe**



Certidão

14f7c480f9148a343a233733746c61f4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA

OU

contra o CPF:
672.208.789/15

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 07/07/2016 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 07/07/2016 às 02:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 07/07/2016 às 02:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 07/07/2016 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 06/07/2016 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 06/07/2016 às 20:00**

Certidão emitida em: 07/07/2016 às 18:46 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **14f7c480f9148a343a233733746c61f4**



Certidão

d765b7a0a0994722c8ca1bfd9cfc03d1



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL DE 1º GRAU PARA FINS ELEITORAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com a Resolução nº 41/2010 do TRF4 e com o art. 448 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME

CINYRA WOISKI IGNACIO

OU

contra o CPF:

503.469.389/53

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de EXECUÇÕES PENAS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES e RECURSOS CRIMINAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 22/06/2016 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 21/06/2016 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 21/06/2016 às 20:00**

Certidão emitida em: 22/06/2016 às 16:57 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **d765b7a0a0994722c8ca1bfd9cfc03d1**



Certidão

e53582298e79686edbca29e06456d2d8



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL DE 1º GRAU PARA FINS ELEITORAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com a Resolução nº 41/2010 do TRF4 e com o art. 448 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME

MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA

OU

contra o CPF:

672.208.789/15

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de EXECUÇÕES PENAIAS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES e RECURSOS CRIMINAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 22/06/2016 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 21/06/2016 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 21/06/2016 às 20:00**

Certidão emitida em: 22/06/2016 às 17:00 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **e53582298e79686edbca29e06456d2d8**






JUSTIÇA ELEITORAL
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DE APUCARANA - PR
RUA URÂNIO, 880 Telefone 43 3423 2940

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: CINYRA WOISKI IGNACIO
Inscrição: 010513810671 Zona: 28 Seção: 166
Município: 74250 - APUCARANA UF: PR
Data de nascimento: 20/01/1946 Domiciliada desde: 06/12/2007
Filiação: OLIVIA PEREIRA WOISKI
JOÃO WOISKI

Em 22 de junho de 2016.


ANDRÉA SILVA MILANIN
CHEFE DA CAE



Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DE APUCARANA - PR
RUA URÂNIO, 880 Telefone 43 3423 2940

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA
Inscrição: 005196540604 Zona: 28 Seção: 32
Município: 74250 - APUCARANA UF: PR
Data de nascimento: 25/05/1965 Domiciliada desde: 21/03/2000
Filiação: GLAUCIA CORTE DE ARAUJO PENNA
JOSE DOS SANTOS PENNA

Em 22 de junho de 2016.


ANDRÉA SILVA MILANIN
CHEFE DA CAE



Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE APUCARANA
ESTADO DO PARANÁ

OFÍCIO DE PROTESTO E REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

DR. ADALBERTO MACHADO DA PONTE - OFICIAL

RUA RENÉ CAMARGO DE AZAMBUJA, 570 - CENTRO
FONE/FAX: (43) 3423-4277 - CAIXA POSTAL 1144 - APUCARANA - PR

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO a pedido, que não encontrei qualquer
título protestado, em que seja devedor(a) CINYRA WOISKI IGNACIO,
portador(a) do CPF nº 503.469.389-53, APUCARANA - PR.*****


Buscas efetuadas no(s) último(s) 5 (cinco) anos.*****

Data de instalação deste serviço notarial, 5 de Dezembro de 1969.*****

Era o que, na forma solicitada, me foi pedido
certificar. Dou fé.*****

APUCARANA, 28 de Junho de 2016

Certidão R\$12,19 (67 VRCs)
Busca R\$0,54 (3 VRCs)
Funarpen R\$2,65
Funrejus R\$3,19
Total R\$18,57
MAR/16120


SONIA DE F. A. M. DA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADA

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS,
DOCUMENTOS E DIRECIONAMENTO DE PROTESTOS
Apucarana - Paraná

Documento emitido às 17:05 hs - nº 16.120
Qualquer rasura ou emenda inutiliza a presente Certidão.

FUNARPEN - Selo digital nº L7GsY.pEjsG.Hy3GP, Controle: 009VW.PEuHX
Consulte esse selo em www.funarpen.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE APUCARANA
ESTADO DO PARANÁ

OFÍCIO DE PROTESTO E REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

DR. ADALBERTO MACHADO DA PONTE - OFICIAL

RUA RENÉ CAMARGO DE AZAMBUJA, 570 - CENTRO
FONE/FAX: (43) 3423-4277 - CAIXA POSTAL 1144 - APUCARANA - PR

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO a pedido, que não encontrei qualquer
título protestado, em que seja devedor(a) MARIA CRISTINA ARAÚJO PENNA,
portador(a) do CPF nº 672.208.789-15, APUCARANA - PR.*****


Buscas efetuadas no(s) último(s) 5 (cinco) anos.*****

Data de instalação deste serviço notarial, 5 de Dezembro de 1969.*****

Era o que, na forma solicitada, me foi pedido
certificar. Dou fé.*****

APUCARANA, 28 de Junho de 2016

Certidão R\$12,19 (67 VRCs)
Busca R\$0,54 (3 VRCs)
Funarpen R\$2,65
Funrejus R\$3,19
Total R\$18,57
MAR/16121


SONIA DE F. A. M. DA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADA da Ponte
OFICIAL

Documento emitido às 17:06 hs - nº 16.121

Qualquer rasura ou emenda inutiliza a presente Certidão.

FUNARPEN - Selo digital nº x7GsY.IHfxR.zR3Gs, Controle: 3LpMW.RAzwp
Consulte esse selo em www.funarpen.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE APUCARANA
ESTADO DO PARANÁ

OFÍCIO DE PROTESTO E REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

DR. ADALBERTO MACHADO DA PONTE - OFICIAL

RUA RENÉ CAMARGO DE AZAMBUJA, 570 - CENTRO
FONE/FAX: (43) 3423-4277 - CAIXA POSTAL 1144 - APUCARANA - PR

CERTIDÃO NEGATIVA

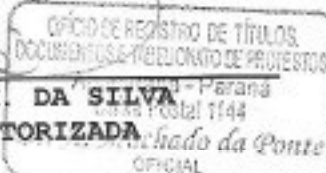
CERTIFICO a pedido, que não encontrei qualquer
título protestado, em que seja devedor(a) RÁDIO CULTURA DE APUCARANA
LTDA ME, portador(a) do CNPJ nº 75.273.029/0001-46, APUCARANA - PR.*****
Buscas efetuadas no(s) último(s) 5 (cinco) anos.*****
Data de instalação deste serviço notarial, 5 de Dezembro de 1969.*****

Era o que, na forma solicitada, me foi pedido
certificar. Dou fé.*****

APUCARANA, 28 de Junho de 2016

Certidão R\$12,19 (67 VRCs)
Busca R\$0,54 (3 VRCs)
Funarpen R\$2,65
Funrejus R\$3,19
Total R\$18,57
MAR/16119

SONIA DE F. A. M. DA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADA



Documento emitido às 17:02 hs - nº 16.119

Qualquer rasura ou emenda inutiliza a presente Certidão.

FUNARPEN - Selo digital nº L7GsY.ztMuR.QG3G7, Controle: UKQKW.PEnYt
Consulte esse selo em www.funarpen.com.br

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da **Rádio Cultura de Apucarana Ltda.**, emissora de radiodifusão sonora em Onda Média para a cidade de Apucarana, estado do Paraná, declaro que o Sr. Elias Augustinho, esteve no dia 24 de junho de 2016, no endereço abaixo indicado efetuando Laudo de Vistoria em nosso sistema irradiante de OM.

Local da vistoria:

Rua Dolor Antônio Felisbino, s/nº - Lote 01
86.800-000 – Apucarana – PR

Apucarana, 24 de junho de 2.016



CINYRA WOISKI IGNACIO
CPF: 503.469.389-53 - GERENTE

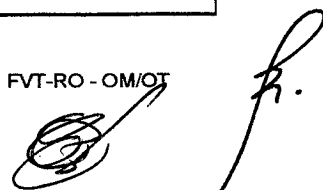
FVT-RO - OM/OT

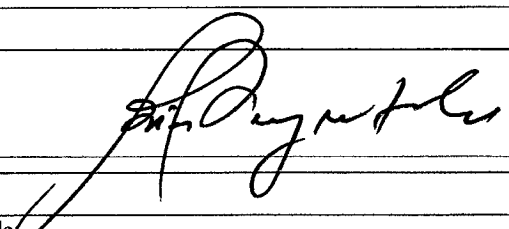
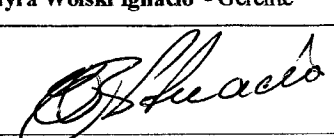
Laudo de Vistoria Técnica	
Renovação de Outorga	
Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias e Tropicais 120m	
(X) Ondas Médias	() Ondas Tropicais
1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: Rádio Cultura de Apucarana Ltda.	
1.2- Indicativo de chamada: ZYJ251	1-2- Horário de funcionamento: 00:24
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: Rua Dolor Antonio Felisbino, s/n	
Cidade: Apucarana	UF: Paraná
CEP: 86.800-000	Telefone: 043-
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 23° 31' 24.28" S	
Longitude: 51° 27' 03.05" W	
2.3- Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: Quasar Tech Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	
2.3.2 - Modelo: IMASTER AMD-1000	
2.3.3- Homologação/Certificação: 0819052009	
2.3.4- Potência de Operação(kW): 1,00/0,25 Potência medida(kW):	1,010 / 0,255
2.3.5- Frequência(PBOM/OT)[kHz]: 1.460 Frequência medida(kHz):	1.460,002
2.3.5- Tolerância de frequência da portadora – OM (±10Hz):	+2 Hz
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora–OT (±10Hz)[OT 120m]:	
2.3.7- Cristal e unidade osciladora blindada:	(X) Sim () Não
2.3.8- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim () Não
2.3.9- Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):	(x) Operante () Com defeito () inoperante
2.3.10- Voltímetro de placa ou coletor((estágio final de RF):	(x) Operante () Com defeito () inoperante
2.4- Sistema de Proteção e Segurança	
2.4.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts	(x) Sim () Não
2.4.2- Dispositivo de descarga do banco de capacitores:	(x) Sim () Não
2.4.3- Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts:	(x) Sim () Não
2.4.4- Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas metálicas aterradas:	(x) Sim () Não
2.5- Transmissor Auxiliar	
2.5.1- Fabricante: SNE - Sociedade Nacional de Eletrônica Ltda.	
2.5.2 - Modelo: BTA-1000A	
2.5.3- Homologação/Certificação: 116978XXX0035	

FVT-RO - OM/OT

2.5.4- Potência de Operação(kW): 1,00/0,25	Potência medida(kW) :	0,98 / 0,26
2.5.5- Frequência(PBOM/OT)[kHz]: 1.460	Frequência medida(kHz):	1.460,007
2.5.5- Tolerância de frequência da portadora – OM (± 10 Hz):		+0,7
2.5.6- Tolerância de frequência da portadora – OT (± 10 Hz)[OT 120m]:		
2.5.7- Cristal e unidade osciladora blindada:	(X) Sim	() Não
2.5.8- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim	() Não
2.5.9- Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante	
2.5.10- Voltímetro de placa ou coletor(estágio final de RF):	(X) Operante () Com defeito () inoperante	
2.6- Sistema de Proteção e Segurança		
2.6.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts :	(X) Sim	() Não
2.6.2- Dispositivo de descarga do banco de capacitores:	(X) Sim	() Não
2.6.3- Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts:	(X) Sim	() Não
2.6.4- Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas metálicas aterradas:	(X) Sim	() Não
2.7- Equipamentos Compulsórios:		
2.7.1- Amperímetro na base da Torre:	(x) Operante () Com defeito () inoperante	
2.7.2- Amperímetro na entrada de RF no divisor de potência (diretivo)	(x) Operante () Com defeito () inoperante	
2.7.3- Limitador	(x) Operante () Com defeito () inoperante	
2.7.4- Monitor de modulação:	(x) Operante () Com defeito () inoperante	
2.7.5- Medidor de fase (em sistemas diretivos):	(x) Operante () Com defeito () inoperante	
2.7.6- Monitor de audição:	(x) Operante () Com defeito () inoperante	
2.7.7- Carga artificial de RF(somente para potências acima de 10 kW)	() Sim (x) Não	
2.8- Sistema Irradiante		
2.8.1- Onidirecional		
2.8.1.1- Altura(m) : 55,0		55,00
2.8.1.2- Cerca de proteção em torno da antena:	(x) Bom estado () Mal estado () Inexistente	
2.8.1.3- Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena	(x) Sim () Não	
2.8.2- Diretivo		
2.8.2.1- – Altura de cada elemento [m] :		
2.8.2.2- Separação entre elementos [m]:		
2.8.2.3- Cerca de proteção em torno da antena:	() Bom estado () Mal estado () Inexistente	
2.8.2.4- Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena	() Sim () Não	
3. Estúdios		
3.1- Estúdio Principal:		
3.1.1- Endereço: Rua Dr. Munhoz da Rocha S/N Esquina com Rua Clovis Fonseca		
3.2- Estúdio Auxiliar:		
3.2.1- Endereço: Não Há		

FVT-RO - OM/OT



4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	-85,0
3º Harmônico	-87,0
Espúrios	Não perceptíveis
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	-79,0
3º Harmônico	-81,0
Espúrios	Não perceptíveis
5. Informações Adicionais	
6. Identificação dos instrumentos e aparelhos utilizados	
a) Wattímetro de RF marca Bird, modelo 43, nº de série 149.964, classe de precisão 5%; b) Medidor de Intens. de Campo, marca Potomac, modelo FIM-41, nº de série 1.327; c) Freqüencímetro Digital, marca Entelbra, modelo 500, nº de série 003/A; d) Alicates Amperímetro marca GE, modelo SNAP-9, s/nº; e) Gerador de Áudio, marca Leader, modelo LAG-26; f) Osciloscópio, marca Meguro, modelo 1251-A, 069.596; g) Carga Fantasma, marca Bird, de 1,5 KW de 50 ohms; h) Telêmetro digital marca Tasco.	
7. Responsável pela Vistoria Técnica	
Nome: Elia Augustinho	
Formação: Engenheiro Eletricista	
CREA: 23.091D/PR	
Local: Comélio Procópio	
Data: 24 / 06 / 2016	
Assinatura:	
Representante legal da Entidade	
Nome: Cinyra Woiski Ignacio - Gerente	
Assinatura:	

FVT-RO - OM/OT

LAUDO DE ENSAIO

Em conformidade com a Resolução nº 116, de 25/03/99.

ITEM 8.5 - LAUDO DE ENSAIO

1.0 - Interessado:

- a) nome:
Rádio Cultura de Apucarana Ltda.
- b) endereço:
Rua Dr. Munhoz da Rocha, 1.061 - Centro
86.800-110 - Apucarana - PR
- c) nome e local da emissora a que se destina o transmissor:
O mesmo.

2.0 - Ensaio:

- a) motivo:
RENOVAÇÃO DE OUTORGA.
- b) endereço completo onde foi realizado:
Rua Dolor Antônio Felisbino, s/nº - Lote 01
86.800-000 - Apucarana - PR
- c) data em que foi realizado:
24 de junho de 2.016

3.0 - Fabricante:

- a) nome:
Quasar Tech Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda.
- b) endereço:
Rua Gumercindo de Souza 321
Londrina - PR.

4.0 - Medições:

4.1 - Potência: (medida sem modulação)

a) direta: (medida através de Wattímetro de RF)

P1 = 1,010 KW

P2 = 0,255 KW

b) indireta:

Não verificadas (somente com Wattímetro de RF)

4.2 - Frequência:

a) medida (KHz):

1.460,002 KHz

b) variação máxima durante 60 minutos (Hz): +/-2,0 Hz

Obs. Medição em temperatura ambiente 25 °C.

4.3 - Distorção harmônica a 25%, 50%, 85% e a 90% de modulação com frequências de 50, 100, 400, 1000, 5000 e 7500 Hz:

P1: 1,00 KW

Frequência	25%	50%	85%	90%
50Hz	0,22	0,46	0,50	0,90
100Hz	0,68	0,46	0,52	0,96
400Hz	0,70	0,47	0,53	0,95
1000Hz	0,67	0,48	0,49	0,93
5000Hz	0,43	0,55	0,47	0,74
7500Hz	0,70	0,40	0,38	0,71

Medidas efetuadas com carga fantasma, com impedância de 50 ohms mantendo-se constante o nível de AF.

A Potência de operação dentro da nominal.

P2: 0,25 KW

Frequência	25%	50%	85%	90%
50Hz	0,24	0,46	0,50	0,90
100Hz	0,69	0,46	0,52	0,96
400Hz	0,70	0,47	0,53	0,95
1000Hz	0,69	0,48	0,49	0,93
5000Hz	0,46	0,55	0,47	0,74
7500Hz	0,70	0,40	0,40	0,76

4.4 - Resposta de audiofrequência, em relação a uma frequência de modulação de 1 KHz, para cada uma das potências nominais, na faixa de frequência de 50 a 7500 Hz, com 25%, 50% e 85% de modulação:

P1: 1,00 KW

Frequência	25%	50%	85%
50Hz	-0,19	-0,21	-0,15
100Hz	-0,10	-0,10	-0,05
400Hz	0,04	0,05	0,05
1000Hz	0,00	0,00	0,00
5000Hz	-0,30	-0,32	-0,30
7500Hz	-0,42	-0,48	-0,51

P2: 0,25 KW

Frequência	25%	50%	85%
50Hz	-0,20	-0,21	-0,15
100Hz	-0,10	-0,10	-0,05
400Hz	0,04	0,05	0,05
1000Hz	0,00	0,00	0,00
5000Hz	-0,30	-0,32	-0,30
7500Hz	-0,44	-0,48	-0,52

4.5 - Características da regulação da amplitude da portadora, para cada uma das potências nominais, quando modulado por 1000Hz a 100% da modulação:

P1 = 0,5 %

P2 = 0,5 %

4.6 - Nível de ruído da portadora, em relação a 100% de modulação a 400 Hz:

Valor medido: -75,0 dB (P1)
-61,0 dB (P2)

4.7 - Atenuação de harmônicos e espúrios em relação a fundamental:

2º Harmônico: -85,0 dB (P1)
3º Harmônico: -87,0 dB (P1)

2º Harmônico: -71,0 dB (P2)
3º Harmônico: -75,0 dB (P2)

Outros espúrios: não detectados (P1 e P2)

4.8 - Nível de entrada de áudio, na frequência de 1 Khz, correspondente a 100% de modulação:

P1 = 10,0 dBm P2 = 10,0 dBm

4.9 - Potência primária de entrada, para cada uma das potências nominais de saída, a 0% e 100% de modulação:

P1:	1,00 KW	0%= 1,17 kVA	100%= 1,75 kVA
P2:	0,25 KW	0%= 0,35 kVA	100%= 0,53 kVA

5.0 - Observações visuais:

5.1 - Placa de identificação:

- a) nome do fabricante:
Quasar Tech Brasil Ind. Com. Equipamentos. Ltda.
- b) modelo: IMASTER AMD 1000
- c) número de série: 2013/02
- d) potência nominal: 1000 W
- e) potências de saída: 1000/250 W
- f) frequência nominal: 1.460 KHz
- g) data de fabricação: 14/02/2013
- h) consumo: 1,60 kVA
- i) Homologação: 0819052009

5.2 - Medidores do estágio final de RF:
(indicação de fabricante e escala)

a) corrente de placa ou de coletor:

fabricante: Quasar

escala: Digital 3 ½ Dígitos

b) tensão de placa ou de coletor:

fabricante: : Quasar

escala: Digital 3 ½ Dígitos

c) nível de modulação:

fabricante: : Quasar

escala: Digital 3 ½ Dígitos

5.3 - Existência de conector de RF:

a) para ligação de monitor de modulação: Sim

b) para medição de frequência: Sim

5.4 - Tipo e quantidade de semicondutores ou válvulas no estágio de RF:

Tipo: IRFP460

Quantidade: 18 por módulo

5.5 - Quantidade de estágios separadores entre a unidade osciladora e o estágio final de RF:

Dois (03).

5.6 - Dispositivos de segurança pessoal:

a) de descarga dos capacitores depois de desligada a tensão primária (descrição):
Sim, através de mosfet de descarga.

b) existência de gabinete metálico e ligado a massa:
Sim.

c) existência de interruptor de segurança:
As tampas não têm interlock porque o transmissor não opera com tensão de alimentação acima de 350 V.

d) possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensão superior a 350 V:
Sim.

5.7 - Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

- a) contra sobrecarga de corrente na fonte:
Sim, através de sensores de corrente que interrompem o funcionamento.
- b) contra sobretensão na fonte de AT:
Sim, através de faiscadores na fonte de AT.
- c) contra a falta de ventilação:
Sim, através de sensores de sobre tensão.
- d) aplicação sequencial de tensão:
Sim.
- e) contra falta de excitação conveniente no amplificador final de RF:
Sim, os circuitos amplificadores de RF são polarizados para não ter corrente em caso de falta de excitação.

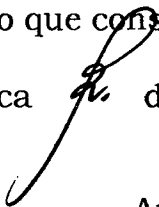
6.0 - Observações:

TRANSMISSOR PRINCIPAL.

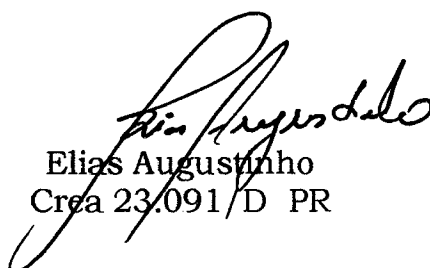
7.0 - Instrumentos de medição:

- a) wattímetro de RF marca Bird modelo 43, n° de série 149.964, precisão de 5%;
- b) medidor de intensidade de campo, marca Potomac, modelo FIM- 41, n° de série 1.327;
- c) monitor de modulação, marca TFT, modelo 923;
- d) frequencímetro digital, marca Entelbra, modelo ETB-500, n° de série 003/A;
- e) alicate amperímetro marca GE, modelo Snap-9, s/n°;
- f) gerador de áudio marca Leader, modelo LAG-26;
- g) voltímetro eletrônico marca Engro modelo VE-10, n° de série 2.179, precisão 0,01%;
- h) osciloscópio marca Meguro modelo 1251-A, n° de série 69596;
- i) carga fantasma, marca Bird, de 1,0 Kw de 50 ohms;
- j) medidor de distorção marca Leader, modelo LDM-170, n° de série 1100268;
- l) multímetro analógico marca Yu Fong, modelo YF-252.

8.0 - Declaração:

"Declaro serem verdadeiras as informações constantes deste Laudo de Ensaio, obtidas mediante ensaio por mim realizado pessoalmente, no transmissor a que se refere o presente Laudo que consta de 8 (oito) folhas todas numeradas e com a rubrica  de que faço uso".

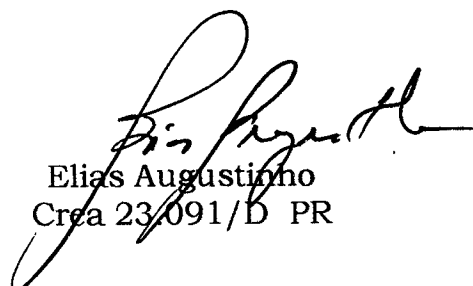
Apucarana, 24 de junho de 2.016


Elias Augustinho
Crea 23.091/D PR

9.0 - Parecer Conclusivo:

"Certifico que o transmissor de ondas médias, a que se refere este Laudo de Ensaio na data em que foi realizado, atendia a todas normas a ele aplicáveis".

Apucarana, 24 de junho de 2.016


Elias Augustinho
Crea 23.091/D PR

"DECLARAÇÃO"

Na qualidade de representante legal da **Rádio Cultura de Apucarana Ltda.**, declaro que o Sr. Elias Augustinho, esteve no endereço abaixo, no dia 24 de junho de 2016, efetuando Laudo de Ensaio, pessoalmente em nosso transmissor de Onda Média, marca Quasar-Tech Brasil, modelo IMASTER AMD-A000, número de série 2013/02, com potências nominais de operação de 1,00/0,25 KW.

Local do ensaio:
Rua Dolor Antônio Felisbino, s/nº
Lote 01
Apucarana - PR

Apucarana, 24 de junho de 2.016



CINYRA WOISKI IGNACIO
CPF: 503.469.389-53 - GERENTE

LAUDO DE ENSAIO

Em conformidade com a Resolução nº 116, de 25/03/99.

ITEM 8.5 - LAUDO DE ENSAIO

1.0 - Interessado:

- a) nome:
Rádio Cultura de Apucarana Ltda.
- b) endereço:
Rua Dr. Munhoz da Rocha, 1.061 - Centro
86.800-110 - Apucarana - PR
- c) nome e local da emissora a que se destina o transmissor:
O mesmo.

2.0 - Ensaio:

- a) motivo:
RENOVAÇÃO DE OUTORGA.
- b) endereço completo onde foi realizado:
Rua Dolor Antônio Felisbino, s/nº - Lote 01
86.800-000 - Apucarana - PR
- c) data em que foi realizado:
24 de junho de 2.016

3.0 - Fabricante:

- a) nome:
SNE - Sociedade Nacional de Eletrônica Ltda.
- b) endereço:
Rua Júlia Cortines, 67
São Paulo - SP.

4.0 - Medições:

4.1 - Potência: (medida sem modulação)

a) direta: (medida através de Wattímetro de RF)

P1 = 0,98 KW

P2 = 0,26 KW

b) indireta:

Não verificadas (somente com Wattímetro de RF)

4.2 - Frequência:

a) medida (KHz):

1.460,007 KHz

b) variação máxima durante 60 minutos (Hz): +/-1,0 Hz

Obs. Medição em temperatura ambiente 25 °C.

4.3 - Distorção harmônica a 25%, 50%, 85% e a 90% de modulação com frequências de 50, 100, 400, 1000, 5000 e 7500 Hz:

P1: 1,00 KW

Frequência	25%	50%	85%	90%
50Hz	2.4	2.3	2.8	3.1
100Hz	2.4	2.4	2.8	3.1
400Hz	2.2	2.4	2.8	2.9
1000Hz	2.2	2.2	2.6	2.8
5000Hz	2.5	2.2	2.6	2.8
7500Hz	2.8	2.7	2.8	2.8

Medidas efetuadas com carga fantasma, com impedância de 50 ohms mantendo-se constante o nível de AF.

A Potência de operação dentro da nominal.

P2: 0,25 KW

Frequência	25%	50%	85%	90%
50Hz	2,0	1,9	1,9	1,7
100Hz	2,0	1,9	1,9	1,9
400Hz	2,0	1,8	2,4	2,2
1000Hz	2,0	1,9	2,3	2,1
5000Hz	1,8	2,0	2,2	2,2
7500Hz	2,2	2,2	2,3	2,3

4.4 - Resposta de audiofrequência, em relação a uma frequência de modulação de 1 KHz, para cada uma das potências nominais, na faixa de frequência de 50 a 7500 Hz, com 25%, 50% e 85% de modulação:

P1: 1,00 KW

Frequência	25%	50%	85%
50Hz	-0,8	-0,8	-0,8
100Hz	-0,3	-0,3	-0,3
400Hz	-0,2	-0,2	-0,2
1000Hz	0	0	0
5000Hz	-0,8	-0,8	-0,8
7500Hz	-1,2	-1,2	-1,2

P2: 0,25 KW

Frequência	25%	50%	85%
50Hz	-0,8	-0,8	-0,8
100Hz	-0,3	-0,3	-0,3
400Hz	-0,2	-0,2	-0,2
1000Hz	0	0	0
5000Hz	-0,8	-0,8	-0,8
7500Hz	-1,2	-1,2	-1,2

4.5 - Características da regulação da amplitude da portadora, para cada uma das potências nominais, quando modulado por 1000Hz a 100% da modulação:

P1 = 2,0 %

P2 = 3,0 %

4.6 - Nível de ruído da portadora, em relação a 100% de modulação a 400 Hz:

Valor medido: -50,0 dB (P1)
 -52,0 dB (P2)

4.7 - Atenuação de harmônicos e espúrios em relação a fundamental:

2º Harmônico: -79,0 dB (P1)
3º Harmônico: -81,0 dB (P1)

2º Harmônico: -73,0 dB (P2)
3º Harmônico: -79,0 dB (P2)

Outros espúrios: maiores que -76,0 dB (P1 e P2)

4.8- Nível de entrada de áudio, na frequência de 1 Khz, correspondente a 100% de modulação:

P1 = 10,0 dBm P2 = 10,0 dBm

4.9 - Potência primária de entrada, para cada uma das potências nominais de saída, a 0% e 100% de modulação:

P1:	1,00 KW	0%= 4,2 kVA	100%= 4,6 kVA
P2:	0,25 KW	0%= 3,2 kVA	100%= 3,4 kVA

5.0 - Observações visuais:

5.1 - Placa de identificação:

- a) nome do fabricante: SNE-Sociedade Nacional de Eletrônica Ltda
- b) modelo: BTA-1000 A
- c) número de série: 171
- d) potência nominal: 1,0/0,25 KW
- e) potências de saída: 1,0/0,25 KW
- f) frequência nominal: 1.460 KHz
- g) data de fabricação: Junho de 1980
- h) consumo: 4,5 kVA

5.2 - Medidores do estágio final de RF:
(indicação de fabricante e escala)

a) corrente de placa ou de coletor:

fabricante: ARC

escala: 0/1,5 A

b) tensão de placa ou de coletor:

fabricante: : ARC

escala: 0/6,0 kV

c) nível de modulação:

fabricante: : ARC

escala: 0/150%

5.3 - Existência de conector de RF:

a) para ligação de monitor de modulação: Sim

b) para medição de frequência: Sim

5.4 - Tipo e quantidade de semicondutores ou válvulas no estágio de RF:

Tipo: 4CX-3000A

Quantidade: 1 (uma)

5.5 - Quantidade de estágios separadores entre a unidade osciladora e o estágio final de RF:

Dois (02).

5.6 - Dispositivos de segurança pessoal:

a) de descarga dos capacitores depois de desligada a tensão primária (descrição):

Sim, através de resistores de descarga.

b) existência de gabinete metálico e ligado a massa:

Sim.

c) existência de interruptor de segurança:

Sim.

d) possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensão superior a 350 V:

Sim.

5.7 - Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

- a) contra sobrecarga de corrente na fonte:
Sim, através de relé de máxima corrente.
- b) contra sobretensão na fonte de AT:
Sim, através de faiscadores na fonte de AT.
- c) contra a falta de ventilação:
Sim, através de palheta com relé de mercúrio na ventilação forçada.
- d) aplicação sequencial de tensão:
Sim.
- e) contra falta de excitação conveniente no amplificador final de RF:
Sim, através de polarização fixa na válvula tanque final.

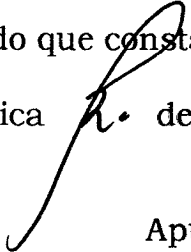
6.0 - Observações:

TRANSMISSOR AUXILIAR.

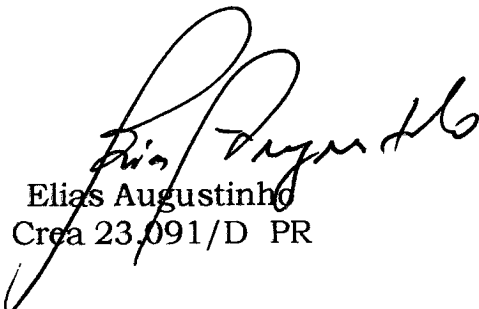
7.0 - Instrumentos de medição:

- a) wattímetro de RF marca Bird modelo 43, n° de série 149.964, precisão de 5%;
- b) medidor de intensidade de campo, marca Potomac, modelo FIM- 41, n° de série 1.327;
- c) monitor de modulação, marca TFT, modelo 923;
- d) frequencímetro digital, marca Entelbra, modelo ETB-500, n° de série 003/A;
- e) alicate amperímetro marca GE, modelo Snap-9, s/n°;
- f) gerador de áudio marca Leader, modelo LAG-26;
- g) voltímetro eletrônico marca Engro modelo VE-10, n° de série 2.179, precisão 0,01%;
- h) osciloscópio marca Meguro modelo 1251-A, n° de série 69596;
- i) carga fantasma, marca Bird, de 1,0 Kw de 50 ohms;
- j) medidor de distorção marca Leader, modelo LDM-170, n° de série 1100268;
- l) multímetro analógico marca Yu Fong, modelo YF-252.

8.0 - Declaração:

"Declaro serem verdadeiras as informações constantes deste Laudo de Ensaio, obtidas mediante ensaio por mim realizado pessoalmente, no transmissor a que se refere o presente Laudo que consta de 8 (oito) folhas todas numeradas e com a rubrica  de que faço uso".

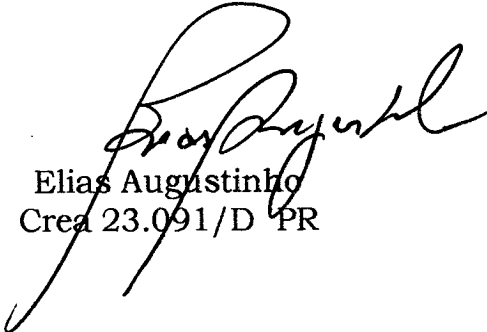
Apucarana, 24 de junho de 2.016


Elias Augustinho
Crea 23.091/D PR

9.0 - Parecer Conclusivo:

"Certifico que o transmissor de ondas médias, a que se refere este Laudo de Ensaio na data em que foi realizado, atendia a todas normas a ele aplicáveis".

Apucarana, 24 de junho de 2.016


Elias Augustinho
Crea 23.091/D PR

"DECLARAÇÃO"

Na qualidade de representante legal da **Rádio Cultura de Apucarana Ltda.**, declaro que o Sr. Elias Augustinho, esteve no endereço abaixo, no dia 24 de junho de 2016, efetuando Laudo de Ensaio, pessoalmente em nosso transmissor de Onda Média, marca SNE Sociedade Nacional de Eletrônica Ltda., modelo BTA-1000A, número de série 171, com potências nominais de operação de 1,00/0,25 KW.

Local do ensaio:
Rua Dolor Antônio Felisbino, s/nº
Lote 01
Apucarana - PR

Apucarana, 24 de junho de 2.016



CINYRA WOISKI IGNACIO
CPF: 503.469.389-53 - GERENTE



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART Nº 20162673908
Obra ou Serviço Técnico
ART Principal

O valor de R\$ 74,37 referente a esta ART foi pago em 27/06/2016 com a guia nº 100020162673908

Profissional Contratado: ELIAS AUGUSTINHO (CPF:234.140.149-04)

Nº Carteira: PR-23091/D

Título Formação Prof.: ENGENHEIRO ELETRICISTA.

Nº Visto Crea: -

Empresa contratada:

Nº Registro:

Contratante: RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

CPF/CNPJ: 75.273.029/0001-46

Endereço: R DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA 1601 CENTRO

CEP: 86800010 APUCARANA PR Fone: 043342320558

Local da Obra/Serviço: R DOLOR ANTONIO FELISBINO S/N
JARDIM PINHEIROS - APUCARANA PR

CEP: 86803385

Quadra:

Lote: LOTE 01

Latitude: Longitude:

Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Ativ. Técnica 6 VISTORIAS, PERÍCIAS, AVALIAÇÕES, ARBITRAMENTOS, LAUDOS ...
Área de Comp. 2304 SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES
Tipo Obra/Serv 656 RADIODIFUSÃO
Serviços 050 EXECUÇÃO
contratados

Dimensão

1 KW

Dados Compl.

0

Guia

ART Nº

20162673908

Data Início

23/06/2016

Data Conclusão

27/07/2016

Vlr Taxa

R\$ 74,37

Entidade de Classe

323

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
LAUDO DE VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DA ESTAÇÃO PARA FINS DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA.

LAUDO DE ENSAIO DOS TRANSMISORES PRINCIPAL QUASAR-TECH I MASTER AMD 1000, E DO TRANSMISSOR AUXILIAR SNE BTA 1000A, PRA FINS DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA.

Insp.: 4230

03/07/2016

CreaWeb 1.08

EMISSIONA OPERANDO EM ONDA MÉDIA NA LOCALIDADE DE APUCARANA.

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **CINYRA WOISKI IGNACIO**
Inscrição: **010513810671** Zona: 28 Seção: 166
Município: 74250 - APUCARANA UF: PR
Data de Nascimento: 20/01/1946 Domiciliada desde: 06/12/2007
Filiação: OLIVIA PEREIRA WOISKI
JOÃO WOISKI

Certidão emitida às 15:22 de 14/07/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

KN6R.ØJNW.P4/5.AWQB

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA**
Inscrição: **005196540604** Zona: 28 Seção: 32
Município: 74250 - APUCARANA UF: PR
Data de Nascimento: 25/05/1965 Domiciliada desde: 21/03/2000
Filiação: GLAUCIA CORTE DE ARAUJO PENNA
JOSE DOS SANTOS PENNA

Certidão emitida às 15:34 de 14/07/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

JPNK.K41F.ELHR.HSAW

Certidão

 [imprimir]

8bd3021b170e7df7644589497f326cf3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

CINYRA WOISKI IGNACIO

OU

contra o CPF:

503.469.389/53

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal e de APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 14/07/2016 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 14/07/2016 às 05:01**

Certidão emitida em: 14/07/2016 às 15:35 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **8bd3021b170e7df7644589497f326cf3**



Certidão

 [imprimir]

401aec6c743387a2d0e82bbd425cc7e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA

OU

contra o CPF:

672.208.789/15

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal e de APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 14/07/2016 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 14/07/2016 às 05:01**

Certidão emitida em: 14/07/2016 às 15:36 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **401aec6c743387a2d0e82bbd425cc7e**



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.077023/2013-00.		
Entidade: Rádio Cultura de Apucarana Ltda		
Localidade: Apucarana	UF: PR	Serviço: OM
Período(s): 01.05.2014 a 01.05.2024		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl (S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			02
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			03
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			04
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	X			evento SEI nº 1230543 – 53900.042234/2016- 12
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			05
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			2 (SEI nº 0033999)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			SEI nº 1173214
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			12
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			13
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			14

11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			15
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			16
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			evento SEI nº 1230544 – 53900.042234/2016-12
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			evento SEI nº 1230545 – 53900.042234/2016-12
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			03 (evento SEI nº 0033999)
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	X			evento SEI nº 1230562 (laudo de vistoria); 1230563 e 1230564 (laudo de ensaio) – 53900.042234/2016-

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI (S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Cinyra Woiski Ignacio	X		X			evento SEI nº 1230547 ; 1230548 – 53900.042234/2016-12 – positiva + inteiro teor
	Maria Cristina Araújo Penna	X		X			evento SEI nº 1230546. 1230551 – 53900.042234/2016-12
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Cinyra Woiski Ignacio	X		X			evento SEI nº 1230549 – 53900.042234/2016-12
	Maria Cristina Araújo Penna	X			X		evento SEI nº 1230546 – 53900.042234/2016-12
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Cinyra Woiski Ignacio	X		X			04 (SEI nº 0033999); evento SEI nº 1230553-1230555 – 53900.042234/2016-12; 03 (evento SEI nº 1236158)

	Maria Cristina Araújo Penna	X		X			05 (SEI nº 003399 9); evento SEI nº 1230554; 1230556 – 53900.04223 4/2016-12; 04 (evento SEI nº 1236158)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância;	Cinyra Woiski Ignacio	X		X			04 (SEI nº 003399 9); evento SEI nº 1230553; 1230555 – 53900.04223 4/2016-12; 03 (evento SEI nº 1236158)
	Maria Cristina Araújo Penna	X		X			05 (SEI nº 0033999); evento SEI nº 1230554; 1230556 – 53900.04223 4/2016-12; 04 (evento SEI nº 1236158)
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Cinyra Woiski Ignacio	X					evento SEI nº 1230557 – 53900.04223 4/2016-12
	Maria Cristina Araújo Penna	X					evento SEI nº 1230558 – 53900.04223 4/2016-12
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral;	Cinyra Woiski Ignacio	X					01 (evento SEI nº 1236158)
	Maria Cristina Araújo Penna	X					02 (evento SEI nº 1236158)
23- certidões de protestos de títulos;	Cinyra Woiski Ignacio	X					evento SEI nº 1230559 – 53900.04223 4/2016-12
	Maria Cristina Araújo Penna	X					evento SEI nº 1230560 – 53900.04223 4/2016-12

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada não atende ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:

- certidão de protesto de títulos da Rádio Cultura de Apucarana Ltda - **evento SEI nº 1230561 – 53900.042234/2016-12**

Análise:

Analista: Ríciele Milani
Cargo: Chefe de Serviço

NOTA TÉCNICA Nº 17277/2016/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.077023/2013-00

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Cultura de Apucarana Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Apucarana, estado do Paraná, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Eletrônica - SCE, nos termos da Nota Técnica nº 13900/2016/SEI-MCTIC (evento SEI nº 1173248) concluiu pelo envio do Ofício nº 20871/2016/SEI-MCTIC à Entidade, com vistas à complementação da documentação instrutória. Em resposta, por meio do protocolo nº 53900.042234/2016-12 a Interessada atendeu parcialmente a exigência, conforme se observa da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº 1236518).

3. Com efeito, resta concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos pendentes:

RELATIVOS A SRA. MARIA CRISTINA ARAÚJO PENNA:

3.1. certidão de distribuição criminal da esfera Estadual de 2ª instância; (Obs: **em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor**);

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 19/07/2016, às 14:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1236519** e o código CRC **B0C6FDF6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 –
Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 25807/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
Av. Munhoz da Rocha, nº 1601 - Caixa Postal 777
86800-010 Apucarana/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.077023/2013-00**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 17277/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 19/07/2016, às 14:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1236530** e o código CRC **5884AD1E**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 25807/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.077023/2013-00 - Nº SEI: 1236530

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

Processo nº 53000.077023/2013-00

1. Tendo em vista os laudos de ensaio dos transmissores e de vistoria técnica, apresentados sob o evento SEI nº 1230562; eventos SEI nº 1230563 e nº 1230564, constante do protocolo nº 53900.042234/2016-12, pela Rádio Cultura de Apucarana Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Apucarana, estado do Paraná, com vistas à renovação da referida concessão, encaminho os autos a Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Rio de Janeiro - DRMCTIC-RJ para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja o Subgrupo Legal de Pós-Outorga - SLPOS informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 19/07/2016, às 17:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1236535** e o código CRC **EE1AE1AC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Data de Envio:

20/07/2016 09:31:38

De:

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

joaomiguel@radioculturaapucarana.com.br

cinyrawoiski@hotmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.077023/2013-00

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1236530.html

Nota_Tecnica_1236519.html

Apucarana, 21 de Julho de 2016.

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Resposta ao Ofício nº 25807/2016/SEI-MCTIC

Assunto: Renovação de Outorga.

Processo nº 53000.077023/2013-00 nº SEI 1236530


Prezado Sr.

Em reposta ao Ofício exarado por este Ministério (acima identificado), vimos através desta movimentação fazer a juntada do documento solicitado, qual seja:

"ITEM 3.1. certidão de distribuição criminal da esfera Estadual de 2ª instância;"
Em nome da sócia Maria Cristina Araújo Penna.

Por final, nos colocamos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Sem mais para o momento.



Cinira Woiski Ignácio
Rádio Cultura de Apucarana Ltda

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR

Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Mauá, 920 - Bairro Alto da Glória - CEP 80030-200 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br
Sobreloja

CERTIDÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ESTADO DO PARANÁ
O BACHAREL JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Diretor Geral do Tribunal de Justiça

CERTIFICA, a requerimento protocolizado sob nº **37350-87/2016**, que consultando os registros computacionais existentes na Seção competente do Centro de Protocolo Judiciário Estadual Autuação e Arquivo Geral, verificou-se **não constar** autuados na **Diretoria Geral deste Tribunal de Justiça**, até as **18h00min do dia 11/07/2016**, **ações ou recursos criminais** em que figure como ré(u) **MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA**, inscrito(a) sob o **CPF nº 672.208.789-15**.

Eu, **JOSÉ LUIZ VEIGA DE MACEDO**, Chefe da Seção de Recebimento de Expedientes e Atendimento Interno, extraí a presente certidão e a conferi.

Eu, **JAMES PORTUGAL NETO**, Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral, a subscrevi.

Eu, **JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES**, Diretor Geral do Tribunal de Justiça, DOU FÉ.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUIZ VEIGA DE MACEDO, Chefe de Divisão**, em 12/07/2016, às 17:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMES PINTO DE AZEVEDO PORTUGAL NETO, Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral**, em 12/07/2016, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ALVACIR GUIMARAES, Diretor-Geral do Tribunal de Justiça**, em 12/07/2016, às 18:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **1012203** e o código CRC **C6422B83**.



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
José Luiz da Conceição

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▼

SRD »» Relatórios »» Plano Básico »» **Descritivo** | internet | teia | menu | ajuda

Plano Básico de Distribuição de Canais/Descritivo - OM

UF: PR

Município: Apucarana

Entidade	Frequência KHZ	Dia	Noite	Campo Caract. mV/m	Classe	Altura Torre(m)	Observação
RADIO DIFUSORA APUCARANA LTDA	910	1	0,25	309	C	72	
RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	1460	1	0,25	313	C	55	

Usuário: **anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**

Data: **23/03/2018**

Hora: **09:42:01**

Registro **1** até **2** de **2** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

**BOM DIA**
José Luiz da Conceição**Sistemas**
Interativos **Menu Principal** ▼SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM****UF: PR****Município: Apucarana**

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	Apucarana	01/05/2004	01/05/2014
RADIO DIFUSORA APUCARANA LTDA	Apucarana	01/05/2004	01/05/2014

Usuário: anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data: 23/03/2018****Hora: 09:44:16****Registro 1 até 2 de 2 registros****Página: [1]** [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

**BOM DIA**
José Luiz da Conceição**Sistemas**
Interativos **Menu Principal** ▼

SRD >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Consulta Geral OM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Âmbito de Atuação
910 kHz	RADIO DIFUSORA APUCARANA LTDA	PR	Apucarana	OM	3	M	Regional
1460 kHz	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	PR	Apucarana	OM	3	L	Regional

Usuário: [anatel\jose.mc](#) - **José Luiz da Conceição****Data:** **23/03/2018****Hora:** **09:45:55****Registro 1 até 2 de 2 registros****Página:** [1] [Ir] [Reg]



BOM DIA
José Luiz da Conceição

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SRD >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: PR
Município: Apucarana
Frequência: 1460 kHz
Classe: C

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 322480450
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 05008007076
CNPJ: 75.273.029/0001-46
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 12/12/2014 08:50:18

- ☐ [Dados do Plano Básico](#)
- ☐ [Dados da Outorga](#)
- ☐ [Documentos Emitidos](#)
- ☐ [Característica da Estação Instalada](#)
- ☐ [Dados do Licenciamento](#)

Tela Inicial

Imprimir

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA

CNPJ: 75273029000146**Presidente:****Endereço:** RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA - CENTRO**E-mail:** amcultura@net21.com.br**Capital Social:** 73.193,00**Reserva de Capital:****Total:** 73.193,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
503.469.389-53	CINYRA WOISKI IGNACIO	65.874	65.874,00
672.208.789-15	MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA	7.319	7.319,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
503.469.389-53	CINYRA WOISKI IGNACIO	GERENTE	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (43) 34232055	E-mail: amcultura@net21.com.br
CNPJ: 75.273.029/0001-46	Número do Fistel: 05008007076
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 205 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	Complemento: CAIXA POSTAL 777	
Bairro: CENTRO	Numero: 1601,	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800010

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	Complemento: CAIXA POSTAL 777	
Bairro: CENTRO	Numero: 1601,	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800010

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA DOLOR ANTONIO FELISBINO; S/N	Complemento:	
Bairro: LOTE, 01	Numero: s/n	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA DR MUNHOZ DA ROCHA SN ESQ C/RUA CLOVIS FONSECA	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 1601	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Apucarana	UF: PR
Latitude: -23.52341	Longitude: -51.45085

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 1460 KHz	Classe: C	ERP: dia: 0.001 noite: 0.00025kW
Altura: 55 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 322480450	Número Indicativo: ZYJ251

Data Último Licenciamento: 12/12/2014 Número da Licença: 000034/2014-PR

Sistema de Terra	
Número de Torres: 1	Número de Radiais: 120
Altura da Torre: 55.00	Comprimento de Radiais: 51.40
Espaçamento entre radiais: 3.00	Condutividade: 3

Carga Topo	
Figura geométrica:	
Dimensão:	Altura:

Campo Característico	
Campo Característico: 313.00 mV/m	

Estação Principal	
Localização	
Latitude: -23.52341	Longitude: -51.45085
Cota da base: 850 m	

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 008190502009	Modelo: I MASTER AMD-1000
Fabricante: Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.	Potência de Operação: 1.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1/2	Fabricante: RFS-RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 50.00 m	Atenuação: .26 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	668	Portaria	MC	24/11/1958	26/11/1958	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
5351600235501	120	Portaria	MC	12/06/1959	15/06/1959	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
5351600235501	120	Portaria	MC	12/06/1959	15/06/1959	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
5351600235501	723	Portaria	MC	02/09/1968	25/09/1968	Mudança de Local	Técnico
9999	211179	Despacho	MC	21/11/1979	28/11/1979	Advertência	Jurídico
9999	946	Portaria	MC	25/02/1981	06/03/1981	Multa	Jurídico
9999	131284	Despacho	MC	13/12/1984		Multa	Jurídico
9999	91822	Decreto	CN	22/10/1985	23/10/1985	Renovação	Jurídico

5351600235501	69	Decreto Legislativo	CN	16/04/2003	17/04/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
5351600235501	0	Decreto	PR	11/09/2006	12/09/2006	Renovação	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	11/09/2006	12/09/2006	Renovação	Jurídico
9999	300	Decreto Legislativo	CN	18/09/2008	19/09/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	4612	Ato	ER03	26/07/2013	31/07/2013	Alteração de Transmissor	Técnico

Horário de funcionamento

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (43) 34232055	E-mail: amcultura@net21.com.br
CNPJ: 75.273.029/0001-46	Número do Fistel: 50414398424
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	Complemento: CAIXA POSTAL 777	
Bairro: CENTRO	Numero: 1601,	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800010

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: René Camargo de Azambuja	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 379	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800090

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Doutor Munhoz da Rocha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 1601	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800014

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Apucarana	UF: PR
Latitude: -23.55	Longitude: -51.4635

Parâmetros Técnicos			
Canal: 297	Frequência: 107.3 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004407375						Número Indicativo: ZYX945					
Data Último Licenciamento: 26/09/2017						Número da Licença: 53500.073429/2017-06					

Estação Principal											
Localização											
Latitude: -23.55				Longitude: -51.458				Cota da base: 871 m			

Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 1000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 0.07 kW					

Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 7/8"						Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM					
Comprimento da Linha: 28 m			Atenuação: 1.16 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.24 dB			Impedância: 50 ohms		

Antena Principal											
Modelo: GK 7/8 - 1						Fabricante: Vimesa EB Gap Killer					
Ganho: -3 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 100 °		Polarização: Circular		HCl: 51 m		ERP Máximo: 0.03 kW	

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.94	10°: 0.42	20°: 0.24	30°: 0.15	40°: 0	50°: 0.07	60°: 0.11	70°: 0.11	80°: 0.15	90°: 0.15	100°: 0.15	110°: 0.15
120°: 0.15	130°: 0.11	140°: 0.11	150°: 0.07	160°: 0	170°: 0.08	180°: 0.33	190°: 0.7	200°: 1.29	210°: 1.97	220°: 2.72	230°: 3.4
240°: 4.05	250°: 4.52	260°: 4.87	270°: 5.07	280°: 5.14	290°: 5.07	300°: 4.87	310°: 4.52	320°: 4.05	330°: 3.33	340°: 2.64	350°: 1.78

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0.03 kW	

RDS											
Código PI:											

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	668	Portaria	MC	24/11/1958	26/11/1958	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500004382017	580	Despacho	MCTIC	09/05/2017	11/05/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
8731973	338	Portaria	MC	17/03/1976	24/03/1976	Renovação	Jurídico
720071983	91822	Decreto	PR	22/10/1985	23/10/1985	Renovação	Jurídico
537400000261994	6	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
537400000261994	69	Decreto Legislativo	CN	16/04/2003	17/04/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000044102004	11	Decreto	PR	11/09/2006	12/09/2006	Renovação	Jurídico
530000044102004	300	Decreto Legislativo	CN	18/09/2008	19/09/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.002520/2017-39	560	Ato	ORLE	01/02/2017	01/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
Horário de funcionamento							

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Processos da Coordenação-Geral de Pós-Outorga em análise na Regional do Rio de Janeiro

NOTA TÉCNICA Nº 7623/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.077023/2013-00.

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias adaptada para para o Serviço de Radiodifusão Sonora em FM.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, utilizando a frequência 1460 kHz (mil quatrocentos e sessenta quilohertz), classe C, na localidade de Apucarana-PR, referente ao período 01/05/2014 a 01/05/2024 e que teve sua outorga adaptada para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 297 (duzentos e noventa e sete), classe C na mesma localidade, de acordo com o Decreto PR 8.139 de 07/11/2013, regulamentado pela Portaria MC 127 de 12/03/2014 e alterações posteriores. Os autos do processo foram encaminhados ao Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para análise dos laudos técnicos apresentados.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 116, de 25 de março de 1999, Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do art.4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, **acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga.**

Art 122. São consideradas infrações em relação à execução dos serviços de radiodifusão a prática dos seguintes atos pelas concessionárias ou permissionárias:

XXI - utilizar equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da Portaria que as tenha aprovado;

XXIV - não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2015: 2.4. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de

documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Em 10/11/2016 foi publicado o extrato do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA**, objetivando a adaptação da outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de APUCARANA, Estado do Paraná. Com a publicação em questão, o termo aditivo ao contrato passou a surtir os efeitos legais, momento a partir do qual os prazos e procedimentos previstos na legislação de radiodifusão devem ser observados e cumpridos com rigor pelo Administrado.

4. Em 11/05/2017 foi publicado no Diário Oficial da União o Despacho n.º 580/2017/SEI-MCTIC, de 09/11/2017, referente à aprovação dos locais de instalação e autorização para utilização dos equipamentos da estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.

5. De acordo com o estabelecido na Cláusula 2ª, alínea "d" do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o prazo para iniciar a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, em caráter definitivo é de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

6. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
Em 10 de agosto de 2017 foi publicado no Diário Oficial da União o Despacho n.º 500/2017/SEI-MCTIC, de 24/04/2017, referente à aprovação dos locais de instalação e autorização para utilização dos equipamentos da estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.	Laudo de Vistoria Técnica da Estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, para efeito de Renovação de Outorga, assinado pelo profissional habilitado nos termos do item 9.3 (subitens 9.3.1 a 9.3.10) da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98, em conformidade com a última autorização do poder concedente.

7. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 a 7, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

9. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 428/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26.01.2018, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.



Documento assinado eletronicamente por **Ernani de Souza Monteiro Filho, Engenheiro**, em 19/04/2018, às 11:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 19/04/2018, às 13:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2864739** e o código CRC **02C6A3D8**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro
Rua Primeiro de Março 64, 1º andar 20010-970 - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 13479/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA (CNPJ nº 75.273.029/0001-46)

Av. Munhoz da Rocha, nº 1601 - Caixa Postal 777

86800-010 Apucarana-PR

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga - Processo n.º 53000.077023/2013-00.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 7623/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, em 19/04/2018, às 13:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2864528** e o código CRC **1E5F4B39**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 13479/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.077023/2013-00 - Nº SEI: 2864528

Data de Envio:

20/04/2018 10:56:29

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

joaomiguel@radioculturaapucarana.com.br

cinyrawoiski@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

Prezado(a),

Ref:53000.077023/2013-00.

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2864528.html

Nota_Tecnica_2864739.html

AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.
SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO.

GRUPO DE TRABALHO DA GERÊNCIA REGIONAL DA RÁDIO DIFUSÃO NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

**ENVIO DE DOCUMENTOS OFICIO Nº 13479/2018/SEI-MCTIC,
PROCESSO Nº SEI/MC 53000.077023/2013-00**

**Assunto: Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas
Médias adaptada para o Serviço de Radiodifusão Sonora em FM.**

Em atendimento ao ofício em epígrafe, o qual trata de RENOVAÇÃO DE
OUTORGA da RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA, e que contém a Nota
Técnica nº 7623/2018 SEI-MCTIC, vem TEMPESTIVAMENTE apresentar os
documentos exigidos:

1 - Laudo de Vistoria Técnica da Estação do Serviço de Radiodifusão
Sonora em Frequência Modulada, para efeito de Renovação de Outorga,
assinado pelo profissional habilitado nos termos do item 9.3 (subitens 9.3.1
a 9.3.10) da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98, em conformidade com
a última autorização do poder concedente.

Sendo o que se tem para o momento;
Ficamos no aguardo de vossa deferência;

Atenciosamente,

Cinyra Woiski Ignácio
Rádio Cultura de Apucarana Ltda.

75273029/0001-46
RÁDIO CULTURA DE
APUCARANA LTDA.
AV. DR. MUNHOZ DA ROCHA, 1601
CEP 86800-010
APUCARANA - PR

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR
Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA		
Nome da Pessoa Jurídica:	RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.	
CNPJ:	75.273.029/0001-46	CEP da sede: 86800-014
Endereço da sede:	RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA, 1601 - CENTRO	
E-mail de contato:	joaomiguel@radioculturaapucarana.com.br	
Serviço a ser renovado:	(X) Radiodifusão sonora	
	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens	
Localidade da renovação:	APUCARANA	UF: PR

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO	
Nome completo:	Elias Augustinho
Nº de registro no CREA:	PR-23091/D
E-mail de contato:	eliasaug@gmail.com

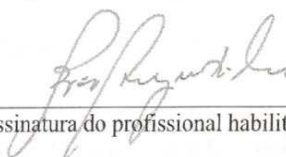
Eu, **Elias Augustinho**, inscrito no CPF sob o nº 234.140.149-04, na qualidade de profissional habilitado contratado da pessoa jurídica acima qualificada, venho encaminhar este **LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA** para fins de renovação da outorga relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando o formulário e os documentos constantes do ANEXO deste laudo.

DECLARAÇÕES

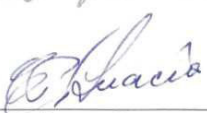
Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização concedida pelo Ministério; e
- (b) todas as informações deste laudo de vistoria são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


Assinatura do profissional habilitado

De acordo.


Assinatura do representante legal

ANEXO

FORMULÁRIO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA				
LOCALIZAÇÃO				
Endereço: RUA RENE CAMARGO DE AZAMBUJA, 379				
Município:	Apucarana	UF:	PR	CEP: 86800-090
Coordenadas geográficas:	Latitude: 23°33'00.48"S	Canal/ Frequência:	297/ 107,3MHz	
	Longitude: 51°27'30.39"W	Classe:	C	
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS				
Sistema irradiante:	Fabricante: VIMESA EB GAP KILLER			
	Modelo: GK-1 7/8			
	Polarização: () Horizontal () Vertical (X) Circular () Elíptica			
	Azimute de orientação (°NV): 100° NV			
	N° de elementos: 1 (um) elemento			
	Altura do centro geométrico até a base da torre (solo): 51,0 metros.			
Linha de transmissão principal:	Fabricante: RFS Radio Frequency Systems			
	Modelo: LCF 7/8			
Transmissor principal:	Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy			
	Modelo: FM1000			
	Potência de operação (kW): 0,07 kW			
	Homologação: 00285-04-02252			
Transmissor auxiliar (se houver)	Fabricante: Não há.			
	Modelo:			
	Potência de operação (kW):			
Possui algum equipamento de gravação de áudio?	Homologação:			
	Sim.			
ESTÚDIO				
Endereço: Rua Dr. Munhoz da Rocha, 1601 – Centro				
Município: Apucarana			UF: Paraná	
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS				
(a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART devidamente quitada e assinada pelo profissional habilitado contratado e pelo representante legal da entidade contratante.				



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART Nº 20181991741
Obra ou Serviço Técnico
ART Principal

O valor de R\$ 82,94 referente a esta ART foi pago em 03/05/2018 com a guia nº 100020181991741

Profissional Contratado: ELIAS AUGUSTINHO (CPF:234.140.149-04) Nº Carteira: PR-23091/D - Nº Visto Crea: -
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO ELETRICISTA.
Empresa contratada: Nº Registro:
Contratante: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA. CPF/CNPJ: 75.273.029/0001-46
Endereço: R DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA 1601 CENTRO
CEP: 86800014 APUCARANA PR Fone: 043342320558
Local da Obra/Serviço: R RENE CAMARGO DE AZAMBUJA 1601 Quadra: Lote:
CENTRO - APUCARANA PR CEP: 86800090
Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Dimensão 0,3 KW
Ativ. Técnica 6 VISTORIAS, PERÍCIAS, AVALIAÇÕES, ARBITRAMENTOS, LAUDOS ...
Área de Comp. 2304 SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES
Tipo Obra/Serv 656 RADIODIFUSÃO
Serviços contratados 050 EXECUÇÃO

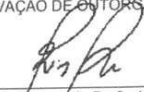
Dados Compl. 0
Data Início 26/04/2018
Data Conclusão 26/05/2018

Vlr Taxa R\$ 82,94

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
LAUDO DE VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DA ESTAÇÃO OPERANDO EM FREQUENCIA MODULADA, CANAL 297, Insp.: 4230
FREQUÊNCIA 107,30 MHZ, NA LOCALIDADE DE APUCARANA/PR, PARA FINS DE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO. 04/05/2018
CreaWeb 1.08


Assinatura do Contratante


Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

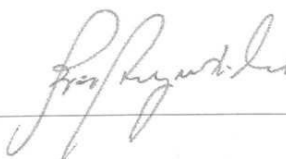
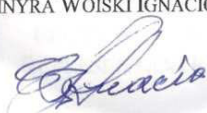
A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

Laudo de Vistoria Técnica	
Renovação de Outorga	
Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada	
1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.	
1.2- Indicativo de chamada: ZYX945	1-2- Horário de funcionamento: 00:00 – 24:00
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: Rua Rene Camargo de Azambuja, 379	
Cidade: APUCARANA	UF: PR
CEP: 86800-090	Telefone: 43-3423-2055
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 23°33'00.48"S	
Longitude: 51°27'30.39"W	
2.3 - Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy	
2.3.2 – Modelo: FM1000	
2.3.3- Homologação/Certificação: 00285-04-02252	
2.3.4- Potência de operação(kW): 0,070 Potência medida(kW):	0,069 kW
2.3.5- Freqüência(PBFM)(MHz): 107,30 Freqüência medida(MHz):	107,300.240 MHz
2.3.6- Tolerância de freqüência da portadora - (±2000 Hz):	+240 Hz
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e freqüência:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da freqüência de operação:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não

FVT-RO- FM Pg. 1 de 6

2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	() Sim () Não Não existem tensões maiores que 350 Volts
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(X) Sim () Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	() Sim () Não Não existem tensões maiores que 350 Volts
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(X) Sim () Não
2.4- Transmissor Auxiliar	
2.4.1- Fabricante: Não há	
2.4.2 - Modelo:	
2.4.3- Homologação/Certificação:	
2.4.4- Potência de operação(kW):	Potência medida(kW):
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]:	Frequência medida(MHz):
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - (=2000 Hz):	
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	() Sim () Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	() Sim () Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	() Sim () Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	() Sim () Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	() Sim () Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	() Sim () Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	() Sim () Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	() Sim () Não
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	() Sim () Não
2.5- Sistema Irradiante Principal	
2.5.1- Antena	
2.5.1.1- Fabricante: VIMESA EB GAP KILLER	
2.5.1.2- Modelo: GK-1 7/8	
2.5.1.3- Quantidade de Elementos:	1 elemento
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	51,00

2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV):	100°NV
2.5.2- Linha de Transmissão Principal	
2.5.2.1- Fabricante: RFS Radio Frequency Systems	
2.5.2.2- Modelo: LCF 7/8	
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não
2.6- Sistema Irradiante Auxiliar	
2.6.1- Antena	
2.6.1.1- Fabricante: Não há	
2.6.1.2- Modelo:	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:	
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):	
2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar	
2.6.2.1- Fabricante:	
2.6.2.2- Modelo:	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	() Sim () Não
3- Outros equipamentos de uso compulsório:	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	() Sim (X) Não
3.2- Limitador de modulação:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.3- Monitor de modulação	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial).	() Sim (X) Não
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	79
3º Harmônico	79
Espúrios	81
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	
3º Harmônico	
Espúrios	

4.3- Existência de interferência prejudicial:	() Sim (X) Não
5- Outras Constatações:	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	(X) Sim () Não
6- Estudos	
6.1- Estúdio Principal	
6.1.1- Endereço: Rua Dr. Munhoz da Rocha, 1601 – Centro – 86800-014 - Apucarana/PR	
6.2- Estúdio Auxiliar	
6.2.1- Endereço: Não há	
7- Informações Adicionais	
8- Instrumentos Utilizados na Vistoria	
a) Frequencímetro digital, marca Entelbra, modelo ETB-500, nº de série 003/A; b) Osciloscópio marca Meguro, modelo 1251-A; c) Analisador de Espectro, marca HP, modelo 4411B; d) Multímetro analógico marca Yu Fong, modelo YF-252; e) Gerador de áudio, marca Leader, modelo LAG-26; f) Monitor de modulação e estéreo, marca TFT, modelo 884; g) Wattímetro de RF de Linha modelo 4712A, marca Bird, com pastilha/elemento 5000B1; h) Monitor de fm, marca Azetec, modelo Silver 007.	
9- Responsável pela vistoria técnica:	
Nome: Elias Augustinho Formação: Engenheiro Eletricista CREA: PR-23091/D Local: Apucarana/PR Data: 02/05/2018 Assinatura: 	
Representante legal da Entidade Nome: CINYRA WOISKI IGNACIO Assinatura: 	

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.**, emissora de radiodifusão sonora em Frequência Modulada para a cidade de **Apucarana**, estado do Paraná, declaro que o Sr. Elias Augustinho, esteve no dia 02 de maio de 2018, no endereço abaixo indicado efetuando Laudo de Vistoria em nossa estação.

Local da vistoria:

RUA RENE CAMARGO DE AZAMBUJA, 379
86800-090 – APUCARANA - PR

Apucarana, 04 de maio de 2018.



CINYRA WOISKI IGNACIO
REPRESENTANTE LEGAL



Página 5 de 6

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

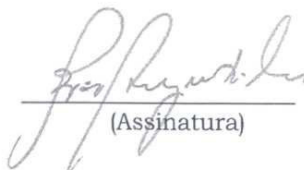
DECLARO serem verdadeiras todas as informações constantes deste formulário, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da Rádio Cultura de Apucarana Ltda., localizada na cidade de Apucarana no Estado do Paraná, nos dias 02 de maio de 2018, estando a estação em conformidade com as características técnicas de operação aprovadas.

CERTIFICO que o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, executado por esta entidade na data da vistoria, como indica o formulário acima, atendeu a toda a regulamentação técnica vigente a ele aplicável.

O presente formulário consta de 6 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica *Assinatura*, de que faço uso.

Nome: Elias Augustinho
Nº de Registro no CREA: PR-23091/D

São José dos Pinhais/PR – 02/05/2018
(Local e data)


(Assinatura)



BOM DIA
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD »» Relatórios »» Plano Básico »» **Descritivo** | internet | teia | menu | ajuda**Plano Básico de Distribuição de Canais/Descritivo - FM**

UF: PR

Município: Apucarana

Entidade	Canal	Classe	Fase	Azimuth (graus)	ERP	Obs
RADIO CULTURA NOVO SOM LTDA	215	B2	0			Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.
	223	B2	0			
	233	A2	3	257.0 a 267.0	22	Coordenada pré-fixada 23S3244;51W2716. (ZC)
	252	A4	3	56.0 a 76.0	3	(ZC)
	292 E	C	0			(ZC) RESERVADO PARA O PNO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA 2016/2017.
RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	297	C	1			Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.

Usuário: [anatel\jose.mc](#) - José Luiz da Conceição

Data: 28/05/2018

Hora: 08:48:02

Registro 1 até 6 de 6 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir



BOM DIA
José Luiz da Conceição

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: PR

Município: Apucarana

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
EMPRESA DE RADIODIFUSAO CIDADE ALTA LTDA	Apucarana	27/06/1996	27/06/2006
RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	Apucarana	01/05/2004	
RADIO CULTURA NOVO SOM LTDA	Apucarana	19/07/1996	19/07/2006

Usuário: **anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**

Data: **28/05/2018**

Hora: **08:49:13**

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA

CNPJ: 75.273.029/0001-46

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:51:51 do dia 28/05/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/06/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

--

Imprimir

Voltar

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA

CNPJ: 75273029000146**Presidente:****Endereço:** RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA - CENTRO**E-mail:** amcultura@net21.com.br**Capital Social:** 73.193,00**Reserva de Capital:****Total:** 73.193,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
503.469.389-53	CINYRA WOISKI IGNACIO	65.874	65.874,00
672.208.789-15	MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA	7.319	7.319,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
503.469.389-53	CINYRA WOISKI IGNACIO	GERENTE	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (43) 34232055	E-mail: amcultura@net21.com.br
CNPJ: 75.273.029/0001-46	Número do Fistel: 50414398424
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	Complemento: CAIXA POSTAL 777	
Bairro: CENTRO	Numero: 1601,	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800010

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: René Camargo de Azambuja	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 379	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800090

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Doutor Munhoz da Rocha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 1601	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800014

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Apucarana	UF: PR
Latitude: -23.55	Longitude: -51.4635

Parâmetros Técnicos			
Canal: 297	Frequência: 107.3 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004407375						Número Indicativo: ZYX945					
Data Último Licenciamento: 26/09/2017						Número da Licença: 53500.073429/2017-06					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -23.55				Longitude: -51.458				Cota da base: 871 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 1000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 0.07 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 7/8"						Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM					
Comprimento da Linha: 28 m		Atenuação: 1.16 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.24 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: GK 7/8 - 1						Fabricante: Vimesa EB Gap Killer					
Ganho: -3 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 100 °		Polarização: Circular		HCI: 51 m		ERP Máximo: 0.03 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.94	10°: 0.42	20°: 0.24	30°: 0.15	40°: 0	50°: 0.07	60°: 0.11	70°: 0.11	80°: 0.15	90°: 0.15	100°: 0.15	110°: 0.15
120°: 0.15	130°: 0.11	140°: 0.11	150°: 0.07	160°: 0	170°: 0.08	180°: 0.33	190°: 0.7	200°: 1.29	210°: 1.97	220°: 2.72	230°: 3.4
240°: 4.05	250°: 4.52	260°: 4.87	270°: 5.07	280°: 5.14	290°: 5.07	300°: 4.87	310°: 4.52	320°: 4.05	330°: 3.33	340°: 2.64	350°: 1.78
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCI: m		ERP Máximo: 0.03 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	668	Portaria	MC	24/11/1958	26/11/1958	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500004382017	580	Despacho	MCTIC	09/05/2017	11/05/2017	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
8731973	338	Portaria	MC	17/03/1976	24/03/1976	Renovação	Jurídico
720071983	91822	Decreto	PR	22/10/1985	23/10/1985	Renovação	Jurídico
537400000261994	6	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
537400000261994	69	Decreto Legislativo	CN	16/04/2003	17/04/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000044102004	11	Decreto	PR	11/09/2006	12/09/2006	Renovação	Jurídico
530000044102004	300	Decreto Legislativo	CN	18/09/2008	19/09/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.002520/2017-39	560	Ato	ORLE	01/02/2017	01/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
Horário de funcionamento							

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (43) 34232055	E-mail: amcultura@net21.com.br
CNPJ: 75.273.029/0001-46	Número do Fistel: 50414398424
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	Complemento: CAIXA POSTAL 777	
Bairro: CENTRO	Numero: 1601,	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800010

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: René Camargo de Azambuja	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 379	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800090

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Doutor Munhoz da Rocha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 1601	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800014

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Apucarana	UF: PR
Latitude: -23.55	Longitude: -51.4635

Parâmetros Técnicos			
Canal: 297	Frequência: 107.3 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004407375						Número Indicativo: ZYX945					
Data Último Licenciamento: 26/09/2017						Número da Licença: 53500.073429/2017-06					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -23.55				Longitude: -51.458				Cota da base: 871 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 1000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 0.07 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 7/8"						Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM					
Comprimento da Linha: 28 m		Atenuação: 1.16 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.24 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: GK 7/8 - 1						Fabricante: Vimesa EB Gap Killer					
Ganho: -3 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 100 °		Polarização: Circular		HCI: 51 m		ERP Máximo: 0.03 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.94	10°: 0.42	20°: 0.24	30°: 0.15	40°: 0	50°: 0.07	60°: 0.11	70°: 0.11	80°: 0.15	90°: 0.15	100°: 0.15	110°: 0.15
120°: 0.15	130°: 0.11	140°: 0.11	150°: 0.07	160°: 0	170°: 0.08	180°: 0.33	190°: 0.7	200°: 1.29	210°: 1.97	220°: 2.72	230°: 3.4
240°: 4.05	250°: 4.52	260°: 4.87	270°: 5.07	280°: 5.14	290°: 5.07	300°: 4.87	310°: 4.52	320°: 4.05	330°: 3.33	340°: 2.64	350°: 1.78
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCI: m		ERP Máximo: 0.03 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	668	Portaria	MC	24/11/1958	26/11/1958	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500004382017	580	Despacho	MCTIC	09/05/2017	11/05/2017	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
8731973	338	Portaria	MC	17/03/1976	24/03/1976	Renovação	Jurídico
720071983	91822	Decreto	PR	22/10/1985	23/10/1985	Renovação	Jurídico
537400000261994	6	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
537400000261994	69	Decreto Legislativo	CN	16/04/2003	17/04/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000044102004	11	Decreto	PR	11/09/2006	12/09/2006	Renovação	Jurídico
530000044102004	300	Decreto Legislativo	CN	18/09/2008	19/09/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.002520/2017-39	560	Ato	ORLE	01/02/2017	01/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
Horário de funcionamento							

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Processos da Coordenação-Geral de Pós-Outorga em análise na Regional do Rio de Janeiro

NOTA INFORMATIVA Nº 1641/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: **53000.077023/2013-00.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de laudo técnico de estação de radiofrequência operando, na frequência 1460 kHz (mil quatrocentos e sessenta quilohertz), classe C, encaminhado pela **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.273.029/0001-46, concessionária de serviço de radiodifusão sonora sonora em ondas médias, na localidade de Apucarana/PR e que teve sua outorga adaptada para o Serviço de Radiodifusão Sonora de Frequência Modulada, conforme disposto no Termo Aditivo ao contrato celebrado com a União em 07/11/2016, publicado no DOU de 10/11/2016, utilizando o canal 297 (duzentos e noventa e sete), classe C, na mesma localidade, procedimento de adaptação este disposto pelo Decreto PR 8.139 de 07/11/2013, regulamentado pela Portaria MC 127 de 12/03/2014 e alterações posteriores, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998, Resolução Anatel nº 116, de 25 de março de 1999 e demais legislações pertinentes, pelo art. 112 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do do art.4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, **acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga.**

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros

documentos supervenientes que passaram a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada do Serviço de Radiodifusão Sonora de Frequência Modulada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, eventos SEI nº 2989921 e 2989922 e a documentação apresentada do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, eventos SEI nº 1230562 e 1230564 atestam que as estações operavam, na data de confecção dos referidos laudos, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorgas - COROR informando que os laudos técnicos das estações exigidos nos termos do art. 112 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ernani de Souza Monteiro Filho, Engenheiro**, em 22/06/2018, às 14:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 22/06/2018, às 14:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3049326** e o código CRC **3C120699**.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 75.273.029/0001-46 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/09/1966
NOME EMPRESARIAL RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	NÚMERO 1601	COMPLEMENTO	
CEP 86.800-010	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO APUCARANA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (43) 3422-1227	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/04/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **09/08/2018** às **13:57:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 75273029/0001-46
Razão Social: RADIO CULTURA APUCARANA LTDA
Endereço: R CLOVIS DA FONSECA SN ESQ AV MUNHOZ ROCHA / CENTRO / APUCARANA / PR / 86800-110

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/08/2018 a 07/09/2018

Certificação Número: 2018080901435814632143

Informação obtida em 09/08/2018, às 13:40:53.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CNPJ: 75.273.029/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:12:41 do dia 12/07/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/01/2019.

Código de controle da certidão: **822E.A7BB.258F.1B09**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 018499107-03

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **75.273.029/0001-46**

Nome: **RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 07/12/2018 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Apucarana

SECRETARIA DA FAZENDA

Departamento de Receita Municipal

RUA CENTRO CIVICO JOSE DE OLIVEIRA, 25 - CENTRO CEP: 86800-970

Fone : (43) 3422-4000 - e-mail: receita@apucarana.pr.gov.br

CNPJ : 757712530001/68

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Número: 21633 / 2018.

SUELI APARECIDA DE FREITAS PEREIRA,
Superintendente de Tributação da
Prefeitura Municipal de Apucarana -
Estado do Paraná.

CERTIFICA, a vista das informações da Seção de DÍVIDA ATIVA, que o
cadastro abaixo:

Nome.....: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP

CPF / CNPJ: 75.273.029/0001-46

Endereço.....: RUA MUNHOZ DA ROCHA - DR - N°: 0

Bairro.....: SEDE - CENTRO

Município.....: APUCARANA Estado.: PR

Com cadastro Imobiliário e Mobiliário - CONSTA DÉBITO A VENCER -
com a Fazenda Pública municipal até a presente data, era o que tínhamos a
certificar, face ao requerido.

Finalidade desta certidão: PARA FINS DE DIREITO.

Validade: 60 (sessenta) dias após sua emissão

Apucarana em, 09 de Agosto de 2018 .

** Documento emitido eletronicamente

Número de Autenticidade: 719720688719720

Para Consultar a autenticidade acesse www.apucarana.pr.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CNPJ: 75.273.029/0001-46

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:47:23 do dia 09/08/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/09/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 75.273.029/0001-46

Certidão nº: 155791389/2018

Expedição: 09/08/2018, às 13:47:58

Validade: 04/02/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.273.029/0001-46**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CGC/MF nº 75 273 029/0001-46
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JOSÉ IGNÁCIO NETTO, falecido, representado neste ato pela viúva meeira e inventariante CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, comerciante, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, Edifício Sul Brasileiro, Aptº nº 901, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 575.244-PR e inscrita no CPF/MF. sob o nº 503.469.389-53, e os herdeiros JOÃO MIGUEL IGNÁCIO, brasileiro, solteiro, menor, estudante, residente e domiciliado nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, Edifício Sul Brasileiro, Aptº nº 901, JOICI MARA IGNÁCIO, brasileira, solteira, menor, estudante, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, Edifício Sul Brasileiro, Aptº nº 901, representados por sua mãe já qualificada neste instrumento, portadora do Alvará Judicial expedido pela autoridade judiciária competente da Comarca de Apucarana, ANTONIO PENHARBEL FILHO, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Apucarana, Paraná, à Rua Clotário Portugal, nº 559, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 538.847-PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.806.669-, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob a denominação social de "RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA" com sede nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Praça Rui Barbosa nº 252, 1º Andar, com contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 33.971, por despacho em sessão de 16 de novembro de 1956 e primeira alteração de contrato social arquivada na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 185.359, por despacho em sessão de 13 de maio de 1976, resolvem por este instrumento particular de alteração de contrato modificar o seu contrato primitivo mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O sócio JOSÉ IGNÁCIO NETTO é desligado da sociedade por falecimento recebendo os herdeiros as cotas de capital social que o "de cujus" possuía na sociedade em nº de 128 (cento e vinte e oito) no valor de Cr\$ 128.000 (cento e vinte e oito mil cruzeiros), conforme autos da inventário e partilha distribuídos na seguinte proporção:

- a) à viúva CINYRA WOISKI IGNÁCIO, coube 64 (sessenta e quatro) cotas.
- b) ao herdeiro JOÃO MIGUEL IGNÁCIO, coube 32 (trinta e duas) cotas.
- c) ao herdeiro JOICI MARA IGNÁCIO, coube 32 (trinta e duas) cotas.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sócia CINYRA WOISKI IGNÁCIO que possuía na



RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CGC/MF nº 75 273 029/0001-46
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Fls. 02

CLÁUSULA TERCEIRA: Os herdeiros JOÃO MIGUEL IGNÁCIO E JOICI MARA IGNÁCIO, que em decorrência do falecimento do sócio JOSÉ IGNÁCIO NETTO possuíam na sociedade 32 (trinta e duas) cotas de capital cada um, retiram-se da sociedade transferindo suas 64 (sessenta e quatro) cotas de capital pelo valor nominal de Cr\$-64.000 (sessenta e quatro mil cruzeiros) à sócia CINYRA WOISKI IGNÁCIO, recebendo em pagamento os bens imóveis (descritos na partilha judicial).

PARÁGRAFO ÚNICO: Os herdeiros JOÃO MIGUEL IGNÁCIO e JOICI MARA IGNÁCIO, representados por sua mãe, dão plena e rasa quitação à sociedade das importâncias recebidas, declarando nada terem a reclamar com relação aos seus direitos oriundos dos haveres do "de cujus".

CLÁUSULA QUARTA: Em decorrência da presente alteração, o capital social no valor de Cr\$ 160.000 (cento e sessenta mil cruzeiros) dividido em 160 (cento e sessenta) cotas de Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros) cada uma fica assim distribuído entre os sócios cotistas:

SÓCIOS	COTAS	CAPITAL
- CINYRA WOISKI IGNÁCIO	144	Cr\$ 144.000
- ANTONIO PENHARBEL FILHO	16	Cr\$ 16.000
T O T A L	160	Cr\$ 160.000

CLÁUSULA QUINTA: Fica investida na função de gerente da sociedade a sócia CINYRA WOISKI IGNÁCIO, dispensada da prestação de caução para desempenho desta função.

CLÁUSULA SEXTA: O falecimento de qualquer um dos sócios não dissolve a Sociedade, ficando os herdeiros sub-rogados nas obrigações e direitos do "De Cujus", procedendo-se a alteração do Contrato Social, com a anuência prévia dos órgãos do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sede da sociedade à Praça Rui Barbosa nº 252, 1º Andar, fica transferida para à Rua Clovis da Fonseca, esquina com à Avenida Munhoz da Rocha, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

CLÁUSULA OITAVA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam o presente instrumento devidamente rubricado pelos sócios no verso de suas folhas, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.
CGC/MF nº 75 273 029/0001-46
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



Fls. 03

Apucarana, 17 de Dezembro de 1984.

Cinyra
CINYRA WOISKI IGNÁCIO

Antonio Penharbel Filho
ANTONIO PENHARBEL FILHO

João Miguel
JOÃO MIGUEL IGNÁCIO

Joici Mara
JOICI MARA IGNÁCIO

TESTEMUNHAS:

Ivo de Moraes
IVO DE MORAES

Maria do R. Gracioli
MARIA DO ROSARIO GRACIOLI

- DEMONSTRAÇÃO DO USO DA FIRMA -
RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

Cinyra
CINYRA WOISKI IGNÁCIO

1.º TABELIONATO DE NOTAS
LEDO MARQUES

APUCARANA
Reconheço as firmas de: Cinyra Woiski Ignácio, Antonio Penharbel Filho, Ivo de Moraes, Maria do Rosario Gracioli.





RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME
CNPJ Nº 75.273.029/0001-46
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, comerciante, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Rene Camargo de Azambuja, nº 379, Aptº 1002, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 575.244-SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 503.469.389-53 e **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, brasileiro, separado judicialmente, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Praça Interventor Manoel Ribas, nº 125, Aptº nº 701, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 3.354.812-5-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 747.280.599-87, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME**, com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Av. Rua Clóvis da Fonseca, esquina com à Av. Munhoz da Rocha, s/n, Cep nº 86.800-110, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 41201617807, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1956, e Quarta Alteração de Contrato Social arquivado sob o nº 990415880 por despacho em sessão de 08 de Março de 1999, resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato Social, modificar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA : Declaram os sócios e a administradora não estarem impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontrarem-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA SEGUNDA : A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

CLÁUSULA TERCEIRA : Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA QUARTA : Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA : Os sócios declaram que a presente empresa não se enquadra mais como **MICROEMPRESA**, passando a partir desta data a se enquadrar como **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu no ano anterior, o limite fixado no inciso II do artigo 2º da Lei Federal nº 9841 de 05/10/1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º daquela Lei.

CLÁUSULA SEXTA : A sociedade por todos os seus sócios se obriga a não efetuar alterações de controle societário, do quadro diretivo, do objeto social, sem que tenha para tanto, obtido a necessária e prévia autorização dos Órgãos subordinados ao Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SÉTIMA : As cotas representativas do Capital Social, poderão ter como participantes estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 anos, não podendo exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante.

CLÁUSULA OITAVA : À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação :

Primeira : A sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP**.

Segunda : A sociedade tem a sua sede na Rua Clóvis da Fonseca, esquina com à Av. Munhoz da Rocha, s/nº, Centro, Cep nº 86.800-110, neste município e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes.

COMERCIAL

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME

CNPJ Nº 75.273.029/0001-46

QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Terceira : A sociedade tem por objeto social a "Execução de serviços de radiodifusão sonora, em geral, quer em onda média, frequência modulada, som e imagem (Televisão-geradora), onda curta e onda tropical, mediante autorização do Ministério das Comunicações e de seus órgãos competentes, na forma da Lei e da Legislação vigente.

Quarta : Os objetivos expressos da sociedade serão as transmissões de caráter educativo, cultural e informativo, desenvolvendo, paralelamente, as promoções artísticas e de publicidade comercial, para os fins de sua manutenção e dimensionamento da própria empresa.

Quinta : O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído entre os sócios cotistas :

SÓCIOS	COTAS	VALOR
Cinyra Woiski Ignácio	27.000	R\$ 27.000,00
João Miguel Ignácio	3.000	R\$ 3.000,00
TOTAL.....	30.000	R\$ 30.000,00

Sexta : A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Sétima : A sociedade iniciou suas atividades em 16 de Novembro de 1956, e seu prazo de duração é indeterminado.

Oitava : A administração da sociedade será realizada por **Cinyra Woiski Ignácio**, com os poderes e atribuições de **SÓCIA ADMINISTRADORA**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Nona : Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Décima : As cotas são indivisíveis e não poderão ser transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Décima Primeira : Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Décima Segunda : Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Décima Terceira : A sociedade fica obrigada a cumprir todas as exigências legais e administrativas, presente ou que venha a vigorar, relativo ao serviço que se tornar permissionária.

Décima Quarta : A sociedade por todos os seus sócios se obriga a não efetuar alterações de controle societário, do quadro diretivo, do objeto social, sem que tenha para tanto, obtido a necessária e prévia autorização dos Órgãos subordinados ao Ministério das Comunicações.

Décima Quinta : As cotas representativas do Capital Social, poderão ter como participantes estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 anos, não podendo exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante.



RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME
CNPJ Nº 75.273.029/0001-46
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Décima Sexta : A sociedade se compromete ao disposto em todos os Decretos, Leis, Regulamentos, Portarias emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos, vigentes ou a entrar em vigor, relativos a legislação de radiodifusão do País.

Décima Sétima : A sociedade não deterá Concessões ou Permissões para executar os serviços de radiodifusão sonora em todo o País, além dos limites fixados no Artigo 12, do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Décima Oitava : Para os cargos de administrador, procurador, locutores e responsáveis pelas instalações técnicas, somente serão admitidos brasileiros natos.

Décima Nona : Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único : O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Vigésima : Declaram os sócios e a administradora não estarem impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontrarem-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Vigésima Primeira : Os sócios declaram que a presente empresa não se enquadra mais como MICROEMPRESA, passando a partir desta data a se enquadrar como EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu no ano anterior, o limite fixado no inciso II do artigo 2º da Lei Federal nº 9841 de 05/10/1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º daquela Lei.

Vigésima Segunda : Fica eleito o Foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

Vigésima Terceira : Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.


Apucarana(PR), 23 de Janeiro de 2004.


CINYRA WOISKI IGNÁCIO


JOÃO MIGUEL IGNÁCIO
Testemunhas


Simone Cristina Paim
RG. Nº 6.510.122-0-SSP-PR


Rosângela Longhi
RG. Nº 6.545.852-7-SSP-PR


Visto : Armando Gracioli – Advogado
OAB-PR nº 13.518

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Rene Camargo de Azambuja, nº 379, Aptº 1002, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 575.244-SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº. 503.469.389-53 e **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Desembargador Clotário Portugal, nº 749, Centro, Cep nº 86.800-020, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 3.354.812-5-SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 747.280.599-87, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP**, com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, na Rua Clóvis da Fonseca, esquina com a Av. Munhoz da Rocha, s/nº, Centro, Cep nº 86.800-110, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 41201617807, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1956, e Quinta Alteração de Contrato Social arquivado sob o nº 20040533050 por despacho em sessão de 30 de Janeiro de 2004, resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato Social, modificar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Capital Social no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fica elevado neste ato para R\$ 73.193,00 (setenta e três mil, cento e noventa e três reais), dividido em 73.193 (setenta e três mil, cento e noventa e três) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o aumento no valor de R\$ 43.193,00 (quarenta e três mil, cento e noventa e três reais), subscrito e integralizado pelos sócios na seguinte proporção:

- **CINYRA WOISKI IGNÁCIO**, que possui na sociedade 90,00% (noventa por cento) do total do Capital Social, passa a ter R\$ 65.874,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais) de capital social, sendo o aumento no valor de R\$ 38.874,00 (trinta e oito mil, oitocentos e setenta e quatro reais), sendo integralizado R\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais) mediante pagamento antecipado no ano de 2001, contabilizado na conta de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$ 19.624,00 (dezenove mil, seiscentos e vinte e quatro reais) com Saldo da conta de Reserva Especial de Capital, contas existentes em Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2007.
- **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, que possui na sociedade 10% (dez por cento) do total do Capital Social, passa a ter R\$ 7.319,00 (Sete mil, trezentos e dezenove reais), de capital social, sendo o aumento no valor de R\$ 4.319,00 (quatro mil, trezentos e dezenove reais), sendo integralizado R\$ 2.150,00 (dois mil, cento e cinquenta reais) mediante pagamento antecipado no ano de 2001, contabilizado na conta de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$ 2.169,00 (dois mil, cento e sessenta e nove reais) com saldo da conta de reserva especial de capital, contas existentes em Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2007.

CLÁUSULA SEGUNDA: O sócio **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, que possui na sociedade, inteiramente subscritas e integralizadas, 7.319 (sete mil, trezentos e dezenove) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, retira-se da sociedade, transferindo pelo mesmo valor nominal, todas as suas cotas a sócia ingressante **MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Desembargador Clotário Portugal, nº 749, Centro, Cep nº 86.800-020, portadora da Cédula de Identidade Civil Rg nº 3.324.933-0-SSP-PR, inscrita no CPF sob o nº 672.208.789-15, dando o sócio cedente a sócia adquirente, plena, geral e raza quitação da cessão de cotas ora efetuadas. A sócia ingressante declara conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando desta forma sub rogado nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA: Em decorrência da presente alteração, o Capital Social no valor de R\$ 73.193,00 (setenta e três mil, cento e noventa e três reais), dividido em 73.193 (setenta e três mil, cento e noventa e três) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre as sócias cotistas:

SÓCIAS	COTAS	CAPITAL
Cinyra Woiski Ignácio	65.874	R\$ 65.874,00
Maria Cristina Araujo Penna	7.319	R\$ 7.319,00
TOTAL.....73.193		R\$ 73.193,00

CLÁUSULA QUARTA: Declara a sócia ingressante não estar impedida, por lei especial, e nem condenada ou encontrar-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA QUINTA: A sede da sociedade à Rua Clóvis da Fonseca, esquina com à Av. Munhoz da Rocha, s/nº, Centro, Cep nº 86.800-110, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, fica transferida para à Av. Doutor Munhoz da Rocha, nº 1601, Centro, Cep nº 86.800-010, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEXTA: O sócio que desejar ceder suas quotas de capital deverá antes oferecer aos demais sócios, possibilitando que exerçam o direito de preferência na aquisição, mediante notificação por escrito com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando necessário por disposição legal.

CLÁUSULA OITAVA: As quotas representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertence exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social.

CLÁUSULA NONA: Capital social pertencente na sua totalidade a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLAUSULA DÉCIMA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Rene Camargo de Azambuja, nº 379, Aptº 1002, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 575.244-SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº. 503.469.389-53 e **MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Desembargador Clotário Portugal, nº 749, Centro, Cep nº 86.800-020, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 3.324.933-0-SSP-PR, inscrita no CPF sob o nº 672.208.789-15, sócias componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP**, com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, na Av. Doutor Munhoz da Rocha, 1601, Centro, Cep nº 86.800-010, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 41201617807, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1956, e Quinta Alteração de Contrato Social arquivado sob o nº 20040533050 por despacho em sessão de 30 de Janeiro de 2004, resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato Social, consolidar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de “**RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP**”.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem a sua sede na Av. Doutor Munhoz da Rocha, 1601, Centro, Cep nº 86.800-010, nesta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem por objeto social a “Execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer em onda média, frequência modulada, som e imagem (Televisão-geradora), onda curta e onda tropical, mediante autorização do Ministério das Comunicações e de seus órgãos competentes, na forma da Lei e da Legislação vigente”.

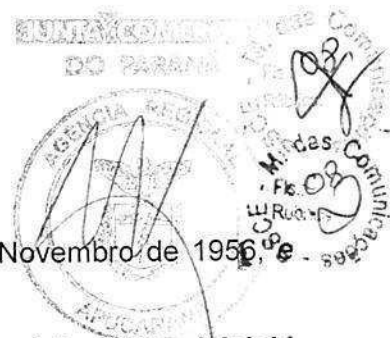
CLÁUSULA QUARTA: Os objetivos expressos da sociedade serão as transmissões de caráter educativo, cultural e informativo, desenvolvendo, paralelamente, as promoções artísticas e de publicidade comercial, para os fins de sua manutenção e dimensionamento da própria empresa.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social no valor de R\$ 73.193,00 (setenta e três mil, cento e noventa e três reais), dividido em 73.193 (setenta e três mil, cento e noventa e três) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre as sócias cotistas:

SÓCIAS	COTAS	CAPITAL
Cinyra Woiski Ignácio	65.874	R\$ 65.874,00
Maria Cristina Araujo Penna	7.319	R\$ 7.319,00
TOTAL.....	73.193	R\$ 73.193,00

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade iniciou suas atividades em 16 de Novembro de 1956, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade é realizada pela sócia **Cinyra Woiski Ignácio**, com os poderes e atribuições de **SÓCIA ADMINISTRADORA**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização da outra sócia.

CLÁUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo as sócias, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA: As cotas são indivisíveis e não poderão ser transferidas a terceiros sem o consentimento da outra sócia, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, as sócias deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: As sócias poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O sócio que desejar ceder suas quotas de capital deverá antes oferecer aos demais sócios, possibilitando que exerçam o direito de preferência na aquisição, mediante notificação por escrito com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade fica obrigada a cumprir todas as exigências legais e administrativas, presente ou que venha a vigorar, relativo ao serviço que se tornar permissionária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando necessário por disposição legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As quotas representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertence exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A sociedade se compromete ao disposto em todos os Decretos, Leis, Regulamentos, Portarias emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos, vigentes ou a entrar em vigor, relativos a legislação de radiodifusão do País.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A sociedade não deterá Concessões ou Permissões para executar os serviços de radiodifusão sonora em todo o País, além dos limites fixados no Artigo 12, do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Capital social pertencente na sua totalidade a brasileiros/natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditada qualquer sócia, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou da sócia remanescente, o valor de seus haveres será apurado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a sua sócia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Declaram as sócias e a administradora não estarem impedidas, por lei especial, e nem condenadas ou encontrarem-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.


CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: As sócias declaram que a empresa se enquadra como Empresa de Pequeno Porte de acordo com a Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Fica eleito o Foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.


E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Apucarana (PR), 30 de Junho de 2008.


CINYRA WOISKI IGNÁCIO


JOÃO MIGUEL IGNÁCIO


MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA
TESTEMUNHAS


Rosângela Longhi
Rg nº 6.545.852-7-SSP-PR


Vanessa Renata Canassa
Rg nº 7.789.310-5-SSP-PR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.077023/2013-00		
Entidade: Rádio Cultura de Apucarana Ltda.	CNPJ: 75.273.029/0001-46	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM	Localidade: Apucarana	UF: PR
Validade da Outorga: vencida	Período: 2014-2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	evento SEI n.º 0052456, fl.2
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	evento SEI n.º
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	OK	evento SEI n.º
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	evento SEI n.º
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	evento SEI n.º
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	evento SEI n.º
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	evento SEI n.º

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	evento SEI n.3248669 fl.1/3 (2ª alteração); fl.4/6 (5ª alteração); fl.7/11 (6ª alteração)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	evento SEI n.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	evento SEI n.º
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 1230545
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 3248461, fl.1
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n.º 3248461, fl. 3 (Federal); fl. 4 (Estadual); fl. 5 (Municipal)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n.º 3248461, fl.6
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI n.º 3248461, fl.2 (FGTS); fl.3 (INSS)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º 3248461, fl.7
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n.º 1230562 1230563 1230564

2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE		
2.2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	Não se aplica	
2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;	Não se aplica	

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Rafael Ferreira Larcher CARGO: Coordenador de Renovação de Outorga	09/08/2018

NOTA TÉCNICA Nº 17913/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.077023/2013-00

Assunto: Renovação. Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Cultura de Apucarana Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, referente ao período de 1.5.2014 a 1.5.2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que o pedido de que trata o parágrafo 1º chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão em ao menos 5 (cinco) ocasiões. A Interessada sempre que intimada a apresentar os documentos necessários ao bom andamento do feito, sempre os apresentou.

3. Sucede que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Considerando que as inovações trazidas devem ser aplicadas a todos os pleitos que se encontram em trâmite nesta Pasta, ainda pendentes de decisão definitiva, entende-se que a Interessada deve apresentar os seguintes documentos, sem os quais o pleito não poderá ter prosseguimento:

4.1. declaração, firmada pelo representante legal da interessada - **vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração**- de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

- iii) declaração, firmada pelo representante legal, de que a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- iv) declaração, firmada pelo representante legal, de que a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- v) declaração, firmada pelo representante legal, de que a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- vi) declaração, firmada pelo representante legal da interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

OBS: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

4.2. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, que demonstre as atuais composições societária/diretiva e o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

4.3. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura, **ASSINADO PELO CONTADOR (A) E PELO ADMINISTRADOR DA ENTIDADE, nos termos do § 2º do art. 1.184, do Código Civil;**

4.4. Contrato social, 1ª, 3ª, 4ª, e demais alterações contratuais que porventura tenham sido realizadas após a 6ª alteração contratual.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher**,
Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão,
em 09/08/2018, às 15:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3248713** e o código CRC **8A54E413**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 3248713



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 –
Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 31573/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA. (75.273.029/0001-46)

Av. Munhoz da Rocha, nº 1601 - Caixa Postal 777

86800-010 Apucarana-PR

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo n.º 53000.077023/2013-00.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 17.913/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 09/08/2018, às 15:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3249134** e o código CRC **5CD45E06**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 31573/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.077023/2013-00 - Nº SEI: 3249134

Data de Envio:

09/08/2018 16:38:48

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

joaomiguel@radioculturaapucarana.com.br
cinyrawoiski@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.077023/2013-00

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3249134.html
Nota_Tecnica_3248713.html

Ao Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicação.

À Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas.

Da Rádio Cultura de Apucarana Ltda.

Cumprindo com as determinações desse Ministério, em atenção ao Ofício nº 31573/2018 SEI MCTIC de 09/08/2018, a Rádio Cultura de Apucarana Ltda., vem, tempestivamente apresentar os documentos exigíveis/exigidos e a seguir elencados:

i-declaração firmada pela representante legal conforme decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 em seu art. 12.

ii- declaração firmada pelo representante legal de que não há nenhum dos dirigentes com cargos eletivos dos quais decorra foro especial.

iii- declaração de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

iv- declaração de que cumpre com o disposto no art. 7º, caput, inciso xxxiii, da constituição federal.

v- declaração de que não executa serviços de radiodifusão sem outorga.

vi- declaração de que nenhum dos sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado conforme art. 1º da lei complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa) em seu inciso i, alíneas "b" a "q".

4.2- Certidão emitida pela junta comercial de 17 de agosto de 2018, juntamente com as atuais composições societárias, mais histórico detalhado de todos os atos arquivados pela entidade.

4.3- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentados na forma da lei e assinados pelos responsáveis.

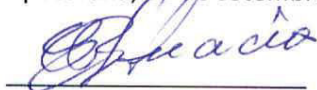
4.4- Contrato social, juntamente com as 07 alterações, todos emitidos pela junta comercial do paraná.

Pelo acima exposto, tendo cumprido com as determinações,
Subscrevemo-nos atenciosamente,

Rádio Cultura de Apucarana Ltda.

CNPJ nº 75.273029/0001-46

Apucarana, 05 de setembro de 2018.



Cinyra Woiski Ignácio

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR

Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09

DECLARAÇÃO i)

Eu, Cinyra Woiski Ignácio, brasileira, divorciada, moradora e domiciliada à rua René Camargo de Azambuja n° 379, Edifício Girassol, 10° andar, apto n° 1002, centro, nesta cidade de Apucarana, estado do Paraná, sócia proprietária e representante legal da empresa denominada Rádio Cultura de Apucarana Ltda., com CNPJ n° 75.273.029/0001-46, e sede administrativa e estúdios localizados à Av. Doutor Munhoz da Rocha, n° 1.601, nesta cidade de Apucarana-Pr., **DECLARO** que nenhuma das sócias ou dirigentes da Pessoa Jurídica denominada Rádio Cultura de Apucarana Ltda, participam de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo serviço de radiodifusão no mesmo local da outorga ou em quaisquer outros municípios de acordo com art. 12 do Decreto-lei, n° 236 de 1967.

Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração para que surta os seus devidos efeitos.

Apucarana, 05 de setembro de 2018.



Cinyra Woiski Ignácio

Referente:

Ofício nº 31573/2018/SEI-MCTIC

Ao Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicação.

À Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas.

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo n.º 53000.077023/2013-00.**

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR

Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09

DECLARAÇÃO (ii)

EU, Cinyra Woiski Ignácio, brasileira, divorciada, moradora e domiciliada à rua René Camargo de Azambuja nº 379, Edifício Girassol, 10º andar, apto nº 1002, centro, nesta cidade de Apucarana, estado do Paraná, sócia proprietária e representante legal da empresa denominada Rádio Cultura de Apucarana Ltda., com CNPJ nº 75.273.029/0001-46, e sede administrativa e estúdios localizados à Av. Doutor Munhoz da Rocha, nº 1.601, nesta cidade de Apucarana-Pr., **DECLARO** que nenhum dos sócios ou dirigentes desta emissora se encontram no exercício de quaisquer cargos eletivos que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

Por ser expressão da verdade assino a presente para que surta seus devidos efeitos.

Apucarana, 05 de setembro de 2018.



Cinyra Woiski Ignácio

Referente:

Ofício nº 31573/2018/SEI-MCTIC
Ao Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicação.
À Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-outorgas.
Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.077023/2013-00.**

DECLARAÇÃO (iii)

Eu, Cinyra Woiski Ignácio, brasileira, divorciada, moradora e domiciliada à rua René Camargo de Azambuja nº 379, Edifício Girassol, 10º andar, apto nº 1002, centro, nesta cidade de Apucarana, estado do Paraná, sócia proprietária e representante legal da empresa denominada Rádio Cultura de Apucarana Ltda., com CNPJ nº 75.273.029/0001-46, e sede administrativa e estúdios localizados à Av. Doutor Munhoz da Rocha, nº 1.601, nesta cidade de Apucarana-Pr. **DECLARO** que a **PESSOA JURIDICA, RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.**, não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

Por ser expressão da verdade, assino a presente para que surta seus devidos efeitos.

Apucarana, 05 de setembro de 2018.



Cinyra Woiski Ignácio

Referente:

Ofício nº 31573/2018/SEI-MCTIC
Ao Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicação.
À Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-outorgas.
Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo n.º 53000.077023/2013-00.**

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR
Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09

DECLARAÇÃO (iv)

EU, Cinyra Woiski Ignácio, brasileira, divorciada, moradora e domiciliada à rua René Camargo de Azambuja nº 379, Edifício Girassol, 10º andar, apto nº 1002, centro, nesta cidade de Apucarana, estado do Paraná, sócia proprietária e representante legal da empresa denominada Rádio Cultura de Apucarana Ltda., com CNPJ nº 75.273.029/0001-46, e sede administrativa e estúdios localizados à Av. Doutor Munhoz da Rocha, nº 1.601, nesta cidade de Apucarana-Pr., DECLARO que a Pessoa Jurídica cumpre com o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

E por ser expressão da verdade assina a presente para que surta seus devidos efeitos.

Apucarana, 05 de setembro de 2018.



Cinyra Woiski Ignácio.

Referente:

Ofício nº 31573/2018/SEI-MCTIC
Ao Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicação.
À Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-outorgas.
Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo n.º 53000.077023/2013-00.**

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR
Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09

DECLARAÇÃO (v)

Eu, Cinyra Woiski Ignácio, brasileira, divorciada, moradora e domiciliada à rua René Camargo de Azambuja nº 379, Edifício Girassol, 10º andar, apto nº 1002, centro, nesta cidade de Apucarana, estado do Paraná, sócia proprietária e representante legal da empresa denominada Rádio Cultura de Apucarana Ltda., com CNPJ nº 75.273.029/0001-46, e sede administrativa e estúdios localizados à Av. Doutor Munhoz da Rocha, nº 1.601, nesta cidade de Apucarana-Pr., **DECLARO** que não executamos serviços de radiodifusão sem a devida outorga.

E, por ser verdade, assino a presente declaração para que surta seus devidos efeitos.

Apucarana, 05 de setembro de 2018.



Cinyra Woiski Ignácio

Referente:

Ofício nº 31573/2018/SEI-MCTIC
Ao Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicação.
À Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-outorgas.
Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo n.º 53000.077023/2013-00.**

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR
Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09



CULTURA

RÁDIO CULTURA APUCARANA - FM 107,3Mhz

DECLARAÇÃO (vi)

Eu, Cinyra Woiski Ignácio, brasileira, divorciada, moradora e domiciliada à Rua René Camargo de Azambuja n° 379, Edifício Girassol, 10° andar, apto n° 1002, centro, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, sócia proprietária e representante legal da empresa denominada Rádio Cultura de Apucarana Ltda., com CNPJ n° 75.273.029/0001-46, e sede administrativa e estúdios localizados à Av. Doutor Munhoz da Rocha, n° 1.601, nesta cidade de Apucarana-Pr., **DECLARO** que nenhum dos sócios ou dirigentes desta entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por Órgão Judicial Colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b,c,d,e,f,g,h, i,j,k,l,m,n,o,p e q da Lei Complementar n° 64/1990 (Lei da ficha limpa).

Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração para que surta seus devidos efeitos.

Apucarana, 05 de setembro de 2018.



Cinyra Woiski Ignácio

Referente:

Ofício nº 31573/2018/SEI-MCTIC
Ao Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicação.
À Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-outorgas.
Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo n.º 53000.077023/2013-00.**

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

www.radioculturaapucarana.com.br

Av. Munhoz da Rocha, 1601 - Cx. Postal 777 - CEP 86800-010 - Apucarana - PR
Fone (43) 3423-2055 - Fax 3422-0894 - CNPJ 75.273.029/0001-46 - Inscr. Est. 90485820-09

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 002

Certificamos que o ato constitutivo da empresa indicada a seguir encontra-se arquivado nesta Junta Comercial:

nome empresarial: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP

NIRE: 41 2 0161780 7

CNPJ: 75.273.029/0001-46

endereço: AV DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA

complemento:

número: 1601

bairro: CENTRO

CEP: 86800-010

município: APUCARANA

UF: PR

situação: REGISTRO ATIVO

Arquivamentos Posteriores:

ato	número	data	descrição
B02	41201617807	16/11/1956	REGISTRO/CONSTITUICAO
B05	185359	13/05/1976	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	341520	29/11/1985	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	466772	23/08/1990	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
301	983033730	24/11/1998	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA - EMPRESA JA CONSTITUIDA
021	990415880	08/03/1999	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	20040533050	30/01/2004	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20040533050	30/01/2004	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
307	20040533069	30/01/2004	REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE
985	20042047935	24/06/2004	ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS
310	20044607598	03/01/2005	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
985	20052195538	20/06/2005	ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS
206	20062634585	19/07/2006	PROCURACAO
021	20083589996	14/08/2008	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20083589996	14/08/2008	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
021	20145891232	26/09/2014	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20145891232	26/09/2014	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO

Página: 002 / 002

h Bogus

17/292068-0

Figure 1 displays a 4x4 grid of 16 small images, each showing a different pattern of black dots on a white background. The patterns are arranged in four rows and four columns. The first row shows a vertical line of 4 dots, a horizontal line of 4 dots, a 2x2 square, and a 3x1 rectangle. The second row shows a 3x2 rectangle, a 2x3 rectangle, a 4x1 horizontal line, and a 4x1 vertical line. The third row shows a 3x3 square, a 2x4 rectangle, a 4x2 rectangle, and a 3x2 rectangle. The fourth row shows a 4x3 rectangle, a 3x4 rectangle, a 2x2 square, and a 1x4 horizontal line.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ



SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial

RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)

41 2 0161780-7

CNPJ

75.273.029/0001-46

Data de Arquivamento do Ato Constitutivo

XXXXXXXXXX

Data de Início de Atividade

16/11/1956

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
AV DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA, 1601, CENTRO, APUCARANA, PR, 86.800-010

Objeto Social

EXECUCAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA EM GERAL, QUE EM ONDA MEDIA FREQUENCIA MODULADA, SOM E IMAGEM (TELEVISAO-GERADORA) ONDA CURTA E ONDA TROPICAL, MEDIANTE AUTORIZACAO DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES E DE SEUS ORGAOS COMPETENTES NA FORMA DA LEI E DA LEGISLACAO VIGENTE

Capital: R\$ 110.000,00
(CENTO E DEZ MIL REAIS)

Capital Integralizado: R\$ 110.000,00
(CENTO E DEZ MIL REAIS)

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)

Empresa de pequeno porte

Prazo de Duração

Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ
CINYRA WOISKI IGNACIO
503.469.389-53

Participação no capital (R\$) Espécie de Sócio
99.000,00 SOCIO

Administrador
Administrador

Término do Mandato
XXXXXXXXXX

MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA
672.208.789-15

11.000,00 SOCIO

XXXXXXXXXX

Último Arquivamento

Data: 26/09/2014

Número: 20145891232

Ato: ALTERAÇÃO

Situação
REGISTRO ATIVO

Evento (s): ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO

Status
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APUCARANA - PR, 17 de agosto de 2018

18/510466-5



Libertad Bogus

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

TERMO DE ABERTURA

Contem este livro 273 folhas numeradas eletronicamente de 1 a 273 e servira de livro DIARIO no 32 do contribuinte abaixo identificado. O presente termo vai assinado pelo representante da empresa e pelo contabilista.

Nome.....:RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA ME ^{EPP}

Endereco.....:RUA MUNHOZ DA ROCHA 1601

Município.....:APUCARANA Estado - PR

Inscricao Estadual.....:9048582009

C.N.P.J.....:75.273.029/0001-46

Reg.Junta Comercial sob no.....:41201617807

Por Despacho de.....:16/11/1956

Encerramento do Exercicio Social:31/12/2017

APUCARANA, 01 de Janeiro de 2017



C. Ignácio

CINYRA WOISKI IGNACIO
Administrador
CPF-503.469.389-53
CENTRO O
APUCARANA - PR

Rosângela Longhi

ROSÂNGELA LONGHI
CO/CRC-PR-047.440/O-0 - CPF-025.457.429-70
AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 238
APUCARANA - PR
(43)3422-1227

Ressalva:

Onde lê Rádio Cultura de Apucarana Ltda ME,

leia-se Rádio Cultura de Apucarana Ltda EPP,

Rosângela Longhi
Rosângela Longhi
Contadora
CRC-PR N° 047440/O-0

ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	21.289,88	11.886,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.458,01	6.534,16
CAIXA GERAL	2.279,28	6.113,21
CAIXA	2.279,28	6.113,21
BANCO C/MOVIMENTO	17.787,71	417,16
BANCO DO BRASIL S/A	8.114,01	417,16
BANCO SICCOB	9.673,70	0,00
APLICACOES FINANCEIRAS	391,02	3,79
BANCO DO BRASIL S/A - BRASILPREV	386,66	0,00
BANCO SICCOB	4,36	3,79
CREDITOS	831,87	5.352,50
OUTROS CREDITOS	831,87	5.352,50
ADIANTAMENTOS DE FERIAS	831,87	5.352,50
ATIVO NAO CIRCULANTE	276.103,04	253.166,11
INVESTIMENTOS	22.007,72	19.970,79
INVESTIMENTOS	22.007,72	19.970,79
INVEST.DEC.INCENT.FISCAL	150,13	150,13
ACOES E OUTROS INVESTIMENTOS	21.857,59	19.820,66
IMOBILIZADO	254.095,32	233.195,32
IMOBILIZADO TANGIVEL	254.095,32	233.195,32
IMOVEIS - TERRENOIS	121.430,15	121.430,15
VEICULOS	50.948,00	50.948,00
MAQUINAS E ACESSORIOS	906,22	906,22
MOVEIS E UTENSILIOS	15.196,98	15.196,98
INSTALACOES	850,00	850,00
EQUIPAMENTOS	45.788,30	24.888,30
LINHAS TELEFONICAS	896,94	896,94
DISCOTECA	11.902,38	11.902,38
EQUIPAMENTOS DE RADIODIFUSAO	87.802,29	87.802,29
RENFETORIAS EM IMOVEIS DE TERCEIROS	59.208,21	59.208,21
(-) DEPRECIAC. ACUMULADAS	(123.067,80)	(123.067,80)
(-) DEPR. ACUM. LEI 8200/91	(17.766,35)	(17.766,35)
TOTAL DO ATIVO	297.392,92	265.052,77
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE	214.121,49	131.909,96

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ



PASSIVO CIRCULANTE	214.121,49	131.909,96
FORNecedores	9.357,25	2.164,81
FORNecedores NACIONAIS	9.357,25	2.164,81
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO	174.197,55	103.880,75
BANCO SICOOB	0,00	7.928,50
BANCO SICOOB - EMPRESTIMO	26.267,18	2.527,15
FINANCIAMENTO CAPITAL DE GIRO	0,00	5.494,73
EMPRESTIMOS C/ TERCEIROS	78.800,00	36.800,00
EMPRESTIMOS DE SOCIOS	69.130,37	51.130,37
OBRIGACOES COM PESSOAL	21.760,44	18.330,77
PRO LABORE A PAGAR	1.667,86	1.566,40
ORDENADOS E SALARIOS A PAGAR	17.259,80	16.764,37
RESCISAO A PAGAR	2.852,78	0,00
OBRIGACOES SOCIAIS	5.576,18	4.619,36
INSS A RECOLHER	2.277,84	1.886,16
FGTS A RECOLHER	3.010,77	2.445,63
CONTRIB.SIND.A RECOLHER	287,57	287,57
OBRIGACOES FISCAIS	3.060,20	2.591,32
IRF A RECOLHER	221,50	144,46
ISS A RECOLHER	5,07	9,24
SIMPLES A RECOLHER	2.833,63	2.437,62
OUTRAS OBRIGACOES	149,87	322,95
AGUA E ESGOTO A PAGAR	149,87	322,95
PATRIMONIO LIQUIDO	83.271,43	133.142,81
CAPITAL SOCIAL	110.000,00	110.000,00
CAPITAL SOCIAL	110.000,00	110.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	110.000,00	110.000,00
RESERVAS	(26.728,57)	23.142,81
RESERVA DE LUCROS	0,00	23.142,81
LUCROS ACUMULADOS	0,00	23.142,81
RESULTADO ACUMULADO	(26.728,57)	0,00

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ



RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA ME

C.N.P.J.: 75.273.029/0001-46

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2017

Folha :0256

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

Exercícios: 2017

2016

PREJUIZOS ACUMULADO	(26.728,57)	0,00
TOTAL DO PASSIVO	297.392,92	265.052,77

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2017.

CINTRA WOISKI IGNACIO

Administrador

CPF-503.469.399-53

CENTRO, 0

APUCARANA - PR

ROSANGELA LONCHI

CD/CRC-PR-047.440/D-0- - CPF-025.457.429-70

AV CORIPEU DE AZEVEDO MARGUES, 238

APUCARANA PR

(43)3422-1227

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ





RECEITA BRUTA.....	508.436,43	444.126,04
RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS.....	508.436,43	444.126,04
DEBITOS DA RECEITA BRUTA.....	(33.718,37)	(29.634,53)
SIMPLES/FEDERAL.....	(33.718,37)	(29.634,53)
(=) RECEITA LÍQUIDA.....	474.718,06	414.491,51
(=) LUCRO BRUTO.....	474.718,06	414.491,51
RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS.....	(17.777,73)	(8.905,86)
(-) RECEITAS FINANCEIRAS.....	421,59	0,20
DESCONTOS OBTIDOS.....	420,62	0,00
JUROS RECEBIDOS.....	0,40	0,00
RENTA S/APLICAÇÃO FINANCEIRA.....	0,57	0,20
DESPESAS FINANCEIRAS.....	(18.197,32)	(8.906,06)
ENCARGOS FINANCEIROS.....	(294,39)	(1.613,54)
DESPESAS BANCARIAS.....	(9.327,77)	(1.857,82)
JUROS PASSIVOS.....	(7.757,22)	(5.014,16)
IOF.....	(819,94)	(420,54)
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	2.036,93	6.945,30
DEMAIS RECEITAS.....	2.036,93	6.945,30
DIVIDENDOS RECEBIDOS.....	2.036,93	2.581,10
VERBAS RESCISÓRIA.....	0,00	4.364,20
(-) DESPESAS OPERACIONAIS.....	(508.848,64)	(538.925,09)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS.....	(149.878,59)	(129.193,39)
ÁGUA E ESGOTO.....	(3.525,64)	(3.075,86)
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS.....	(38.400,00)	(38.400,00)
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES.....	(13.653,62)	(3.782,42)
CORREIOS E TELEGRAFOS.....	(1.446,32)	(797,20)
DESPESAS COM TELEFONE.....	(8.496,02)	(7.839,49)
MATERIAL PUBLICITÁRIO.....	(180,00)	0,00
DESP. COM BENS NATUREZA PERMANENTE.....	(2.116,00)	0,00
DESPESAS COM VIAGENS.....	(387,00)	0,00
SERVIÇO DE INFORMÁTICA.....	(760,00)	(100,00)
DEPRECIACÕES.....	0,00	(11.085,06)
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO.....	(63,17)	0,00
DESPESAS COM LIMPEZA.....	(490,25)	(491,50)
COMISSÃO INTERMEDIÇÃO DE VENDAS.....	(1.043,84)	0,00
DESPESAS COM CONDOMÍNIO.....	0,00	(156,12)
DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES.....	(1.200,00)	0,00
DESPESAS COM ASSOCIAÇÕES.....	(8.465,84)	(7.376,00)
DESPESAS COM CARTÓRIOS.....	(333,45)	(34,15)
ENERGIA ELÉTRICA.....	(2.116,64)	(11.404,06)
FRETES E CARRIOTOS.....	(594,67)	0,00
HONORÁRIOS PROFISSIONAIS.....	(4.800,00)	(4.331,00)
IMPRESSOS E MAT. P/ ESCRITÓRIO.....	(493,60)	(347,34)
MATERIAL DE USO E CONSUMO.....	(1.777,49)	(1.402,00)
PREMIOS DE SEGUROS.....	(18.408,03)	(8.374,88)



PROPAGANDA E PUBLICIDADE.....	(132,16)	(251,85)
RETIRADA DE PRO-LABORE.....	(22.488,00)	(21.120,00)
SERVICOS DE VIGILANCIA.....	(1.982,30)	(1.255,00)
SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA.....	(6.524,55)	(7.569,46)
DESPESAS C/ PESSOAL.....	(333.957,27)	(354.286,59)
ORDENADOS E SALARIOS.....	(210.256,63)	(201.743,41)
FERIAS.....	(31.218,68)	(37.585,10)
DECIMO TERCEIRO SALARIO.....	(19.257,61)	(19.473,95)
AVISO PREVIO.....	(60,86)	(6.670,19)
AMENIO.....	(38.308,50)	(36.289,07)
VALE TRANSPORTE.....	(2.096,53)	(2.953,61)
F.G.T.S.....	(23.940,17)	(23.989,33)
HORAS EXTRAS.....	(2.778,50)	(2.543,80)
GRATIFICACAO.....	(299,36)	(1.768,58)
COMISSAO.....	(924,38)	(987,88)
ADICIONAL NOTURNO.....	(0,08)	(12,34)
MULTAS S/RESCISAO - FGTS.....	(431,85)	(14.297,65)
DESPESAS MEDICO HOSPITALAR.....	(1.725,62)	(40,00)
CONTRIBUICAO SOCIAL - FGTS.....	(107,97)	(3.574,38)
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	(2.550,53)	(2.352,30)
CAGED.....	0,00	(5,00)
DESPESAS TRIBUTARIAS.....	(25.012,78)	(55.445,11)
ANUIDADES.....	(81,53)	(47,18)
TAXAS E EMOLUMENTOS.....	(21.534,22)	(52.516,60)
IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS.....	(365,39)	(1.582,38)
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS.....	(1.338,91)	(830,67)
CONTRIBUICAO SINDICAL.....	(542,25)	(468,00)
TAXAS BOMBEIROS.....	(155,81)	0,00
MULTAS, JUROS E CORRECAO MONETARIA.....	(116,27)	(0,28)
I.C.M.S.....	(878,40)	0,00
(=) PREJUIZO OPERACIONAL LIQUIDO.....	(49.871,38)	(126.394,14)
(=) PREJUIZO LIQUIDO DO EXERCICIO.....	(49.871,38)	(126.394,14)

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.


CINYRA WOISKI IGNÁCIO
Administrador
CPF-503.469.389-53
CENTRO, 0
APUCARANA - PR


ROSÂNGELA LINETTI
CO/CRC-PR-047.440/0-0 - CPF-025.457.422-70
AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 238
APUCARANA PR
(43)3422-1227



EVENTO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	RESULTADO ACUMULADO	TOTAL
SALDO INICIAL	110.000,00	23.142,81		133.142,81
		-23.142,81		-23.142,81
PREJUIZO LIQUIDO DO EXERC			-26.728,57	-26.728,57
SALDO FINAL	110.000,00		-26.728,57	83.271,43

RECONHECEMOS A EXATIDAO DA PRESENTE DEMONSTRACAO DAS MUTACOES DO PATRIMONIO LIQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO 2017.

CYNARA WIESKI IGNACIO
Administrador
CPF-503.469.389-53
CENTRO, 0
APUCARANA - PR

ROSANGELA LONCHI
CO/CRC-PR-047.440/0-0 - CPF-025.457.429-70
AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 238
APUCARANA PR
(43)3422-1227

CYNARA WIESKI IGNACIO
Administrador
CPF-503.469.389-53
CENTRO, 0
APUCARANA - PR

ROSANGELA LONCHI
CO/CRC-PR-047.440/0-0 - CPF-025.457.429-70
AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 238
APUCARANA PR
(43)3422-1227



FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

RECEBIMENTO DE CLIENTES.....	508.436,43	444.126,04
PAGAMENTOS A FORNECEDORES E EMPREGADOS.....	(540.479,26)	(482.377,33)
CAIXA GERADO PELAS OPERACOES.....	(32.042,83)	(38.251,29)
JUROS PAGOS.....	(7.757,22)	(5.014,44)
DESCONTOS OBTIDOS/RENTA S/APLICACAO FINANCEIRA.....	421,19	0,00
RENTA S/APLICACAO FINANCEIRA.....	0,00	0,20
CAIXA LIQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(39.378,86)	(43.265,53)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

JUROS RECEBIDOS.....	0,40	0,00
DIVIDENDOS RECEBIDOS.....	2.036,93	2.581,10
CAIXA LIQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	2.037,33	2.581,10

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

PAGAMENTO DE PASSIVO POR ARRENDAMENTO.....	(33.734,62)	(22.911,78)
EMPRESTIMOS C/ TERCEIROS E EMPRESTIMOS DE SOCIOS.....	85.000,00	70.130,37
CAIXA LIQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	51.265,38	47.218,59

AUMENTO / DIMINUIÇÃO LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..	13.923,85	6.534,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INICIO DO PERIODO	6.534,16	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERIODO	20.458,01	6.534,16

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO 2017.

CINYRA WOISKI IGNÁCIO
Administrador
CPF-503.469.389-53
CENTRO, 0
APUCARANA - PR

ROSÂNGELA LONGHI
CO/CRC-PR-047.440/0-0 - CPF-025.457.429-70
AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 238
APUCARANA PR
(43)3422-1227

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ




TERMO DE ENCERRAMENTO


Contem este livro 273 folhas numeradas eletronicamente de 1 a 273 e serviu de livro DIARIO no 32 do contribuinte abaixo identificado. O presente termo vai assinado pelo representante da empresa e pelo contabilista.

Nome.....:RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA ME
Endereco.....:RUA MUNHOZ DA ROCHA 1601
Município.....:APUCARANA Estado - PR
Inscrição Estadual.....:9048582009
C.N.P.J.....:75.273.029/0001-46
Reg.Junta Comercial sob no.....:41201617807
Por Despacho de.....:16/11/1956
Periodo da Escrituração.....:01/01/2017 a 31/12/2017
Encerramento do Exercício Social:31/12/2017

APUCARANA, 31 de Dezembro de 2017




CINYRA WOISKI IGNACIO
Administrador
CPF-503.469.389-53
CENTRO O
APUCARANA - PR


ROSÂNGELA LONGHI
CO/CRC-PR-047.440/O-0 - CPF-025.457.429-70
AV CORIFEU DE AZEVEDO MARGUES, 238
APUCARANA - PR
(43)3422-1227

Rebatalva:

Onde li Rádio Cultura de Apucarana Ltda ME,
Leia-se Rádio Cultura de Apucarana Ltda EPP.


Rosângela Longhi
Contadora
CRC-PR N° 047440/O-0

Exercício: 2018

Ano Calendário: 2017

RECIBO DE ENTREGA

DECLARAÇÃO ORIGINAL

Período abrangido pela Declaração: **01/01/2017 a 31/12/2017****1. Informações do Contribuinte**

Nome empresarial RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	CNPJ da Matriz 75.273.029/0001-46
Data da Abertura no CNPJ 22/09/1966	Optante pelo Simples Nacional Sim
Regime de Apuração Competência	
CNPJ das Filiais Presentes Nesta Declaração Nenhuma	

2. Informações da Recepção da Declaração

Data e Horário da Transmissão da Declaração 24/03/2018 07:29:33
Número do Recibo 02.07.18083.0000731-0
Autenticação 75339.27728.30910.29951



**Declaração de Informações Socioeconômicas e
Fiscais (DEFIS)**

Declaração Original

Exercício 2018

Ano-Calendário 2017

Período abrangido pela Declaração: **01/01/2017 a 31/12/2017**

1. Identificação do Contribuinte

CNPJ Matriz: 75.273.029/0001-46
Nome empresarial: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
Data de abertura no CNPJ: 22/09/1966
Regime de Apuração: competência
Optante pelo Simples Nacional: Sim

1.1 CNPJ das Filiais Presentes nesta declaração:

Nenhuma.

2. Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica

Ganhos de capital	R\$ 0,00
Quantidade de empregados no início do período abrangido pela declaração	15
Quantidade de empregados no final do período abrangido pela declaração	16
Receita proveniente de exportação direta	R\$ 0,00
Lucro superior ao limite de que trata o § 1º do art. 6º da resolução CGSN nº 4 de 30/05/2007, no período abrangido por esta declaração	R\$ 0,00
Total de ganhos líquidos auferidos em operações de renda variável	R\$ 0,00

2.1 Receita proveniente de exportação por meio de comercial exportadora

CNPJ da comercial exportadora	Valor
-	-

2.2 Identificação e Rendimentos dos Sócios

CPF do sócio: 672.208.789-15

Nome: MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA

Rendimentos isentos pagos ao sócio pela empresa	R\$ 0,00
Rendimentos tributáveis pagos ao sócio pela empresa	R\$ 11.187,00
Percentual de participação do sócio no capital social da empresa no	10,00%

Número da Declaração: 752730292017001
Autenticação: 75339.27728.30910.29951

Número do Recibo: 02.07.18083.0000731-0
Página 1

último dia do período abrangido pela declaração

Imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos pagos ao sócio
pela ME/EPP R\$ 0,00

CPF do sócio: 503.469.389-53

Nome: CINYRA WOISKI IGNACIO

Rendimentos isentos pagos ao sócio pela empresa R\$ 0,00

Rendimentos tributáveis pagos ao sócio pela empresa R\$ 30.387,00

Percentual de participação do sócio no capital social da empresa no
último dia do período abrangido pela declaração 90,00%

Imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos pagos ao sócio
pela ME/EPP R\$ 0,00

**2.3 Percentual de participação em cotas em tesouraria no capital
social da empresa (%) 0,00%**

2.4 Doações à Campanha Eleitoral

CNPJ do Beneficiário	Nome do Beneficiário	Tipo de Beneficiário	Forma de Doação	Valor
-	-	-	-	-

3. Informações Econômicas e Fiscais dos Estabelecimentos

Estabelecimento: 75.273.029/0001-46 UF: PR

Estoque inicial do período abrangido pela declaração R\$ 0,00

Estoque final do período abrangido pela declaração R\$ 0,00

Saldo em caixa/banco no início do período abrangido pela declaração R\$ 7.565,96

Saldo em caixa/banco no final do período abrangido pela declaração R\$ 20.457,93

Total de aquisições de mercadorias para comercialização ou
industrialização no período abrangido pela declaração R\$ 0,00

Aquisições no mercado interno R\$ 0,00

Importações R\$ 0,00

Total de entradas de mercadorias por transferência para comercialização R\$ 0,00

Número da Declaração: 752730292017001
Autenticação: 75339.27728.30910.29951

Número do Recibo: 02.07.18083.0000731-0
Página 2

ou industrialização no período abrangido pela declaração	
Total de saídas de mercadorias por transferência para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de devoluções de vendas de mercadorias para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de devoluções de compras de mercadorias para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de entradas no período abrangido pela declaração	R\$ 35.073,76
Total de despesas no período abrangido pela declaração	R\$ 555.592,57

Total de entradas interestaduais por UF

UF	Valor
SP	R\$ 21.419,82

Total de saídas interestaduais por UF

UF	Valor
-	-

Valor do ISS retido na fonte no ano-calendário, por Município

UF	Município	Valor
-	-	-

Prestações de Serviços de Comunicação

UF onde o serviço foi prestado	Município onde o serviço foi prestado	Valor
PR	APUCARANA	R\$ 508.436,43

Informações sobre prestação de serviços de transporte de cargas interestadual e/ou intermunicipal, e de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros autorizados no inciso VI do art. 17 da LC 123 com e sem substituição tributária

Valor total do frete: -

UF de origem	Município onde se iniciou a prestação do serviço	Valor da Prestação (R\$)
-	-	-

4. Informações da Recepção da Declaração

Data e Horário da transmissão da Declaração: **24/03/2018 07:29:33**

Número do Recibo: **02.07.18083.0000731-0**

Autenticação: **75339.27728.30910.29951**

CONTRATO SOCIAL DA RADIO CULTURA DE APUCARANA LIMITADA

DAS FINALIDADES

Artº 1º - Sob a denominação de RADIO CULTURA DE APUCARANA LIMITADA, fica constituída nesta cidade de APUCARANA, a sociedade por cotas de responsabilidade limitada que obedecerá as normas do presente contrato.

Artº 2º - O objetivo da sociedade será a montagem de estação emissora de rádiodifusão, para fins educacionais e culturais na cidade de APUCARANA, Estado do Paraná, mediante permissão de concessão do Governo Federal, observada a legislação em vigor.

Artº 3º - Fica estabelecido inicialmente o prazo de vinte anos para a duração da sociedade, o qual, entretanto, consultados os interesses da sociedade, poderá ser dilatado.

Artº 4º - A sociedade tem sua sede e fóre na cidade de APUCARANA, Estado do Paraná.

Artº 5º - A sociedade fica obrigada a cumprir todas as exigências legais e administrativas, presente ou que venha a vigorar, relativos ao serviço de que se tornar permissionária.

DO CAPITAL - COTAS E COTISTAS

Artº 6º - O Capital é de Cr\$300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) e está representado por 300 (trezentas) cotas, de valor de Cr\$1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, assim distribuídas: PEDRO DE ALCANTARA WORMS, brasileiro nato, casado, radialista, residente nesta cidade, 150 (cento e cinquenta) cotas no valor total de Cr\$150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros); SAMUEL SILVEIRA, brasileiro nato, casado, radialista, residente nesta cidade, 150 (cento e cinquenta) cotas no valor total de Cr\$150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

Artº 7º - As cotas são intransferíveis e incoionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros e pessoas jurídicas.

Artº 8º - As cotas são indivisíveis em relação a sociedade, que para cada uma delas, só reconhece um proprietário, e cada cotista será responsável pelo capital social.

DA ADMINISTRAÇÃO

Artº 9º - A sociedade será administrada por um dos seus cotistas ao qual serão conferidos, para esse fim, os poderes de Diretor Gerente, função em que defenderá os interesses da mesma em Juízo ou fóre dele.

Artº 10º - Para os cargos de Gerente, Locutores ou Encarregados das Instalações, rádio elétricas, só serão admitidos brasileiros natos.

Artº 11º - Quaisquer documentos que envolvam responsabilidade da sociedade, será firmado pelo Diretor Gerente.

Artº 12º - Os cargos de diretores, na hipótese de vir a ser criados outros cargos, só poderão ser exercidos por brasileiros natos.

DO BALANÇO - AMORTIZAÇÃO - RESERVAS - LUCROS E PERDAS

Artº 13º - No fim de cada ano será levantado o balanço geral para efeito de apuração dos lucros ou prejuízos da sociedade.

Artº 14º - Dos lucros líquidos verificados no exercício serão deduzidos 10% (dez por cento) que se destinarão a constituição de fundo de reserva, providência essa que será facultativa desde que o referido fundo atinja a metade do capital social.

Artº 15º - A distribuição dos lucros será sempre susitada quando se verificar a necessidade de atender despesas inadiáveis que impliquem no próprio funcionamento da estação.

Artº 16º - Os lucros líquidos restantes serão distribuídos entre os cotistas na proporção do numero de cotas pelos mesmos subscritas.

(continua no verso)

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.
1a. Alteração do Contrato Social.

C.G.C. 75.273.029/0001

* SAMUEL SILVEIRA,

-- brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná, à Rua Comendador Araujo nº 560, apartamento 104, 11º andar, portador da Cédula de Identidade nº 334 689, Pr, e do CIC nº 000 690 359;

e

* PEDRO DE ALCANTARA WORMS,

-- brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a Avenida Atlântica nº 2 047, apartamento 7, portador da Cédula de Identidade nº 846 992 (RJ), e do CIC nº 007 263 207,

únicos sócios-quotistas da entidade

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LIMITADA

com sede na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, cujo Contrato Social se encontra arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná em 16 de novembro de 1956, sob nº 33 971,

R E S O L V E M,

de comum acordo e na melhor forma de direito, - alterar o referido instrumento social, referentemente a :

DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS :

SAMUEL SILVEIRA,

-- possuidor de 150 (cento e cinquenta) quotas, no valor de @. 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, no total de @.150,00 (cento e cinquenta cruzeiros); e

PEDRO DE ALCANTARA WORMS,

-- possuidor de 150 (cento e cinquenta) quotas, no valor de @.1,00 (hum cruzeiro) cada uma, no total de @.150,00 (cento e cinquenta cruzeiros),

representando um total de 300 (trezentas) quotas, no valor de @. 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, no total de @.300,00 (trezentos cruzeiros),

R E T I R A M - S E

da Sociedade, em definitivo, cedendo e - transferindo cada um o montante das quotas de que é detentor.

segue:

(II)

A transferência e cessão é feita a novos sócios ora admitidos, em condições a que os sócios retirantes se declaram devidamente pagos em moeda corrente nacional, irretratável e irrevogavelmente.

DOS NOVOS SÓCIOS ADMITIDOS :

JOSÉ IGNÁCIO NETTO,

brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Apucarana, Estado do Paraná, a Rua Rodrigues Alves nº 187, portador da Cédula de Identidade nº 414 740 Pr, e do CIC nº 010 506 489;

ANTONIO PENHARBEL FILHO,

brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Apucarana, Estado do Paraná, a Rua Clotário Portugal nº 559, portador da Cédula de Identidade nº 538 847, e do CIC / nº 002 806 669;

e

CINYRA WOISKI IGNÁCIO,

brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada em Apucarana, Estado do Paraná, a Rua Rodrigues Alves nº 187, portadora da Cédula de Identidade nº 575 244, e do CIC nº 010 506 489;

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL :

O Capital Social de @.300,00 (trezentos cruzeiros), realizado através de 300 (trezentas) quotas, no valor de @. 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, passa a ser alterado para @.160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros), representado por 160 (cento e sessenta) quotas, no valor de @.1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, pelo aproveitamento dos lucros em suspensos verificados nos exercícios de 1 969 a 1 972.

FACE A TAIS ALTERAÇÕES E COM OBJETIVO DE ADAPTAR E ATUALIZAR A REDAÇÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO DE ACÓRDO COM DECRETOS, LEIS, REGULAMENTOS EMANADOS DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E DE SEUS DEMAIS ÓRGÃOS, O CONTRATO SOCIAL SERÁ INTEGRALMENTE CONSAGRADO PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR.

segue :

(III).

* JOSÉ IGNÁCIO NETTO,

brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Apucarana, Estado do Paraná, a Rua Rodrigues Alves nº 187, portador da Cédula de Identidade nº 414 740 (Pr), e do CIC nº 010 506 489;

* ANTONIO PENHARBEL FILHO,

brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Apucarana, Estado do Paraná, a Rua Clotário Portugal nº 559, portador da Cédula de Identidade nº 538 847 (Pr), e do CIC nº 002 806 669;

e

* CINYRA WOISKI IGNÁCIO,

brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada em Apucarana, Estado do Paraná, a Rua Rodrigues Alves nº 187, portadora da Cédula de Identidade nº 575 244 (Pr), e do CIC nº 010 506 489,

R E S O L V E M,

_____ de comum acôrdo e na melhor forma de direito, sem qualquer solução de continuidade, manter, como mantida está, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, em atividade, cujos negócios e gestões serão regidos pelas cláusulas e condições, a saber :

CLÁUSULA PRIMEIRA :

A Sociedade continuará com sua denominação de " RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LIMITADA ", e terá como finalidade de a execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer em onda média, frequência modulada, som e imagem (Televisão-geradora), onda curta e onda tropical, mediante autorização do Ministério das Comunicações e de seus órgãos competentes, na forma da Lei e da Legislação vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA :

Os objetivos expressos da sociedade serão as transmissões de caráter educativo, cultural e informativo, desenvolvendo, paralelamente, as promoções artísticas e de publicidade comercial, para os fins de sua manutenção e dimensionamento da própria empresa.

_____ segue:

(IV).

CLÁUSULA TERCEIRA :

A sede e fôro tem como enderêço a cidade de Apucarana, Estado do Paraná, a Praça Rui Barbosa nº 252, 1º andar.

CLÁUSULA QUARTA :

A Sociedade é constituída para vigorar por PRAZO INDE - TERMINADO, e suas atividades continuarão normalmente. - No caso de sua eventual liquidação, observar-se-ão os dispositivos contidos na Lei.

CLÁUSULA QUINTA :

A Sociedade por todos os seus sócios se obriga a não - efetuar qualquer alteração neste Contrato Social, sem que tenha, para tanto, obtido a necessária e prévia au - torização dos órgãos subordinados ao Ministério das Co - municações.

CLÁUSULA SEXTA :

As quotas representativas do Capital Social são inalie - náveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a es - trangeiros ou pessoas jurídicas.

CLÁUSULA SÉTIMA :

A Sociedade se compromete o disposto em todos os Decre - tos, Leis, Regulamentos, Portárias emanados do Ministé - rio das Comunicações e de seus demais órgãos, vigentes - ou a vigir, relativos a legislação de radiodifusão do - País.

CLÁUSULA OITAVA :

A Sociedade não deterá Concessões ou Permissões para - executar os serviços de radiodifusão sonora em todo o País, além dos limites fixados no Artigo 12, do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1 967.

CLÁUSULA NONA :

O Capital Social é de @.160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros), representado por 160 (cento e sessenta) quo - tas, no valor de @. 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada - uma, pelo aproveitamento dos lucros em suspensos verifi - cados nos exercícios de 1 969 a 1 972, e distribuídos en - tre os sócios na proporção abaixo :

<u>JOSÉ IGNÁCIO NETTO</u>	128 quotas ,@.	128.000,00 ;
<u>ANTONIO PENHARBEL FILHO</u> ..	016 quotas ,@.	16.000,00 ;
<u>CINYRA WOISKI IGNÁCIO</u>	016 quotas ,@.	16.000,00 .
<u>Totais :</u>	<u>160 quotas ,@.</u>	<u>160.000,00</u>

§ ÚNICO -- De acôrdo com o Art. 2º "In Fine", do Decreto nº 3 708, de 10 de janeiro de 1 919, cada quotista se responsabili - za pela totalidade do Capital Social.

segue:

(v).

CLÁUSULA DÉCIMA :

As quotas são individuais em relação à Sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA :

A Sociedade será administrada pelo sócio-quotista JOSÉ IGNÁCIO NETTO, no exercício do cargo de Diretor-Gerente, cabendo-lhe a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, bem como a representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, para o que se lhe dispensa a prestação de caução.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA :

A título de pró-labore o diretor-gerente José Ignácio Netto, terá como remuneração quantia fixada em comum até o limite / da dedução fiscal, prevista na legislação do imposto de renda, e que será levada a conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA :

Nenhum dos sócios poderá ceder parte ou totalidade das quotas de que é detentor a terceiros estranhos à Sociedade, sem antes oferecê-las aos demais sócios, que terão, sempre, preferência na aquisição das mesmas.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA :

Para os cargos de administrador, procurador, locutores e responsáveis pelas instalações técnicas, somente serão admitidos brasileiros natos.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA :

O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá comunicar sua intenção aos remanescentes, com antecedência de sessenta dias; à época, será feito um Balanço Geral, e se apurados os seus haveres, os mesmos lhe serão pagos em prazo de plena concordância entre as partes. Se acusados forem prejuízos, / os mesmos serão suportados em idênticas condições.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA :

O falecimento de qualquer um dos sócios não dissolve a Sociedade, ficando os herdeiros subrogados nas obrigações e direitos do "De Cujos", procedendo-se a alteração do Contrato Social, com a anuência prévia dos órgãos do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA :

A 31 de Dezembro de cada ano levantar-se um Balanço Geral das atividades da sociedade; se lucros forem apurados, eles serão distribuídos entre os sócios na proporção das quotas de que são detentores.

§ ÚNICO : -- Se acusados forem prejuízos, os mesmos serão cobertos através de nova integralização do Capital Social, em partes proporcionais ao capital de cada sócio.

segue:

(VI)

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA :

Fica eleito desde já o fôro da sede da Sociedade, para solução de qualquer dissídio entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA :

Os casos não previstos neste instrumento serão resolvidos com o que dispõem o Decreto nº 3 708, de 10 de janeiro de 1 919, e a Lei nº 4 726, de 13 de julho de 1 965, que regulam as sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

E POR ESTAREM PLENAMENTE AJUSTADOS,
ASSINAM O PRESENTE CONTRATO SOCIAL
EM QUATRO (4) VIAS DE IGUAL TEOR, NA
PRESENÇA DE TESTEMUNHAS.

APUCARANA, 15 de janeiro de 1 974.

Samuel Silveira

Pedro de Alcantara Worms

José Ignácio Netto

Antonio Penharbel Filho

Cinyra Woiski Ignácio

O Diretor-Gerente fará uso da firma como segue:

2º TABELIONATO DE NOTAS
Rádio Cultura de Apucarana Ltda.

Dr. Acyr Iwankiw

reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s)

de Samuel Silveira, Pedro de Alcantara Worms,
José Ignácio Netto, Antonio Penharbel Filho
e Cinyra Woiski Ignácio. Dou fé.

Em test.o da verdade.

Apucarana (PR) 15 de janeiro de 1974

TESTEMUNHAS :

Testemunha

Dr. Acyr Iwankiw

2º TABELIONATO DE NOTAS

Dr. Acyr Iwankiw

reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s)

de Plínio Paulino Bassi
e Polítono da Silva Zanoni. Dou fé.

Em test.o da verdade.

Apucarana (PR) 15 de janeiro de 1974

Firma
Tabelião Motta
Rua 15 de Nov., 182
Apucarana - PR.

GSNY SOARES DE MACEDO
ESCRITÓRIO

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CGC/MF nº 75 273 029/0001-46
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JOSÉ IGNÁCIO NETTO, falecido, representado neste ato pela viúva meeira e inventariante CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, comerciante, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, Edifício Sul Brasileiro, Aptº nº 901, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 575.244-PR e inscrita no CPF/MF. sob o nº 503.469.389-53, e os herdeiros JOÃO MIGUEL IGNÁCIO, brasileiro, solteiro, menor, estudante, residente e domiciliado nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, Edifício Sul Brasileiro, Aptº nº 901, JOICI MARA IGNÁCIO, brasileira, solteira, menor, estudante, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, Edifício Sul Brasileiro, Aptº nº 901, representados por sua mãe já qualificada neste instrumento, portadora do Alvará Judicial expedido pela autoridade judiciária competente da Comarca de Apucarana, ANTONIO PENHARBEL FILHO, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Apucarana, Paraná, à Rua Clotário Portugal, nº 559, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 538.847-PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.806.669-34, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob a denominação social de "RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA" com sede nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Praça Rui Barbosa nº 252, 1º Andar, com contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 33.971, por despacho em sessão de 16 de novembro de 1956 e primeira alteração de contrato social arquivada na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 185.359, por despacho em sessão de 13 de maio de 1976, resolvem por este instrumento particular de alteração de contrato modificar o seu contrato primitivo mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O sócio JOSÉ IGNÁCIO NETTO é desligado da sociedade por falecimento recebendo os herdeiros as cotas de capital social que o "de cujus" possuía na sociedade em nº de 128 (cento e vinte e oito) no valor de Cr\$ 128.000 (cento e vinte e oito mil cruzeiros), conforme autos da inventário e partilha distribuídos na seguinte proporção:

- a) à viúva CINYRA WOISKI IGNÁCIO, coube 64 (sessenta e quatro) cotas.
- b) ao herdeiro JOÃO MIGUEL IGNÁCIO, coube 32 (trinta e duas) cotas.
- c) ao herdeiro JOICI MARA IGNÁCIO, coube 32 (trinta e duas) cotas.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sócia CINYRA WOISKI IGNÁCIO que possuía na sociedade 16 (dezesseis) cotas em decorrência da cláusula anterior passa a ter 80 (oitenta) cotas.

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CGC/MF nº 75 273 029/0001-46
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Fls. 02

CLÁUSULA TERCEIRA: Os herdeiros JOÃO MIGUEL IGNÁCIO E JOICI MARA IGNÁCIO, que em decorrência do falecimento do sócio JOSÉ IGNÁCIO NETTO possuíam na sociedade 32 (trinta e duas) cotas de capital cada um, retiram-se da sociedade transferindo suas 64 (sessenta e quatro) cotas de capital pelo valor nominal de Cr\$-64.000 (sessenta e quatro mil cruzeiros) à sócia CINYRA WOISKI IGNÁCIO, recebendo em pagamento os bens imóveis (descritos na partilha judicial).

PARÁGRAFO ÚNICO: Os herdeiros JOÃO MIGUEL IGNÁCIO e JOICI MARA IGNÁCIO, representados por sua mãe, dão plena e rasa quitação à sociedade das importâncias recebidas, declarando nada terem a reclamar com relação aos seus direitos oriundos dos haveres do "de cujus".

CLÁUSULA QUARTA: Em decorrência da presente alteração, o capital social no valor de Cr\$ 160.000 (cento e sessenta mil cruzeiros) dividido em 160 (cento e sessenta) cotas de Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros) cada uma fica assim distribuído entre os sócios cotistas:

SÓCIOS	COTAS	CAPITAL
- CINYRA WOISKI IGNÁCIO	144	Cr\$ 144.000
- ANTONIO PENHARBEL FILHO	16	Cr\$ 16.000
T O T A L	160	Cr\$ 160.000

CLÁUSULA QUINTA: Fica investida na função de gerente da sociedade a sócia CINYRA WOISKI IGNÁCIO, dispensada da prestação de caução para desempenho desta função.

CLÁUSULA SEXTA: O falecimento de qualquer um dos sócios não dissolve a Sociedade, ficando os herdeiros sub rogados nas obrigações e direitos do "De Cujus", procedendo-se a alteração do Contrato Social, com a anuência prévia dos órgãos do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sede da sociedade à Praça Rui Barbosa nº 252, 1º Andar, fica transferida para à Rua Clovis da Fonseca, esquina com à Avenida Munhoz da Rocha, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

CLÁUSULA OITAVA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam o presente instrumento devidamente rubricado pelos sócios no verso de suas folhas, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Apucarana, 17 de Dezembro de 1984.

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.
CGC/MF nº 75 273 029/0001-46
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Fls. 03

Apucarana, 17 de Dezembro de 1984.

FIRMA
RECONHECIDA

Cinyra Woiski Ignácio
CINYRA WOISKI IGNÁCIO

FIRMA
RECONHECIDA

Antonio Penharbel Filho
ANTONIO PENHARBEL FILHO

FIRMA
RECONHECIDA

P.P. João Miguel Ignácio
JOÃO MIGUEL IGNÁCIO

P.P. Joici Mara Ignácio
JOICI MARA IGNÁCIO

TESTEMUNHAS:

Ivo de Moraes
IVO DE MORAES

Maria do R. Gracioli
MARIA DO ROSÁRIO GRACIOLI

- DEMONSTRAÇÃO DO USO DA FIRMA -
RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

FIRMA
RECONHECIDA

Cinyra Woiski Ignácio
CINYRA WOISKI IGNÁCIO

1.º TABELIONATO DE NOTAS

LEDO MARQUES

TABELIZO

PARANÁ

APUCARANA

Reconheço as firmas de: *Cinyra Woiski Ignácio, Antonio Penharbel Filho, João Miguel Ignácio e Maria do Rosário Gracioli*
em test. *da verdade*
Apucarana, 19 de dezembro de 1984



14

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CGC/MF nº 75.273.029/0001-46
TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Boat

CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, comerciante, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Rene Camargo de Azambuja S/N, Edifício Girassol, Apto. 1002, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 575.244-PR., e inscrito no CPF/MF sob o nº 503.469.389-53 e ANTONIO PENHARBEL FILHO, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Des. Clotário Portugal, nº 559, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 538.847-PR., e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.806.669-34, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob a denominação social de "RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA", com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Clóvis da Fonseca, esquina com a Av. Munhoz da Rocha, S/N, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 33.971, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1.956 e Segunda Alteração de Contrato Social arquivada sob o nº 341.520 em 29 de Novembro de 1.985, resolvem por este instrumento particular de alteração de contrato social, modificar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

MM

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Capital Social no valor de Cr\$-160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros) dividido em 160 (cento e sessenta) cotas de Cr\$-1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, que, de conformidade e força do Decreto-Lei nº 2.283 de 27 de Fevereiro de 1.986, passou a ser de CZ\$-160,00 (cento e sessenta cruzados) dividido em 160 (cento e sessenta) cotas de CZ\$-1,00 (hum cruzado) cada uma, que de acordo com a Lei nº 7.730 de 31 de Janeiro de 1.989, passou a ser de NCZ\$-0,16 (dezesesseis centavos de cruzados novos) e de acordo com a Lei nº 8.024 de 12 de Abril de 1.990, passa a ser de Cr\$-0,16 (dezesesseis centavos de cruzeiros), permanecendo a mesma proporção na distribuição de cotas entre os sócios cotistas:

CLÁUSULA SEGUNDA: O Capital Social no valor de Cr\$-0,16 (dezesesseis centavos de cruzeiros) fica elevado para Cr\$-430.000,00 (quatrocentos e trinta mil cruzeiros) dividido em 430 (quatrocentos e trinta) cotas de Cr\$-1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma sendo o aumento no valor de Cr\$-429.999,84 (quatrocentos e vinte nove mil, novecentos e noventa e nove cruzeiros e oitenta e quatro centavos) subscrito e integralizado pelos sócios cotistas na seguinte proporção:

1- A sócio CINYRA WOISKI IGNÁCIO, que possui na sociedade 90% (noventa por cento) do total do Capital Social, passa a ter 387 (trezentos e oitenta e sete) cotas de Cr\$-1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, sendo o aumento no valor de Cr\$-386.999,86 (trezentos e oitenta e seis mil, novecentos e noventa e nove cruzeiros e oitenta e seis centavos), o qual pelo presente ato fica incorporado ao capital da sociedade, na seguinte forma:

- Com saldo existente na conta de RESERVA ESPECIAL DE CAPITAL, no valor de Cr\$-384.814,66 (trezentos e oitenta quatro mil, oitocentos e quatorze cruzeiros e sessenta e seis centavos) referente ao Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 1.989;

- Em moeda corrente do País, no valor de Cr\$-2.185,20 (dois mil, cento e oitenta cinco cruzeiros e vinte centavos).

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CGC/MF Nº 75.273.029/0001-46
TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Fls. 02

2. O sócio ANTONIO PENHARBEL FILHO, que possui na sociedade 10% (dez por cento) do total do Capital Social, passa a ter 43 (quarenta e três) cotas de Cr\$-1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, sendo o aumento no valor de Cr\$-42.999,98 (quarenta e dois mil, novecentos e noventa e nove cruzeiros e noventa e oito centavos) o qual pelo presente ato, fica incorporado ao capital da sociedade, na seguinte forma:

- Com saldo existente na conta de "RESERVA ESPECIAL DE CAPITAL", no valor de Cr\$-42.757,18 (quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta sete cruzeiros e dezoito centavos), referente ao Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 1.989;

- Em moeda corrente do País, no valor de Cr\$-242,80 (duzentos e quarenta dois cruzeiros e oitenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Em decorrência da presente alteração, o Capital Social no valor de Cr\$-430.000,00 (quatrocentos e trinta mil cruzeiros) dividido em 430 (quatrocentos e trinta) cotas de Cr\$-1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios cotistas:

SÓCIOS	COTAS	CAPITAL
-CINYRA WOISKI IGNÁCIO	387	Cr\$-387.000,00
-ANTONIO PENHARBEL FILHO	43	Cr\$- 43.000,00
TOTAL.	430.	Cr\$-430.000,00

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Apucarana, 25 de Junho de 1.990.


CINYRA WOISKI IGNÁCIO

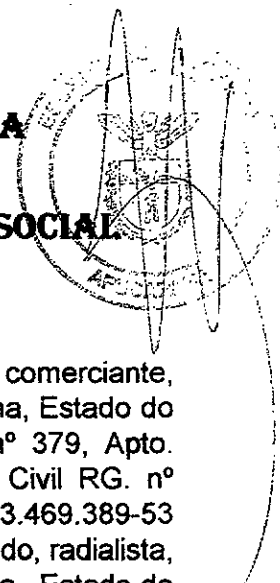

ANTONIO PENHARBEL FILHO

T E S T E M U N H A S:


MARGARETE DE FATIMA GRACIOLI


CLAUDINEI MARTINS VILHA

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CGC/MF Nº 75.273.029/0001-46
QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



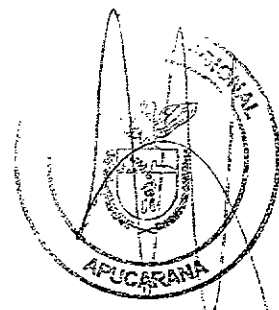
CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, comerciante, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Renê Camargo de Azambuja, nº 379, Apto. 1002, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 575.244-SSP-PR., inscrita no CPF/MF sob o nº 503.469.389-53 e **ANTONIO PENHARBEL FILHO**, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Clotário Portugal, nº 559, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 538.847-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.806.669-34, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob a denominação social de "**RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA**", com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Clóvis da Fonseca, esquina com a Av. Munhoz da Rocha, s/nº, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 41201617807, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1956 e Terceira Alteração de Contrato Social arquivada sob o nº 46677,2 em 23 de Agosto de 1990 e Registro de Microempresa sob o nº 983033730, por despacho em sessão de 24 de Novembro de 1998, resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato Social, modificar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Capital Social no valor de Cr\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil cruzeiros) dividido em 430 (quatrocentas e trinta) cotas de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma, que de acordo com a Medida Provisória nº 542 de 30 de Junho de 1994, passou a ser de R\$ 0,15 (quinze centavos de real), permanecendo a mesma distribuição de cotas para os sócios cotistas.

CLÁUSULA SEGUNDA: O Capital Social no valor de R\$ 0,15 (quinze centavos de real), fica elevado para R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o aumento no valor de R\$ 29.999,85 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), subscrito e integralizado pelos sócios na seguinte proporção:

- A sócia **CINYRA WOISKI IGNÁCIO**, que possui na sociedade 90% (noventa por cento) do total do Capital Social, passa a ter 27.000 (vinte e sete mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o aumento no valor de R\$ 26.999,86 (vinte e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), integralizadas com saldo existente na conta de "RESERVA ESPECIAL DE CAPITAL", no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 1997, o qual pelo presente ato fica incorporado ao capital da sociedade;

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CGC/MF Nº 75.273.029/0001-46
QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



- O sócio **ANTONIO PENHARBEL FILHO**, que possui na sociedade 10% (dez por cento) do total do Capital Social, passa a ter 3.000 (três mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o aumento de no valor de R\$ 2.999,99 (dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), integralizadas com saldo existente na conta de "RESERVA ESPECIAL DE CAPITAL", no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 1997, o qual pelo presente ato fica incorporado ao capital da sociedade.

CLÁUSULA TERCEIRA: O sócio **ANTONIO PENHARBEL FILHO**, que possui na sociedade, inteiramente subscrita e integralizadas 3.000 (três mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cede e transfere todas as suas cotas ao sócio ingressante **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, brasileiro, separado judicialmente, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Renê Camargo de Azambuja, nº 379, Apto. 1002, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 3.354.812-5-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 747.280.599-87, pelo valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), pago em moeda corrente do país, neste ato, dando o sócio cedente ao sócio adquirente, plena, geral e raza quitação da cessão de cotas ora efetuadas.

§ 1º - O sócio ingressante declara conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando desta forma sub rogado nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.

§ 2º - O sócio ingressante declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei, que o impeça de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA QUARTA: Em decorrência da presente alteração, o Capital Social no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) dividido em 30.000 (trinta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios cotistas:

SÓCIOS	COTAS	CAPITAL
- CINYRA WOISKI IGNÁCIO.....	27.000	R\$ 27.000,00
- JOÃO MIGUEL IGNÁCIO.....	3.000	R\$ 3.000,00
TOTAL.....	30.000	R\$ 30.000,00

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CGC/MF Nº 75.273.029/0001-46
QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.


Apucarana(PR), 25 de Novembro de 1998.

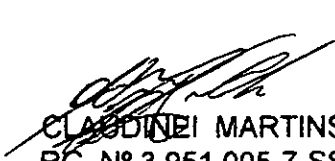

CINYRA WOISKI IGNÁCIO


JOÃO MIGUEL IGNÁCIO


ANTÔNIO PENHABEL FILHO

TESTEMUNHAS:


MARGARETE DE FATIMA GRACIOLI
RG. Nº 3.656.361-3-SSP-PR


CLAUDINEI MARTINS VILHA
RG. Nº 3.951.005-7-SSP-PR

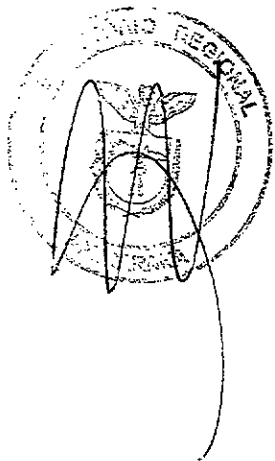


JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/03/1999
SOB O NÚMERO:
99 0 415880

Protocolo: 99/041588-0


TUFI RAME
SECRETÁRIO GERAL

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME
CNPJ Nº 75.273.029/0001-46
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, comerciante, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Rene Camargo de Azambuja, nº 379, Aptº 1002, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 575.244-SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 503.469.389-53 e **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, brasileiro, separado judicialmente, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Praça Interventor Manoel Ribas, nº 125, Aptº nº 701, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 3.354.812-5-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 747.280.599-87, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME**, com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Av. Rua Clóvis da Fonseca, esquina com à Av. Munhoz da Rocha, s/n, Cep nº 86.800-110, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 41201617807, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1956, e Quarta Alteração de Contrato Social arquivado sob o nº 990415880 por despacho em sessão de 08 de Março de 1999, resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato Social, modificar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA : Declaram os sócios e a administradora não estarem impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontrarem-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA SEGUNDA : A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

CLÁUSULA TERCEIRA : Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA QUARTA : Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA : Os sócios declaram que a presente empresa não se enquadra mais como **MICROEMPRESA**, passando a partir desta data a se enquadrar como **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu no ano anterior, o limite fixado no inciso II do artigo 2º da Lei Federal nº 9841 de 05/10/1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º daquela Lei.

CLÁUSULA SEXTA : A sociedade por todos os seus sócios se obriga a não efetuar alterações de controle societário, do quadro diretivo, do objeto social, sem que tenha para tanto, obtido a necessária e prévia autorização dos Órgãos subordinados ao Ministério das Comunicações.

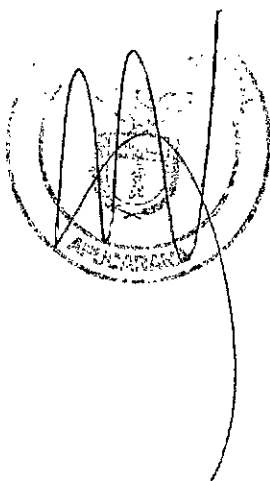
CLÁUSULA SÉTIMA : As cotas representativas do Capital Social, poderão ter como participantes estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 anos, não podendo exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante.

CLÁUSULA OITAVA : À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação :

Primeira : A sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP**.

Segunda : A sociedade tem a sua sede na Rua Clóvis da Fonseca, esquina com à Av. Munhoz da Rocha, s/nº, Centro, Cep nº 86.800-110, neste município e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes.

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME
CNPJ Nº 75.273.029/0001-46
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, comerciante, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Rene Camargo de Azambuja, nº 379, Aptº 1002, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 575.244-SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 503.469.389-53 e **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, brasileiro, separado judicialmente, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Praça Interventor Manoel Ribas, nº 125, Aptº nº 701, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 3.354.812-5-SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 747.280.599-87, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME**, com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Av. Rua Clóvis da Fonseca, esquina com à Av. Munhoz da Rocha, s/n, Cep nº 86.800-110, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 41201617807, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1956, e Quarta Alteração de Contrato Social arquivado sob o nº 990415880 por despacho em sessão de 08 de Março de 1999, resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato Social, modificar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA : Declaram os sócios e a administradora não estarem impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontrarem-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA SEGUNDA : A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

CLÁUSULA TERCEIRA : Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA QUARTA : Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA : Os sócios declaram que a presente empresa não se enquadra mais como **MICROEMPRESA**, passando a partir desta data a se enquadrar como **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu no ano anterior, o limite fixado no inciso II do artigo 2º da Lei Federal nº 9841 de 05/10/1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º daquela Lei.

CLÁUSULA SEXTA : A sociedade por todos os seus sócios se obriga a não efetuar alterações de controle societário, do quadro diretivo, do objeto social, sem que tenha para tanto, obtido a necessária e prévia autorização dos Órgãos subordinados ao Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SÉTIMA : As cotas representativas do Capital Social, poderão ter como participantes estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 anos, não podendo exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante.

CLÁUSULA OITAVA : À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação :

Primeira : A sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP**.

Segunda : A sociedade tem a sua sede na Rua Clóvis da Fonseca, esquina com à Av. Munhoz da Rocha, s/nº, Centro, Cep nº 86.800-110, neste município e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes.

AUTENTICAÇÃO
NO VERSO

IMPRENSA

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME

CNPJ Nº 75.273.029/0001-46

QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Terceira : A sociedade tem por objeto social a "Execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer em onda média, frequência modulada, som e imagem (Televisão-geradora), onda curta e onda tropical, mediante autorização do Ministério das Comunicações e de seus órgãos competentes, na forma da Lei e da Legislação vigente.

Quarta : Os objetivos expressos da sociedade serão as transmissões de caráter educativo, cultural e informativo, desenvolvendo, paralelamente, as promoções artísticas e de publicidade comercial, para os fins de sua manutenção e dimensionamento da própria empresa.

Quinta : O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído entre os sócios cotistas :

SÓCIOS	COTAS	VALOR
Cinyra Woiski Ignácio	27.000	R\$ 27.000,00
João Miguel Ignácio	3.000	R\$ 3.000,00
TOTAL.....	30.000	R\$ 30.000,00

Sexta : A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Sétima : A sociedade iniciou suas atividades em 16 de Novembro de 1956, e seu prazo de duração é indeterminado.

Oitava : A administração da sociedade será realizada por **Cinyra Woiski Ignácio**, com os poderes e atribuições de **SÓCIA ADMINISTRADORA**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio .

Nona : Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Décima : As cotas são indivisíveis e não poderão ser transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Décima Primeira : Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Décima Segunda : Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Décima Terceira : A sociedade fica obrigada a cumprir todas as exigências legais e administrativas, presente ou que venha a vigorar, relativo ao serviço que se tornar permissionária.

Décima Quarta : A sociedade por todos os seus sócios se obriga a não efetuar alterações de controle societário, do quadro diretivo, do objeto social, sem que tenha para tanto, obtido a necessária e prévia autorização dos Órgãos subordinados ao Ministério das Comunicações.

Décima Quinta : As cotas representativas do Capital Social, poderão ter como participantes estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 anos, não podendo exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante.

AUTENTICAÇÃO
NO VERSO

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME
CNPJ Nº 75.273.029/0001-46
QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Décima Sexta : A sociedade se compromete ao disposto em todos os Decretos, Leis, Regulamentos, Portarias emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos, vigentes ou a entrar em vigor, relativos a legislação de radiodifusão do País.

Décima Sétima : A sociedade não deterá Concessões ou Permissões para executar os serviços de radiodifusão sonora em todo o País, além dos limites fixados no Artigo 12, do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Décima Oitava : Para os cargos de administrador, procurador, locutores e responsáveis pelas instalações técnicas, somente serão admitidos brasileiros natos.

Décima Nona : Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único : O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Vigésima : Declaram os sócios e a administradora não estarem impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontrarem-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Vigésima Primeira : Os sócios declaram que a presente empresa não se enquadra mais como **MICROEMPRESA**, passando a partir desta data a se enquadrar como **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu no ano anterior, o limite fixado no inciso II do artigo 2º da Lei Federal nº 9841 de 05/10/1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º daquela Lei.

Vigésima Segunda : Fica eleito o Foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.


Vigésima Terceira : Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.


E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

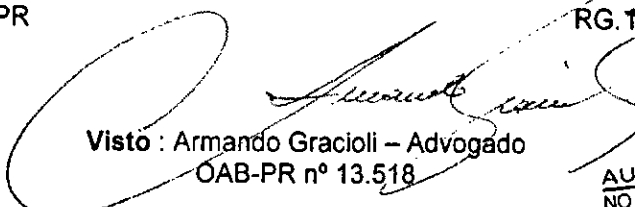
Apucarana(PR), 23 de Janeiro de 2004.


CINYRA WOISKI IGNÁCIO


JOÃO MIGUEL IGNÁCIO
Testemunhas


Simone Cristina Paim
RG. Nº 6.510.122-0-SSP-PR


Rosângela Longhi
RG. Nº 6.545.852-7-SSP-PR


Visto : Armando Gracioli – Advogado
OAB-PR nº 13.518

AUTENTICAÇÃO
NO VERSO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Rehe Camargo de Azambuja, nº 379, Aptº 1002, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 575.244-SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 503.469.389-53 e **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Desembargador Clotário Portual, nº 749, Centro, Cep nº 86.800-020, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 3.354.812-5-SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 747.280.599-87, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome empresarial/de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP**, com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, na Rua Clóvis da Fonseca, esquina com a Av. Munhoz da Rocha, s/nº, Centro, Cep nº 86.800-110, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 41201617807, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1956, e Quinta Alteração de Contrato Social arquivado sob o nº 20040533050 por despacho em sessão de 30 de Janeiro de 2004, resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato Social, modificar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Capital Social no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fica elevado neste ato para R\$ 73.193,00 (setenta e três mil, cento e noventa e três reais), dividido em 73.193 (setenta e três mil, cento e noventa e três) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o aumento no valor de R\$ 43.193,00 (quarenta e três mil, cento e noventa e três reais), subscrito e integralizado pelos sócios na seguinte proporção:

- **CINYRA WOISKI IGNÁCIO**, que possui na sociedade 90,00% (noventa por cento) do total do Capital Social, passa a ter R\$ 65.874,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais) de capital social, sendo o aumento no valor de R\$ 38.874,00 (trinta e oito mil, oitocentos e setenta e quatro reais), sendo integralizado R\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais) mediante pagamento antecipado no ano de 2001, contabilizado na conta de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$ 19.624,00 (dezenove mil, seiscentos e vinte e quatro reais) com Saldo da conta de Reserva Especial de Capital, contas existentes em Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2007.

- **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, que possui na sociedade 10% (dez por cento) do total do Capital Social, passa a ter R\$ 7.319,00 (Sete mil, trezentos e dezenove reais), de capital social, sendo o aumento no valor de R\$ 4.319,00 (quatro mil, trezentos e dezenove reais), sendo integralizado R\$ 2.150,00 (dois mil, cento e cinquenta reais) mediante pagamento antecipado no ano de 2001, contabilizado na conta de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$ 2.169,00 (dois mil, cento e sessenta e nove reais) com saldo da conta de reserva especial de capital, contas existentes em Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2007.

CLÁUSULA SEGUNDA: O sócio **JOÃO MIGUEL IGNÁCIO**, que possui na sociedade, inteiramente subscritas e integralizadas, 7.319 (sete mil, trezentos e dezenove) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, retira-se da sociedade, transferindo pelo mesmo valor nominal, todas as suas cotas a sócia ingressante **MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Desembargador Clotário Portugal, nº 749, Centro, Cep nº 86.800-020, portadora da Cédula de Identidade Civil Rg nº 3.324.933-0-SSP-PR, inscrita no CPF sob o nº 672.208.789-15, dando o sócio cedente a sócia adquirente, plena, geral e raza quitação da cessão de cotas ora efetuadas. A sócia ingressante declara conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando desta forma sub rogado nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP

CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46

SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA: Em decorrência da presente alteração, o Capital Social no valor de R\$ 73.193,00 (setenta e três mil, cento e noventa e três reais), dividido em 73.193 (setenta e três mil, cento e noventa e três) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre as sócias cotistas:

SÓCIAS	COTAS	CAPITAL
Cinyra Woiski Ignácio	65.874	R\$ 65.874,00
Maria Cristina Araujo Penna	7.319	R\$ 7.319,00
TOTAL.....		73.193 R\$ 73.193,00

CLÁUSULA QUARTA: Declara a sócia ingressante não estar impedida, por lei especial, e nem condenada ou encontrar-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA QUINTA: A sede da sociedade à Rua Clóvis da Fonseca, esquina com à Av. Munhoz da Rocha, s/nº, Centro, Cep nº 86.800-110, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, fica transferida para à Av. Doutor Munhoz da Rocha, nº 1601, Centro, Cep nº 86.800-010, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEXTA: O sócio que desejar ceder suas quotas de capital deverá antes oferecer aos demais sócios, possibilitando que exerçam o direito de preferência na aquisição, mediante notificação por escrito com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando necessário por disposição legal.

CLÁUSULA OITAVA: As quotas representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertence exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social.

CLÁUSULA NONA: Capital social pertencente na sua totalidade a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLAUSULA DÉCIMA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP

CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46

SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Rene Camargo de Azambuja, nº 379, Aptº 1002, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 575.244-SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº. 503.469.389-53 e **MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Desembargador Clotário Portugal, nº 749, Centro, Cep nº 86.800-020, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 3.324.933-0-SSP-PR, inscrita no CPF sob o nº 672.208.789-15, sócias componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP**, com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, na Av. Doutor Munhoz da Rocha, 1601, Centro, Cep nº 86.800-010, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 41201617807, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1956, e Quinta Alteração de Contrato Social arquivado sob o nº 20040533050 por despacho em sessão de 30 de Janeiro de 2004, resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato Social, consolidar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de "RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP".

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem a sua sede na Av. Doutor Munhoz da Rocha, 1601, Centro, Cep nº 86.800-010, nesta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem por objeto social a "Execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer em onda média, frequência modulada, som e imagem (Televisão-geradora), onda curta e onda tropical, mediante autorização do Ministério das Comunicações e de seus órgãos competentes, na forma da Lei e da Legislação vigente".

CLÁUSULA QUARTA: Os objetivos expressos da sociedade serão as transmissões de caráter educativo, cultural e informativo, desenvolvendo, paralelamente, as promoções artísticas e de publicidade comercial, para os fins de sua manutenção e dimensionamento da própria empresa.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social no valor de R\$ 73.193,00 (setenta e três mil, cento e noventa e três reais), dividido em 73.193 (setenta e três mil, cento e noventa e três) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre as sócias cotistas:

SÓCIAS	COTAS	CAPITAL
Cinyra Woiski Ignácio	65.874	R\$ 65.874,00
Maria Cristina Araujo Penna	7.319	R\$ 7.319,00
TOTAL.....		73.193
		R\$ 73.193,00

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP

CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46

SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade iniciou suas atividades em 16 de Novembro de 1956, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade é realizada pela sócia **Cinyra Woiski Ignácio**, com os poderes e atribuições de **SÓCIA ADMINISTRADORA**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização da outra sócia.

CLÁUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo as sócias, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA: As cotas são indivisíveis e não poderão ser transferidas a terceiros sem o consentimento da outra sócia, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, as sócias deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: As sócias poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O sócio que desejar ceder suas quotas de capital deverá antes oferecer aos demais sócios, possibilitando que exerçam o direito de preferência na aquisição, mediante notificação por escrito com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade fica obrigada a cumprir todas as exigências legais e administrativas, presente ou que venha a vigorar, relativo ao serviço que se tornar permissionária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando necessário por disposição legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As quotas representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertence exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A sociedade se compromete ao disposto em todos os Decretos, Leis, Regulamentos, Portarias emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos, vigentes ou a entrar em vigor, relativos a legislação de radiodifusão do País.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A sociedade não deterá Concessões ou Permissões para executar os serviços de radiodifusão sonora em todo o País, além dos limites fixados no Artigo 12, do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP

CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46

SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Capital social pertencente na sua totalidade a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditada qualquer sócia, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou da sócia remanescente, o valor de seus haveres será apurado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a sua sócia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Declaram as sócias e a administradora não estarem impedidas, por lei especial, e nem condenadas ou encontrarem-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: As sócias declaram que a empresa se enquadra como Empresa de Pequeno Porte de acordo com a Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Fica eleito o Foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Apucarana (PR), 30 de Junho de 2008.

CINYRA WOISKI IGNÁCIO

JOÃO MIGUEL IGNÁCIO

MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA
TESTEMUNHAS

Rosângela Longhi
Rg nº 6.545.852-7-SSP-PR

Vanessa Renata Canassa
Rg nº 7.789.310-5-SSP-PR



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ



ult
alt

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CNPJ 02 08 20083589926
CNPJ 02 10 12
SERVIÇO DE FOTOCOPIA

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Rene Camargo de Azambuja, nº 379, Aptº 1002, Centro, Cep nº 86.800-090, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 575.244-SESP/PR, inscrita no CPF sob o nº. 503.469.389-53 e **MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Desembargador Clotário Portual, nº 749, Centro, Cep nº 86.800-020, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 3.324.933-0-SESP/PR, inscrita no CPF sob o nº 672.208.789-15, sócias componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP**, com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, na Av. Doutor Munhoz da Rocha, nº 1601, Centro, Cep nº 86.800-010, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 41201617807, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1956 e Sexta Alteração de Contrato Social arquivado sob o nº 20083589996 por despacho em sessão de 14 de Agosto de 2008, resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato Social, modificar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Capital Social no valor de R\$ 73.193,00 (setenta e três mil, cento e noventa e três reais), dividido em 73.193 (setenta e três mil, cento e noventa e três) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica elevado para R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), dividido em 110.000 (cento e dez mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o aumento no valor de R\$ 36.807,00 (trinta e seis mil, oitocentos e sete reais), subscrito e integralizado pelos sócios na seguinte proporção:

- **Cinyra Woiski Ignácio**, que possui na sociedade 90% (noventa por cento) do total do Capital Social, passa a ter 99.000 (noventa e nove mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o aumento no valor de R\$ 33.126,00 (trinta e três mil, cento e vinte e seis reais), integralizado com saldo existente na conta de LUCROS ACUMULADOS referente Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2013.

- **Maria Cristina Araujo Penna**, que possui na sociedade 10% (dez por cento) do total do Capital Social, passa a ter 11.000 (onze mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o aumento no valor de R\$ 3.681,00 (três mil, seiscentos e oitenta e um reais), integralizado com saldo existente na conta de LUCROS ACUMULADOS referente Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA: Em decorrência da presente alteração, o Capital Social no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), dividido em 110.000 (cento e dez mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre as sócias cotistas:

SÓCIAS	COTAS	CAPITAL
Cinyra Woiski Ignácio	99.000	R\$ 99.000,00
Maria Cristina Araujo Penna	11.000	R\$ 11.000,00
TOTAL...	110.000	R\$ 110.000,00

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA: Declara a sócia administradora não estar impedida, por lei especial, e nem condenada ou encontrar-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA QUARTA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, as sócias deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

§ 1º) As deliberações sociais serão tomadas em "reunião das sócias", convocadas pela administradora, ou por qualquer sócio, quando aquele retardar a providência por mais de quinze dias.

§ 2º) As convocações serão feitas através de correspondência direta a sócia, enviada ao endereço constante no ato constitutivo da empresa, cabendo ao interessado comunicar eventual mudança.

§ 3º) A reunião torna-se dispensável quando todos as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, assim como a subscrição de todos as sócias no balanço patrimonial equivale à prestação e aprovação das contas da administração do período correspondente.

CLÁUSULA QUINTA: Os casos omissos ou pendências resultantes do presente serão resolvidos de comum acordo e, permanecendo a discórdia, as partes se valerão do compromisso arbitral, na forma da Lei nº 9.307/96.

CLÁUSULA SEXTA: À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CINYRA WOISKI IGNÁCIO, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Rene Camargo de Azambuja, nº 379, Aptº 1002, Centro, Cep nº 86.800-090, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 575.244-SESP/PR, inscrita no CPF sob o nº. 503.469.389-53 e **MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, à Rua Desembargador Clotário Portugal, nº 749, Centro, Cep nº 86.800-020, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 3.324.933-0-SESP-PR, inscrita no CPF sob o nº 672.208.789-15, sócias componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP**, com sede e foro nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, na Av. Doutor Munhoz da Rocha, 1601, Centro, Cep nº 86.800-010, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 41201617807, por despacho em sessão de 16 de Novembro de 1956, e Sexta Alteração de Contrato Social arquivado sob o nº 20083589996 por despacho em sessão de 14 de Agosto de 2008, resolvem por este instrumento particular de Alteração de Contrato Social, consolidar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de "RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP".

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem a sua sede na Av. Doutor Munhoz da Rocha, 1601, Centro, Cep nº 86.800-010, nesta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem por objeto social a "Execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer em onda média, frequência modulada, som e imagem (Televisão-geradora), onda curta e onda tropical, mediante autorização do Ministério das Comunicações e de seus órgãos competentes, na forma da Lei e da Legislação vigente".

CLÁUSULA QUARTA: Os objetivos expressos da sociedade serão as transmissões de caráter educativo, cultural e informativo, desenvolvendo, paralelamente, as promoções artísticas e de publicidade comercial, para os fins de sua manutenção e dimensionamento da própria empresa.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), dividido em 110.000 (cento e dez mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre as sócias cotistas:

SÓCIAS	COTAS	CAPITAL
Cinyra Woiski Ignácio	99.000	R\$ 99.000,00
Maria Cristina Araujo Penna	11.000	R\$ 11.000,00
TOTAL.....	110.000,00	R\$ 110.000,00

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade iniciou suas atividades em 16 de Novembro de 1956, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade é realizada pela sócia **Cinyra Woiski Ignácio**, com os poderes e atribuições de **SÓCIA ADMINISTRADORA**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização da outra sócia.

CLÁUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo as sócias, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA: As cotas são indivisíveis e não poderão ser transferidas a terceiros sem o consentimento da outra sócia, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, as sócias deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

§ 1º) As deliberações sociais serão tomadas em "reunião das sócias", convocadas pela administradora, ou por qualquer sócio, quando aquele retardar a providência por mais de quinze dias.

§ 2º) As convocações serão feitas através de correspondência direta a sócia, enviada ao endereço constante no ato constitutivo da empresa, cabendo ao interessado comunicar eventual mudança.

§ 3º) A reunião torna-se dispensável quando todos as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, assim como a subscrição de todos as sócias no balanço patrimonial equivale à prestação e aprovação das contas da administração do período correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: As sócias poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A sócia que desejar ceder suas quotas de capital deverá antes oferecer aos demais sócios, possibilitando que exerçam o direito de preferência na aquisição, mediante notificação por escrito com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade fica obrigada a cumprir todas as exigências legais e administrativas, presente ou que venha a vigorar, relativo ao serviço que se tornar permissionária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando necessário por disposição legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As quotas representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertence exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A sociedade se compromete ao disposto em todos os Decretos, Leis, Regulamentos, Portarias emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos, vigentes ou a entrar em vigor, relativos a legislação de radiodifusão do País.

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - EPP
CNPJ Nº. 75.273.029/0001-46
SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A sociedade não deterá Concessões ou Permissões para executar os serviços de radiodifusão sonora em todo o País, além dos limites fixados no Artigo 12, do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Capital social pertencente na sua totalidade a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLAUSULA VIGÉSIMA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditada qualquer sócia, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou da sócia remanescente, o valor de seus haveres será apurado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a sua sócia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Declara a sócia administradora não estar impedida, por lei especial, e nem condenada ou encontrar-se sob efeitos da condenação a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Os casos omissos ou pendências resultantes do presente serão resolvidos de comum acordo e, permanecendo a discórdia, as partes se valerão do compromisso arbitral, na forma da Lei nº 9.307/96.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Apucarana (PR), 23 de Setembro de 2014.


CINYRA WOISKI IGNÁCIO

MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA



Data de Envio:

24/09/2018 17:31:42

De:

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <coror@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

Processo n.º 53000.077023/2013-00

Mensagem:

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Cultura de Apucarana Ltda.. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.



do Goiás e Mato Grosso, segue por uma reta de azimute 99°31'55" e distância aproximada de 413,65 metros, até o ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 50°59'28,35"Wgr e 14°37'12,53"S, localizado na margem direita do Rio Araguaia, na confluência com o Córrego das Cangas; deste, segue o referido córrego no sentido montante por uma distância aproximada de 4.526,72 metros até o ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 50°57'19,57"Wgr e 14°37'37,27"S, localizado na confluência de um Córrego sem denominação com o Córrego das Cangas; deste, segue pelo referido afluente sem denominação, no sentido montante por uma distância aproximada de 1.122,51 metros até o ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 50°56'44,84"Wgr e 14°37'58,57"S, localizado na nascente do referido córrego; deste, segue por uma reta de azimute 206°15'04" e distância aproximada de 4.888,70 metros até o ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 50°57'57,10"Wgr e 14°40'21,30"S; deste, segue por uma reta de azimute 205°12'58" e distância aproximada de 8.919,46 metros até o ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 51°00'04,16"Wgr e 14°44'43,96"S, localizado na margem direita de um córrego, sem denominação, tributário da Lagoa das Cangas; deste, segue pela margem direita o referido córrego sem denominação, no sentido montante por uma distância aproximada de 6.486,26 metros até o ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 50°59'33,48"Wgr e 14°47'42,57"S, localizado na margem direita do referido córrego sem denominação; deste, segue por uma reta de azimute 179°39'19" e distância aproximada de 7.127,63 metros até o ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 50°59'32,04"Wgr e 14°51'34,56"S, localizado na confluência de dois córregos sem denominação, tributários da margem esquerda do Córrego Pinguela; deste, segue por um afluente sem denominação, no sentido montante por uma distância aproximada de 1.088,54 metros até o ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 51°00'07,00"Wgr e 14°51'27,11"S, localizado na confluência de dois córregos sem denominação, tributários da margem esquerda do Córrego Pinguela; deste, segue por um afluente sem denominação, no sentido montante por uma distância aproximada de 715,19 metros até o ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 51°00'28,89"Wgr e 14°51'35,21"S, localizado na nascente do referido córrego; deste, segue por uma reta de azimute 300°17'05" e distância aproximada de 1.507,04 metros até o ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 51°01'12,44"Wgr e 14°51'10,47"S, localizado em um afluente sem denominação, tributário da margem esquerda do Córrego Pinguela; deste, segue pelo referido afluente sem denominação, no sentido montante por uma distância aproximada de 2.566,49 metros até o ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 51°02'27,99"Wgr e 14°51'39,58"S, localizado na confluência de dois córregos sem denominação; deste, segue por um córrego sem denominação, no sentido montante por uma distância aproximada de 1.623,15 metros até o ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 51°03'19,62"Wgr e 14°51'29,09"S, localizado na nascente do referido córrego; deste, segue por uma reta de azimute 202°17'08" e distância aproximada de 815,41 metros até o ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 51°03'29,98"Wgr e 14°51'53,66"S; deste, segue por uma reta de azimute 310°06'40" e distância aproximada de 4.036,33 metros até o ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 51°08'13,25"Wgr e 14°50'28,98"S, localizado na margem direita do Rio Araguaia; deste, segue por uma reta de azimute 310°04'12" e distância aproximada de 260,21 metros até o ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 51°05'19,91"Wgr e 14°50'23,52"S, localizado no Rio Araguaia, no limite entre os Estados de Goiás e Mato Grosso; deste, segue o Rio Araguaia no sentido jusante pelo limite dos Estados de Goiás e Mato Grosso, por uma distância aproximada de 28.777,81 metros até o ponto 01, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de 75.021,27 metros.

Art. 2º A Reserva Extrativista Lago do Cedro tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 3º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados nos limites da Reserva Extrativista Lago do Cedro.

§ 1º O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata o caput deste artigo, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na Reserva Extrativista Lago do Cedro.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004410/2004-28,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. pela Portaria MVOP nº 668, de 24 de novembro de 1958, e renovada mediante o Decreto de 29 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 2 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 69, de 16 de abril de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Fortaleza Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.017898/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão originalmente outorgada à Rádio Alto Taquari Ltda. pela Portaria MVOP nº 346, de 13 de abril de 1950, e posteriormente transferida à Sociedade de Radiodifusão Fortaleza Ltda., e renovada pelo Decreto de 10 de julho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2002, e aprovado mediante o Decreto Legislativo nº 250, de 15 de abril de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001086/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. pela Portaria MVOP nº 13 de 10 de janeiro de 1955, e renovada por meio do Decreto de 25 de agosto de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 1998, aprovado mediante o Decreto Legislativo nº 90, de 12 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO DE 2006

Renova a concessão outorgada à TV Cataratas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.011758/2003-91,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 30 de setembro de 2003, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, outorgada à TV Cataratas Ltda. pelo Decreto nº 96.724, de 19 de setembro de 1988.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, sem direito de exclusividade, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021638/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda. pelo Decreto nº 51.155, de 7 de agosto de 1961, renovada mediante o Decreto de 1º de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 2 de outubro de 2001, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 835, de 8 de novembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.



DECRETO LEGISLATIVO Nº 297, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ORTIGUEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 286, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Ortigueira Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sertaneja, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 172, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sertaneja, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 299, DE 2008

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RÁDIO E TELEVISÃO OURO PRETO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de fevereiro de 2007, que outorga concessão à Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 300, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de setembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 301, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO CULTURAL ARTÍSTICO, RELIGIOSO E SOCIAL RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA SENGES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sengés, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 861, de 27 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação do Movimento Cultural, Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sengés, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 302, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SÍTIO CERCADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 792, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 303, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO PIRATINIENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 86, de 20 de março de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Piratiniense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 304, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO FREDERIQUEENSE DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 178, de 23 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Frederiqueense de Radiodifusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 305, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE OLHOS D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olhos D'Água, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 9, de 3 de janeiro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Olhos D'Água para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olhos D'Água, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO FM NOVA ALIANÇA COMUNITÁRIA DO BAIRRO JEQUEZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequié, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 816, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Fundação FM Nova Aliança Comunitária do Bairro Jequezinho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequié, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 307, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à NOVA ESTAÇÃO RÁDIOFUSÃO E PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carambei, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 104, de 2 de abril de 2007, que outorga permissão à Nova Estação Radiodifusão e Publicidade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carambei, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de setembro de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e R.B - Rádio e Televisão Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, R.B - Rádio e Televisão Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Linhares, estado do Espírito Santo.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Srs. Rodolfo Machado Moura e Lucas Cardoso de Oliveira - procuradores da R.B - Rádio e Televisão Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e a Rádio Difusora Platense Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora Platense Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santo Antônio da Platina, estado do Paraná.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Alexandre Marques Guimarães - administrador da Rádio Difusora Platense Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Estância Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Estância Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Lourenço, estado de Minas Gerais.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e José Roberto Ribeiro Jardim - administrador da Rádio Estância Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Pérola do Turi Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Pérola do Turi Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santa Helena, estado do Maranhão.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Luiz Raimundo Teixeira Lobato - administrador da Rádio Pérola do Turi Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Cultura de Guanambi Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Guanambi Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Guanambi, estado da Bahia.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sra. Karla Manuela de Oliveira Cunha - procuradora da Rádio Cultura de Guanambi Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Alagamar Rádio Sociedade Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Alagamar Rádio Sociedade Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Macaú, estado de Rio Grande do Norte.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Tarcísio Mariz Maia - procurador da Alagamar Rádio Sociedade Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santo Antônio de Jesus, estado da Bahia.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Nilton dos Santos Souza - Diretor Presidente da Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Curimatáu de Nova Cruz Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Curimatáu de Nova Cruz Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Nova Cruz, estado do Rio Grande do Norte.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Tarcísio Mariz Maia - procurador da Rádio Curimatáu de Nova Cruz Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Difusora de Itumbiara Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora de Itumbiara Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Itumbiara, estado do Goiás.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. José de Freitas Borges Neto - procurador da Rádio Difusora de Itumbiara Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Guararema Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Guararema Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Augusto César de Souza - representante legal da Rádio Guararema Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Jornal de Eunápolis Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Jornal de Eunápolis Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santa Cruz de Cabralia, estado da Bahia.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Jose Ramos Neto - administradores da Rádio Jornal de Eunápolis Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Libertadora Mossoroense Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Libertadora Mossoroense Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Tarcísio Mariz Maia - procurador da Rádio Libertadora Mossoroense Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Econol - Empresa de Comunicação Novo Nordeste Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Econol - Empresa de Comunicação Novo Nordeste Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Arapiraca, estado de Alagoas.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Maria Lucia Tenório do Nascimento - procuradora da Econol - Empresa de Comunicações Novo Nordeste Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Fundação Verdes Florestas.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Verdes Florestas.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Cruzeiro do Sul, estado do Acre.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Josimar Ferreira do Nascimento - representante legal da Fundação Verdes Florestas.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Fundação Dom Joaquim.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Dom Joaquim.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Tefé, estado do Amazonas.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sérgio Eduardo Castriani - administrador da Fundação Dom Joaquim.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Fundação Nossa Senhora Aparecida.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Nossa Senhora Aparecida.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Aparecida, estado de São Paulo.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Dom Raymundo Damasceno Assis - Presidente da Fundação Nossa Senhora Aparecida.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Cultura de Apucarana Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Apucarana Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sra. Cinyra Woiski Ignácio - administradora da Rádio Cultura de Apucarana Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rede Amapaense de Radiodifusão Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rede Amapaense de Radiodifusão Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Macapá, estado do Amapá.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.000438/2017-65, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da **RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA - ME**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Apucarana/PR, utilizando o canal n.º 297 (duzentos e noventa e sete), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 9964/2017/SEI-MCTIC.

ANEXO AO DESPACHO Nº 580/2017/SEI-MCTIC

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL

Logradouro: Rua Renê Camargo de Azambuja, nº 379	Bairro: Centro	CEP: 86800-090
Localidade: Apucarana	UF: PR	Coordenadas Geográficas: 23°S33'00,45" e 51°W27'30,39"

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro: Av. Doutor Munhoz da Rocha, nº 1601	Bairro: Centro	CEP: 86800-010
Localidade: Apucarana	UF: PR	

TRANSMISSOR PRINCIPAL (a ser informado na ocasião do licenciamento)

Fabricante:		
Modelo:	Potência de Operação: 0,07 kW	Certificação/Homologação:

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Fabricante: <div>EVOLUTION BROADCAST</div>		Modelo: <div>GK 7/8 -1</div>	Número de elementos: <div>1</div>	
Cota Base da Torre (C _{BT}): <div>872 m</div>	Altura Centro de Irradiação (H _{CI}): <div>51 m</div>	Azimute de Orientação: <div>100° NV</div>	Beam-tilt: <div>0°</div>	Ganho máximo: <div>-3 dBd</div>
Tipo: <div>Diretivo</div>		Polarização: <div>Circular</div>	ERP máxima: <div>0,031 kW</div>	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

Fabricante: KMP	Modelo: LCF 7/8"	Comprimento: 28 m
--------------------	---------------------	----------------------

Eficiência: 87,8%	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação: 1,16 dB/100m	Perdas acessórios: 0,24 dB
----------------------	---------------------------------------	----------------------------	-------------------------------

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES			
Azimute (radial) (°)	H _{SNMT} (m)*	Atenuação da antena (dB)	ERP _{AZ} (kW)
0	204	0,942	0,025
10	173	0,419	0,028
20	146	0,236	0,029
30	144	0,150	0,030
40	145	0	0,031
50	167	0,070	0,031
60	169	0,105	0,030
70	172	0,105	0,030
80	184	0,150	0,030
90	193	0,150	0,030
100	211	0,150	0,030
110	198	0,150	0,030
120	163	0,150	0,030
130	166	0,105	0,030
140	164	0,105	0,030
150	215	0,070	0,031
160	231	0	0,031
170	249	0,078	0,030
180	248	0,329	0,029
190	247	0,695	0,026
200	256	1,290	0,023
210	245	1,972	0,020
220	226	2,724	0,017
230	223	3,400	0,014
240	180	4,045	0,012
250	136	4,522	0,011
260	136	4,867	0,010
270	177	5,072	0,010
280	199	5,142	0,009
290	230	5,072	0,010
300	211	4,867	0,010
310	263	4,522	0,011
320	298	4,045	0,012
330	269	3,325	0,014
340	241	2,636	0,017
350	222	1,778	0,021
VALORES MÉDIOS:	202,81	—	0,022

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimuth considerado.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, Coordenador-Geral de Pós-outorgas, em 09/05/2017, às 14:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1860420** e o código CRC **AF2585A4**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação Geral de Pós-Outorga

Despacho N° 76/2018/SEI-MCTIC

**Publicado no D.O.U.
de 25/ 04/ 2018,
Seção: I, Página: 12**

O **DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.081745/2017-39, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 841/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 26 de dezembro de 2017, da frequência 1460 KHz, outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Apucarana, Estado do Paraná.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 02/04/2018, às 17:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2574461** e o código CRC **F12B854B**.

Referência: Processo n° 01250.081745/2017-39

SEI n° 2574461

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Alterações de Características Técnicas e Societárias

NOTA TÉCNICA Nº 21503/2018/SEI-MCTIC**Processo nº** 01250.057794/2018-31**Assunto:** ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ARQUIVAMENTO. Alteração Contratual/Estatutária.

Remessa dos autos ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização - DECEF.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado de ofício, de interesse da Rádio Cultura de Apucarana Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para frequência modulada por meio do Termo de Migração assinado em 07.11.2016 (evento SEI nº 3395144), no município de Apucarana, estado do Paraná, com vistas à regularização de sua situação cadastral junto a esta Pasta.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que foram acostadas no processo de Renovação de Outorga nº 53000.077023/2013-00 todas as Alterações Contratual realizadas pela Entidade, até a presente data, sendo elas:

- 2.1. Contrato Social (evento SEI nº 3394918, págs. 1/2);
- 2.2. 1ª Alteração Contratual realizada em 15.01.1974 (evento SEI nº 3394918, págs. 3/8);
- 2.3. 2ª Alteração Contratual realizada em 17.12.1984 (evento SEI nº 3394918, págs. 9/11);
- 2.4. 3ª Alteração Contratual realizada em 25.06.1990 (evento SEI nº 3394918, págs. 12/13);
- 2.5. 4ª Alteração Contratual realizada em 25.11.1998 (evento SEI nº 3394918, págs. 14/16);
- 2.6. 5ª Alteração Contratual realizada em 23.01.2004 (evento SEI nº 3394918, págs. 17/20);
- 2.7. 6ª Alteração Contratual realizada em 30.06.2008 (evento SEI nº 3394918, págs. 21/26);
- 2.8. 7ª Alteração Contratual realizada em 23.09.2014 (evento SEI nº 3394918, págs. 28/33).

3. Infere-se da Pasta Jurídica da Entidade que os últimos quadros societário e diretivo **aprovados** por este Ministério, nos termos da Portaria nº 004, de 12 de janeiro de 1999, aprovada pela Portaria nº 033, de 29 de março de 1999, (decorrentes da 4ª Alteração Contratual), são os seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
-------	-------	-------------

Cinyra Woiski Ignácio	27.000	27.000,00
João Miguel Ignácio	3.000	3.000,00
TOTAL	30.000	30.0000

NOME	CARGO
Cinyra Woiski Ignácio	Gerente

4. Infere-se da mesma Pasta, no entanto, que a última Alteração Contratual realizada pela Entidade conhecida por esta Ministério é a de nº 6, realizada em 30.06.2008, registrada na repartição competente em 14.08.2008. Dessa alteração, verifica-se que as composições societária e diretiva foram alteradas, conforme demonstra-se abaixo:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Cinyra Woiski Ignácio	65.874	65.874,00
Maria Cristina Araujo Penna	7.319	7.319,00
TOTAL	73.193	73.193,00

NOME	CARGO
Cinyra Woiski Ignácio	Administradora

5. Já de acordo com o que se observa do instrumento da 7ª Alteração Contratual, realizada em 23.09.2014, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 20145891232, em 26.09.2014, que dispõe sobre: aumento do capital social para R\$ 110.000,00, verifica-se que os quadros ficaram da seguinte maneira:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Cinyra Woiski Ignácio	99.000	99.000,00
Maria Cristina Araujo Penna	11.000	11.000,00
TOTAL	110.000	110.000,00

NOME	CARGO
Cinyra Woiski Ignácio	Administradora

6. Observa-se que a 7ª Alteração Contratual apresentada, apesar de independer de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, deve ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal, conforme regra prevista na alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 13.424/2017), *in verbis*:

(...) as alterações contratuais ou estatutárias deverão ser encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato, acompanhadas de todos os documentos que comprovam atendimento à legislação em vigor, nos termos regulamentares;

6.1. Por efeito, confrontadas as datas de protocolização do requerimento, no protocolo nº 01250.053918/2018-18 do processo de Renovação de Outorga nº 53000.077023/2013-00, (05.09.2018) e do registro da operação (26.09.2014), constata-se que não houve respeito ao prazo legal supracitado, razão pela qual o Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização - DECEF deverá ser provocado, com vistas à possibilidade de instauração de processo de apuração de infração.

7. Quanto aos limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67, informa-se que a Interessada e os sócios/dirigentes se mantêm respeitando os limites máximos de outorga, conforme se depreende de consulta realizada no dia 24.09.2018 ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 3395177).

8. Por fim, constatada a regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a regularização da Entidade, com anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior arquivamento, haja vista ter se esaurido a sua finalidade.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pela remessa:

- a) de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta;
- b) dos autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral, fazendo acostar à Pasta Jurídica as Alterações Contratuais relacionadas no parágrafo 2 (evento SEI nº 3394918), atualização dos sistemas pertinentes, de acordo com o exposto no parágrafo 5, e posterior remessa do feito ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS para arquivamento definitivo.
- c) dos autos ao DECEF, para a adoção das medidas cabíveis quanto ao exposto no parágrafo 6.1.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Chefe de Serviço**, em 24/09/2018, às 18:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 24/09/2018, às 18:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 24/09/2018, às 18:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3394944** e o código CRC **C81554AA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.057794/2018-31

SEI nº 3394944

BOA TARDE
Altair de Santana PereiraSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CPF**CPF:** 503.469.389-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CINYRA WOISKI IGNACIO	503.469.389-53	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	PR	Apucarana
		RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Sócio	99000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Apucarana

Usuário: anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira**Data:** 25/09/2018**Hora:** 13:29:52



BOA TARDE
Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 672.208.789-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA	672.208.789-15	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029/0001-46	Sócio	11000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Apucarana

Usuário: [anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira](#)

Data: 25/09/2018

Hora: 13:36:03

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (43) 34232055	E-mail: amcultura@net21.com.br
CNPJ: 75.273.029/0001-46	Número do Fistel: 50414398424
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	Complemento: CAIXA POSTAL 777	
Bairro: CENTRO	Numero: 1601,	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800010

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: René Camargo de Azambuja	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 379	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800090

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Doutor Munhoz da Rocha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 1601	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800014

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Apucarana	UF: PR
Latitude: -23.55	Longitude: -51.4635

Parâmetros Técnicos			
Canal: 297	Frequência: 107.3 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004407375						Número Indicativo: ZYX945					
Data Último Licenciamento: 26/09/2017						Número da Licença: 53500.073429/2017-06					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -23.55				Longitude: -51.458				Cota da base: 871 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 1000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 0.07 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 7/8"						Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM					
Comprimento da Linha: 28 m		Atenuação: 1.16 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.24 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: GK 7/8 - 1						Fabricante: Vimesa EB Gap Killer					
Ganho: -3 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 100 °		Polarização: Circular		HCI: 51 m		ERP Máximo: 0.03 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.94	10°: 0.42	20°: 0.24	30°: 0.15	40°: 0	50°: 0.07	60°: 0.11	70°: 0.11	80°: 0.15	90°: 0.15	100°: 0.15	110°: 0.15
120°: 0.15	130°: 0.11	140°: 0.11	150°: 0.07	160°: 0	170°: 0.08	180°: 0.33	190°: 0.7	200°: 1.29	210°: 1.97	220°: 2.72	230°: 3.4
240°: 4.05	250°: 4.52	260°: 4.87	270°: 5.07	280°: 5.14	290°: 5.07	300°: 4.87	310°: 4.52	320°: 4.05	330°: 3.33	340°: 2.64	350°: 1.78
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCI: m		ERP Máximo: 0.03 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	668	Portaria	MC	24/11/1958	26/11/1958	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500004382017	580	Despacho	MCTIC	09/05/2017	11/05/2017	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
8731973	338	Portaria	MC	17/03/1976	24/03/1976	Renovação	Jurídico
720071983	91822	Decreto	PR	22/10/1985	23/10/1985	Renovação	Jurídico
537400000261994	6	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
537400000261994	69	Decreto Legislativo	CN	16/04/2003	17/04/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000044102004	11	Decreto	PR	11/09/2006	12/09/2006	Renovação	Jurídico
530000044102004	300	Decreto Legislativo	CN	18/09/2008	19/09/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.002520/2017-39	560	Ato	ORLE	01/02/2017	01/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
Horário de funcionamento							

Data de Envio:

25/09/2018 14:27:36

De:

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <coror@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

Processo n.º 53000.077023/2013-00

Mensagem:

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Cultura de Apucarana Ltda.. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Anexos:

Correspondencia_Eletronica_3395206.html


Zimbra

marluce.oliveira@mctic.gov.br

Re: Processo n.º 53000.077023/2013-00

De : cgfi@mctic.gov.br

Ter, 25 de set de 2018 14:39

Assunto : Re: Processo n.º 53000.077023/2013-00 1 anexo**Para :** coror <coror@mctic.gov.br>**Cc :** Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR

Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela Rádio Cultura de Apucarana Ltda (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, na localidade de Apucarana/PR, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

At.te,

----- Mensagem original -----

De: "coror" <coror@mctic.gov.br>

Para: cgfi@mctic.gov.br

Enviadas: Terça-feira, 25 de setembro de 2018 14:27:37

Assunto: Processo n.º 53000.077023/2013-00

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Cultura de Apucarana Ltda.. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811

**Relatório do Canal - APUCARANA.pdf**

104 KB

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.077023/2013-00		
Entidade: Rádio Cultura de Apucarana Ltda.	CNPJ: 75.273.029/0001-46	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Apucarana	UF: PR
Validade da Outorga: vencida	Período: 2014-2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	evento SEI n.º 0052456, fl.2
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	evento SEI n.º 3338688, fl.2
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	OK	evento SEI n.º 3338688, fl.3
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	evento SEI n.º 3338688, fl.4
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	evento SEI n.º 3338688, fl.6
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	evento SEI n.º 3338688, fl.5
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	evento SEI n.º 3338688, fl.7

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	evento SEI n. 3338701 (contrato social); 3338702 (1ª alteração); 3338703 (2ª alteração); 3338704 (3ª alteração); 3338706, fls. 1/3(4ª alteração); 3338707 (5ª alteração); 3338708 (6ª alteração); 3338710 (7ª alteração)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n. 3338689 evento SEI n.º 3338690
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	evento SEI n.º 3338691 3338692 3338693 3338694 3338696 3338697 3338699 3338700
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 1230545
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 3248461, fl.1
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n.º 3248461, fl.3 (Federal); fl.4 (Estadual); fl.5 (Municipal)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n.º 3248461, fl.6
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI n.º 3248461, fl.2 (FGTS) fl.3 (INSS)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º 3248461, fl.7
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n. 1230562 1230563 1230564

2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE		
2.2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	Não se aplica	
2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;	Não se aplica	

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Rafael Ferreira Larcher CARGO: Coordenador de Renovação de Outorga	24/09/2018

NOTA TÉCNICA Nº 21498/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º 53000.077023/2013-00

Assunto: Renovação. Deferimento

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Cultura de Apucarana Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, referente ao período de 1.5.2014 a 1.5.2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da concessão, para a execução do serviço, se materializou nos termos da Portaria MVOP n.º 668, de 24.11.1958. A última renovação se deu por meio do Decreto s./n.º, de 11.9.2006, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 12.9.2006, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 300, de 2008, publicado no D.O.U. de 19.9.2008 (evento SEI n.º 3395341, fls.1/2). Com efeito, se verifica que a outorga se encontra vencida desde 1.5.2014.

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 10.11.2016 (evento SEI n.º3395341, fl.3). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho n.º 580, datado em 9.5.2017, publicado no D.O.U. de 11.5.2017 (evento SEI n.º3395341, fls.4/5). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do Despacho n.º 76, datado em 2.4.2018, publicado no D.O.U. de 25.4.2018 (evento SEI n.º3395341, fl.6). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. Apesar da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstas no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto n.º 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 8.11.2013).

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º, protocolizado nesta Pasta em 30.12.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal vigente à época, para manifestação de interesse na renovação era o compreendido entre os dias 1.11.2013 e 1.2.2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi tempestiva.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3394719.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR. Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º1230545). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º3338690), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Cinyra Woiski Ignácio	99.000	99.000,00
Maria Cristina Araujo Penna	11.0000	11.000,00

TOTAL	110.000	110.000,00
-------	---------	------------

NOME	CARGO
Cinyra Woiski Ignácio	Sócia Administradora

12.1. Importa consignar que as referidas composições societária e diretiva da concessionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.057794/2018-31. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 21.503/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3395580) foi constatado que a modificações implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 25.9.2018 (evento SEI n.º3398263).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos

13.2. A Sra. Cinyra Woiski Ignácio participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos.

13.3. A Sra. Maria Cristina Araujo Penna participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3398263, fls.3/5). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º 3398819).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 1.641/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3049326), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de

renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

RAFAEL FERREIRA LARCHER

Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 21.498/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 21.498/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 25/09/2018, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 25/09/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 25/09/2018, às 18:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3394739** e o código CRC **A6E07D00**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 21.498/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 668, de 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Apucarana, estado do Paraná, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., nos termos da Portaria MVOP nº 668, de 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Apucarana, estado do Paraná, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 3394739



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.077023/2013-00

INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela Rádio Cultura de Apucarana Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, referente ao período de 1.5.2014 a 1.5.2024.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 21498/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento da Rádio Cultura de Apucarana Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, referente ao período de 1.5.2014 a 1.5.2024.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 21498/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3394739):

6. A outorga da concessão, para a execução do serviço, se materializou nos termos da Portaria MVOP n.º 668, de 24.11.1958. A última renovação se deu por meio do Decreto s./n.º, de 11.9.2006, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 12.9.2006, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 300, de 2008, publicado no D.O.U. de 19.9.2008 (evento SEI n.º [3395341](#), fls.1/2). Com efeito, se verifica que a outorga se encontra vencida desde 1.5.2014.

3. De acordo com a Secretaria, a outorga foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na mesma localidade, com base no Decreto n.º 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013.

4. No requerimento protocolado em 30.12.2013 (Doc. SEI nº 0052456, fl. 2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

6. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

9. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

10. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

11. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado

artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

12. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

13. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

19. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente. O requerimento inicial, que deflagrou o presente processo, foi subscrito por Cinyra Woiski Ignácio, sócia-administradora da entidade, designada na Segunda Alteração do Contrato Social, nos termos da Cláusula Quinta (Doc. SEI nº 3338703, Protocolo nº 01250.053918/2018-18). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 3394719).

20. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

21. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Desde logo, verificamos que a interessada apresentou todas as **declarações** exigidas, conforme se verifica do Documento SEI nº 3338688, Protocolo nº 01250.053918/2018-18. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

No que diz respeito à habilitação jurídica, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações contratuais realizadas, devidamente registradas no órgão competente (Doc. SEI nº 3338701, 3338702, 3338703, 3338704, 3338706, 3338707, 3338708 e 3338710, Protocolo nº 01250.053918/2018-18) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 3338704, Protocolo nº 01250.053918/2018-18), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 21503/2018/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3395580), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Cinyra Woiski Ignácio	99.000	99.000,00
Maria Cristina Araujo Penna	11.0000	11.000,00
TOTAL	110.000	110.000,00

NOME	CARGO
Cinyra Woiski Ignácio	Sócia Administradora

12.1. Importa consignar que as referidas composições societária e diretiva da concessionária foram analisadas nos autos do Processo nº [01250.057794/2018-31](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica nº 21.503/2018/SEI-MCTIC (evento SEI nº [3395580](#)) foi constatado que as modificações implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

23. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Docs. SEI nºs , 3338691, 3338692, 3338693, 3338694, 3338696, 3338697, 3338699 e 3338700, Proc. nº 01250.053918/2018-18) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 1230545, Protocolo nº 53900.042234/2016-12). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *“Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR. Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI nº [1230545](#))”*.

24. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos

exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doc. SEI nº 3248461, fls. 2/7).

25. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA Nº 1.641/2018/SEI-MCTIC (SEI nº 3398263)**, segundo a qual *"os laudos técnicos das estações exigidos nos termos do art. 112 e inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga"*.

26. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI nº [3398263](#), fls.3/5). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI nº [3398819](#)).

27. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no **art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967**, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 25.9.2018 (evento SEI nº [3398263](#)).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos

13.2. A Sra. Cinyra Woiski Ignácio participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos.

13.3. A Sra. Maria Cristina Araujo Penna participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos

28. Por fim, quanto à questão da **adaptação da outorga** objeto deste feito, impende registrar que a adaptação de outorga de radiodifusão cujo período de vigência se encontrava expirado não se revela dotada da melhor técnica jurídica, uma vez que deveria ter sido ultimado o feito renovatório precedentemente. Não obstante, na situação em apreço, a autorização para a adaptação já é ato consolidado pela Administração, derivado de manifestação válida do poder público, devendo ser encontrada solução jurídica que garanta regularidade material e formal à situação constituída, em especial para que seja prestado o devido respeito ao interesse público, no caso, consubstanciado na expectativa de continuidade e aprimoramento técnico do serviço. Por essa razão, poderá ter prosseguimento o processo de renovação, consoante os esclarecimentos prestados pela área técnica, no sentido da inexistência de pendências no regular processo de migração:

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 10.11.2016 (evento SEI nº [3395341](#), fl.3). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho nº 580, datado em 9.5.2017, publicado no D.O.U. de 11.5.2017 (evento SEI nº [3395341](#), fls.4/5). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do Despacho nº 76, datado em 2.4.2018, publicado no D.O.U. de 25.4.2018 (evento SEI nº [3395341](#), fl.6). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. A despeito da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstos no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º,

29. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

30. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 29 de outubro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000077023201300 e da chave de acesso 62c5b470

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 187345767 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 29-10-2018 15:47. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01664/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.077023/2013-00

INTERESSADO: RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA

ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, adaptado para Frequência Modulada, no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

1. Aprovo o **PARECER N° 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 29 de outubro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC n° 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC n° 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000077023201300 e da chave de acesso 62c5b470

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 189204918 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 29-10-2018 17:36. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



PORTARIA Nº 5638/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo n.º 53000.077023/2013-00, invocando as razões presente na Nota Técnica n.º 21.498/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 668, de 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Apucarana, estado do Paraná, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 01/11/2018, às 13:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n.º 89/2014 e MCTIC n.º 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3511602** e o código CRC **A80B04E6**.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 3511602

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., nos termos da Portaria MVOP nº 668, de 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Apucarana, estado do Paraná, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 01/11/2018, às 13:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3511610** e o código CRC **5859B588**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 –
Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 44123/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA. (75.273.029/0001-46)

Av. Munhoz da Rocha, nº 1601 - Caixa Postal 777

86800-010 Apucarana-PR

Assunto: Renovação de Outorga. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação - Processo nº 53000.077023/2013-00

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.

3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 01/11/2018, às 14:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3522974** e o código CRC **7CD42027**.

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 05/11/2018 09:38:12
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 5038138
Data prevista de publicação: 06/11/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11204972	ATO PORTARIA Nº 5638_53000.077023.2013.00.rtf	502993264c1b1500 effff3cdeb3fe887	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			7,00	R\$ 231,28

Data de Envio:

05/11/2018 10:44:13

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

joaomiguel@radioculturaapucarana.com.br
cinyrawoiski@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA Prezado(a),

Ref: 53000.077023/2013-00

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui. , TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Anexos:

Oficio_3522974.html

Boleto_3526065_BOLETO_PORT_5638_53000.077023.2013.00.pdf

Comprovante_3526073_RECIBO_PORT_5638_53000.077023.2013.00.pdf

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.638/SEI, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 21.498/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 668, de 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Apucarana, estado do Paraná, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.760/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PANORAMA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 41 (quarenta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.038679/2018-68 e da Nota Técnica nº 23815/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.761/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CAPÃO BONITO, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 22 (vinte e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.058851/2018-08 e da Nota Técnica nº 24145/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.762/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SANTA CRUZ DO RIO PARDO, estado de São Paulo, por meio do canal 31 (trinta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.059024/2018-23 e da Nota Técnica nº 24385/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.763/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar REDE 21 COMUNICAÇÕES S.A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de UMUARAMA, estado do PARANÁ, por meio do canal 17 (dezessete), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.063238/2018-02 e da Nota Técnica nº 24213/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.764/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TAQUARITINGA,

estado de SÃO PAULO, por meio do canal 50 (cinquenta), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.058032/2018-52 e da Nota Técnica nº 24273/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.766/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV MÍDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TUBARÃO, estado de Santa Catarina, por meio do canal 17 (dezessete), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TV ÔMEGA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 29 (vinte e nove), no município de São Paulo, estado de São Paulo, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.042844/2018-86 e da Nota Técnica nº 24422/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.767/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO E TELEVISÃO TAUBATÉ LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MONTEIRO LOBATO, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 22 (vinte e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite..

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.054275/2018-11 e da Nota Técnica nº 23941/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.774/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar REDE 21 COMUNICAÇÕES S.A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CAMPO MOURÃO, estado do PARANÁ, por meio do canal 20 (vinte), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.060187/2018-59 e da Nota Técnica nº 24371/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.775/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TUPI PAULISTA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 41 (quarenta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.038681/2018-37 e da Nota Técnica nº 24032/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.776/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV PRIMAVERA DE CRICIÚMA LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de VIDEIRA, estado de SANTA CATARINA, por meio do canal 49 (quarenta e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.032979/2018-33 e da Nota Técnica nº 24618/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.777/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV PRIMAVERA DE CRICIÚMA LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de FRAIBURGO, estado de SANTA CATARINA, por meio do canal 50 (cinquenta), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.032978/2018-99 e da Nota Técnica nº 24562/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB



Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (43) 34232055	E-mail: amcultura@net21.com.br
CNPJ: 75.273.029/0001-46	Número do Fistel: 50414398424
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	Complemento: CAIXA POSTAL 777	
Bairro: CENTRO	Numero: 1601,	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800010

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: René Camargo de Azambuja	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 379	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800090

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Doutor Munhoz da Rocha	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 1601	
Município: Apucarana	UF: PR	CEP: 86800014

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Apucarana	UF: PR
Latitude: -23.55	Longitude: -51.4635

Parâmetros Técnicos			
Canal: 297	Frequência: 107.3 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004407375						Número Indicativo: ZYX945					
Data Último Licenciamento: 26/09/2017						Número da Licença: 53500.073429/2017-06					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -23.55				Longitude: -51.458				Cota da base: 871 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 1000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 0.07 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 7/8"						Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM					
Comprimento da Linha: 28 m		Atenuação: 1.16 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.24 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: GK 7/8 - 1						Fabricante: Vimesa EB Gap Killer					
Ganho: -3 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 100 °		Polarização: Circular		HCl: 51 m		ERP Máximo: 0.03 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.94	10°: 0.42	20°: 0.24	30°: 0.15	40°: 0	50°: 0.07	60°: 0.11	70°: 0.11	80°: 0.15	90°: 0.15	100°: 0.15	110°: 0.15
120°: 0.15	130°: 0.11	140°: 0.11	150°: 0.07	160°: 0	170°: 0.08	180°: 0.33	190°: 0.7	200°: 1.29	210°: 1.97	220°: 2.72	230°: 3.4
240°: 4.05	250°: 4.52	260°: 4.87	270°: 5.07	280°: 5.14	290°: 5.07	300°: 4.87	310°: 4.52	320°: 4.05	330°: 3.33	340°: 2.64	350°: 1.78
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0.03 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
245691958	668	Portaria	MC	24/11/1958	26/11/1958	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500004382017	580	Despacho	MCTIC	09/05/2017	11/05/2017	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
8731973	338	Portaria	MC	17/03/1976	24/03/1976	Renovação	Jurídico
720071983	91822	Decreto	PR	22/10/1985	23/10/1985	Renovação	Jurídico
537400000261994	6	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
537400000261994	69	Decreto Legislativo	CN	16/04/2003	17/04/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000044102004	11	Decreto	PR	11/09/2006	12/09/2006	Renovação	Jurídico
530000044102004	300	Decreto Legislativo	CN	18/09/2008	19/09/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000025202017-39	560	Ato	ORLE	01/02/2017	01/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000770232013	5638	Portaria	MCTIC	01/11/2018	28/11/2018	Renovação	Jurídico
Horário de funcionamento							



001-9

00190.00009 02941.021004 00079.484176 9 77190000023128

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00029410210000079484
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 25/11/2018		Valor documento 231,28	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA

Av. Munhoz da Rocha, nº 1601 - Caixa Postal 777, ----

Apucarana, PR - CEP: 86800-010

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 5038138 enviado em 05/11/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00079.484176 9 77190000023128

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 25/11/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 05/11/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 05/11/2018	Nosso número 00029410210000079484	
Uso do banco / Convênio 33804/2941021	Carteira 17 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 231,28	(=) Valor documento 231,28	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 5038138 enviado em 05/11/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA

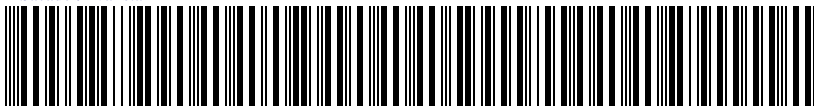
Av. Munhoz da Rocha, nº 1601 - Caixa Postal 777, ----

Apucarana, PR - CEP: 86800-010

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

DESPACHO

Processo nº: 53000.077023/2013-001

1.Tendo em vista a publicação, no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28.11.2018, da Portaria n.º 5.638, de 1.11.2018 (evento SEI n.º 3624198), por intermédio do qual o Titular desta Pasta renova, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, de âmbito regional, no município de Apucarana, estado do Paraná, remeto os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para anotação cadastral e atualização dos sistemas pertinentes.

2. Após a adoção dessas providências os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 28/11/2018, às 09:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3624211** e o código CRC **C7FF75B8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 3624211

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.077023/2013-00

Certifico que, nesta data, anexe na pasta técnica e jurídica referente à RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA, executante, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, copia da Portaria nº 5.638, de 01 de novembro de 2018. Publicada no D.O.U. em 28/ 11/ 2018, referente a renovação de outorga.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga – SEPOS.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 28/11/2018, às 14:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3627068** e o código CRC **234A1607**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 3627068



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 28/11/2018, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3627671** e o código CRC **1E43D17D**.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 3627671

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.077023/2013-00

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: CGPO

Encaminhe-se à Coordenação Geral de Pós-Outorgas, para Ratificação das informações prestadas na Nota Técnica 21498/2018 (3394739), tendo em vista a alteração da Pasta Ministerial.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/02/2019, às 12:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3829636** e o código CRC **0F0607E4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 3829636

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº 53000.077023/2013-00

Tendo em vista que:

- a) Os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido objeto destes autos, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 21498/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 3394739) e do Parecer Jurídico n.º 1132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º 3510815), respectivamente;
- b) por intermédio da Portaria nº 5638/2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 28 de novembro de 2018 (evento SEI nº 3624198), renovou-se por novo período de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná;
- c) a esta Coordenação fora remetido os autos para a adequação, em função da alteração da Pasta Ministerial, razão pela qual encaminha-se por meio deste, o texto atualizado da minuta de exposição de motivos para as providências cabíveis.

Inexistem, portanto, outras providências a serem adotadas nestes autos, restando apenas a tomada de decisão por parte da autoridade competente. Nesta conformidade opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Brasília, de

de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21.498/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), nos termos da Portaria MVOP nº 668, datada em 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)***MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 03/07/2019, às 18:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 05/07/2019, às 18:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 08/07/2019, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 09/07/2019, às 14:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4352470** e o código CRC **E7DC0B15**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 4352470

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 53000.077023/2013-00

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminha-se a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro para providências subseqüentes, tendo em vista o que consta no despacho CORAC (4352470), e informa que a EM encontra-se disponível no bloco de assinatura nº 199312.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 10/07/2019, às 14:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4395971** e o código CRC **BA64CB14**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 4395971

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.077023/2013-00

Referência:

Interessado: Radio Cultura de Apucarana Ltda (radio Cultura de Apucarana Ltda)

Assunto: Renovação. Deferimento

Trata-se de minuta exposição de motivos que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), nos termos da Portaria MVOP nº 668, datada em 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 23/08/2019, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4440108** e o código CRC **D36FC905**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 4440108

Brasília, 07 de outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21.498/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), nos termos da Portaria MVOP nº 668, datada em 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37862/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.077023/2013-00.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 09/10/2019, às 12:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4715644** e o código CRC **3FCE0212**.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

SEI nº 4715644

Usuário Externo (signatário):	Vitor Torres da Silva
IP utilizado:	200.130.17.1
Data e Horário:	23/10/2019 16:30:51
Tipo de Peticionamento:	Processo Novo
Número do Processo:	00001.007496/2019-51
Interessados:	Vitor Torres da Silva
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Documento Principal:	
- Requerimento Outorga de radiodifusão	1525000

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

Brasília, 8 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21.498/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), nos termos da Portaria MVOP nº 668, datada em 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES
E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES -
COSA

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.077023/2013-00

INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

I. Pedido de renovação da outorga formulado pela Rádio Cultura de Apucarana Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, referente ao período de 1.5.2014 a 1.5.2024.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 21498/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.

V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.

VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento da Rádio Cultura de Apucarana Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, referente ao período de 1.5.2014 a 1.5.2024.

Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 21498/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3394739):

6. A outorga da concessão, para a execução do serviço, se materializou nos termos da Portaria MVOP nº 668, de 24.11.1958. A última renovação se deu por meio do Decreto s./n.º, de 11.9.2006, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 12.9.2006, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 300, de 2008, publicado no D.O.U. de 19.9.2008 (evento SEI nº [3395341](#), fls.1/2). Com efeito, se verifica que a outorga se encontra vencida desde 1.5.2014.

De acordo com a Secretaria, a outorga foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na mesma localidade, com base no Decreto nº 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013.

No requerimento protocolado em 30.12.2013 (Doc. SEI nº 0052456, fl. 2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "*instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta*". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente. O requerimento inicial, que deflagrou o presente processo, foi subscrito por Cinyra Woiski Ignácio, sócia-administradora da entidade, designada na Segunda Alteração do Contrato Social, nos termos da Cláusula Quinta (Doc. SEI nº 3338703, Protocolo nº 01250.053918/2018-18). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 3394719).

Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º contera as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Desde logo, verificamos que a interessada apresentou todas as **declarações** exigidas, conforme se verifica do Documento SEI nº 3338688, Protocolo nº 01250.053918/2018-18. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

No que diz respeito à habilitação jurídica, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações contratuais realizadas, devidamente registradas no órgão competente (Doc. SEI nº 3338701, 3338702, 3338703, 3338704, 3338706, 3338707, 3338708 e 3338710, Protocolo nº 01250.053918/2018-18) e certidão

emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 3338704, Protocolo nº 01250.053918/2018-18), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 21503/2018/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3395580), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Cinyra Woiski Ignácio	99.000	99.000,00
Maria Cristina Araujo Penna	11.0000	11.000,00
TOTAL	110.000	110.000,00

NOME	CARGO
Cinyra Woiski Ignácio	Sócia Administradora

12.1. Importa consignar que as referidas composições societária e diretiva da concessionária foram analisadas nos autos do Processo nº [01250.057794/2018-31](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica nº 21.503/2018/SEI-MCTIC (evento SEI nº [3395580](#)) foi constatado que a modificações implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Docs. SEI nºs , 3338691, 3338692, 3338693, 3338694, 3338696, 3338697, 3338699 e 3338700, Proc. nº 01250.053918/2018-18) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 1230545, Protocolo nº 53900.042234/2016-12). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, “*Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR. Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º [1230545](#))*”.

A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doc. SEI nº 3248461, fls. 2/7).

Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA Nº 1.641/2018/SEI-MCTIC (SEI nº 3398263)**, segundo a qual “*os laudos técnicos das estações exigidos nos termos do art. 112 e inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade apta tecnicamente para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga*”.

Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulсар nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3398263](#), fls.3/5). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [3398819](#)).

Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no **art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967**, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 25.9.2018 (evento SEI n.º [3398263](#)).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos

13.2. A Sra. Cinyra Woiski Ignácio participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos.

13.3. A Sra. Maria Cristina Araujo Penna participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos

Por fim, quanto à questão da **adaptação da outorga** objeto deste feito, impende registrar que a adaptação de outorga de radiodifusão cujo período de vigência se encontrava expirado não se revela dotada da melhor técnica jurídica, uma vez que deveria ter sido ultimado o feito renovatório precedentemente. Não obstante, na situação em apreço, a autorização para a adaptação já é ato consolidado pela Administração, derivado de manifestação válida do poder público, devendo ser encontrada solução jurídica que garanta regularidade material e formal à situação constituída, em especial para que seja prestado o devido respeito ao interesse público, no caso, consubstanciado na expectativa de continuidade e aprimoramento técnico do serviço. Por essa razão, poderá ter prosseguimento o processo de renovação, consoante os esclarecimentos prestados pela área técnica, no sentido da inexistência de pendências no regular processo de migração:

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 10.11.2016 (evento SEI n.º [3395341](#), fl.3). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho n.º 580, datado em 9.5.2017, publicado no D.O.U. de 11.5.2017 (evento SEI n.º [3395341](#), fls.4/5). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do Despacho n.º 76, datado em 2.4.2018, publicado no D.O.U. de 25.4.2018 (evento SEI n.º [3395341](#), fl.6). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. A despeito da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstos no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto n.º 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 8.11.2013).

Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 29 de outubro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000077023201300 e da chave de acesso 62c5b470

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 187345767 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 29-10-2018 15:47. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES
E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01664/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.077023/2013-00

INTERESSADO: RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA

ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, adaptado para Frequência Modulada, no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

Aprovo o **PARECER Nº 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 29 de outubro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC n.º 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC n.º 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000077023201300 e da chave de acesso 62c5b470

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 189204918 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 29-10-2018 17:36. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-outorgas

NOTA TÉCNICA Nº 21498/2018/SEL-MCTIC

Processo n.º 53000.077023/2013-00

Assunto: Renovação. Deferimento

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Cultura de Apucarana Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná, referente ao período de 1.5.2014 a 1.5.2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da concessão, para a execução do serviço, se materializou nos termos da Portaria MVOP n.º 668, de 24.11.1958. A última renovação se deu por meio do Decreto s./n.º, de 11.9.2006, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 12.9.2006, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 300, de 2008, publicado no D.O.U. de 19.9.2008 (evento SEI n.º3395341, fls.1/2). Com efeito, se verifica que a outorga se encontra vencida desde 1.5.2014.

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 10.11.2016 (evento SEI n.º3395341, fl.3). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho n.º 580, datado em 9.5.2017, publicado no D.O.U. de 11.5.2017 (evento SEI n.º3395341, fls.4/5). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do Despacho n.º 76, datado em 2.4.2018, publicado no D.O.U. de 25.4.2018 (evento SEI n.º3395341, fl.6). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. A despeito da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstos no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto n.º 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 8.11.2013).

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º, protocolizado nesta Pasta em 30.12.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal vigente à época, para manifestação de interesse na renovação era o compreendido entre os dias 1.11.2013 e 1.2.2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi tempestiva.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3394719.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR. Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º 1230545). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º 3338690), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Cinyra Woiski Ignácio	99.000	99.000,00
Maria Cristina Araujo Penna	11.0000	11.000,00
TOTAL	110.000	110.000,00

NOME	CARGO
Cinyra Woiski Ignácio	Sócia Administradora

12.1. Importa consignar que as referidas composições societária e diretiva da concessionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.057794/2018-31. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 21.503/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 3395580) foi constatado que a modificações implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 25.9.2018 (evento SEI n.º 3398263).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos

13.2. A Sra. Cinyra Woiski Ignácio participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos.

13.3. A Sra. Maria Cristina Araujo Penna participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º 3398263, fls.3/5). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º 3398819).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 1.641/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3049326), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)
RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 21.498/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 21.498/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 25/09/2018, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 25/09/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 25/09/2018, às 18:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3394739** e o código CRC **A6E07D00**.

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo n.º 53000.077023/2013-00, invocando as razões presente na Nota Técnica n.º 21.498/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 668, de 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Apucarana, estado do Paraná, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº _____ - MCTIC

Brasília, _____ de _____ de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.077023/2013-00, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 668, de 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Apucarana, estado do Paraná, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 24 de outubro de 2019.

AO PROTOCOLO DA SAI, CGAP e SAG

Assunto: Apucarana/PR - RENOV/Onda Média - Rádio Cultura de Apucarana Ltda.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 1.064 2019 MCTIC.

Rodrigo Eusébio Pereira
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Eusébio Pereira, Supervisor**, em 24/10/2019, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1527921** e o código CRC **42F7F161** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****Casa Civil**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Nota Informativa nº 304/2020/AS/SAINF/SAG

Assunto: Renovação da Outorga de permissão para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Apucarana/PR**Interessado: Rádio Cultura de Apucarana Ltda. (CNPJ 75.273.029/0001-46)****Referência: EM nº 01064/2019 MCTIC, de 08/10/2019 – Processo nº 53000.077023/2013-00**

1. Trata-se da PORTARIA Nº 5.638/SEI, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018 que renova a outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Apucarana/PR, com o uso do canal 297, pelo prazo de dez anos, a partir de 01/05/2014, sem direito a exclusividade, em favor da Rádio Cultura de Apucarana Ltda, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 75.273.029/0001-46, de acordo com o disposto no § 3º do art. 33 do Código Brasileiro de Telecomunicações^[2] e nos termos do art. 110 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[3].
2. Os órgãos técnico e jurídico do Ministério se manifestaram favoráveis ao ato de renovação da outorga de permissão nos termos da Nota Técnica nº 21498/2018/SEI-MCTIC, de 25/09/2018, (527916), com o registro pelo deferimento do pedido de renovação da outorga; e pelo Parecer Jurídico nº 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU de 29/10/2018 (527911)^[4], opinando pela viabilidade jurídica do pedido de renovação e a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
3. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 10.11.2016 (evento SEI 3395341, pg.4).
4. No Relatório do Canal que integra o MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro (Módulos de radiodifusão - SCR)^[5], disponível em: http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac5624914&state=FM-C4, verificou-se constar nos campos de Histórico de Documentos Emitidos os registros dos atos referentes ao processo.
5. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do Ministério, em especial a informação consignada pela Nota Técnica nº 21498/2018/SEI-MCTIC, e ponderando que a eventual necessidade de atualização do MOSAICO não impede o prosseguimento da matéria, esta assessoria não identificou óbices ao encaminhamento da matéria ao Senhor Presidente da República para posterior envio de mensagem ao Congresso Nacional, em conformidade com o § 1º do art. 31 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[6], uma vez que o ato de renovação da outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, observada a necessária oitiva da Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Brasília/DF, 24 de março de 2020.

À consideração superior,

CICERO COELHO DE A. ROCHA FILHO

Assessor

De Acordo,

JOSÉ CRUZ FILHO

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Aprovo. Encaminhe-se à Subchefia para Assuntos Jurídicos,

RODRIGO AUGUSTO RODRIGUESSubchefe Adjunto Executivo, Substituto^[7]^[1] Publicada no DOU de 28/11/2018.^[2] Instituído pela Lei nº 4.117, de 27/08/1962.^[3] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31/10/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.^[4] Aprovado pelo Despacho nº 01664/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 29/10/2018, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - Delegação de Competência

atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

[5] O Mosaico é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[6] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com [redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#), combinado com a competência da Secretaria de Radiodifusão do MCTIC em coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, de pós-outorga e de renovação ([Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019](#)).

[7] Portaria nº 110, de 13/03/2020 - Publicado em: 16/03/2020 | Edição: 51 | Seção: 2 | Página: 4

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 75.273.029/0001-46 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/08/1988
NOME EMPRESARIAL RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) Mosaico		PORTAL EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.19-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
ENDEREÇO AV DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA	NÚMERO 1801	COMPLEMENTO Mosaico
CEP 88.800-010	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO APUCARANA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (48) 3422-1227
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) Mosaico		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/04/2001
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL Mosaico		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL Mosaico

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/03/2020 às 20:44:27 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	75.273.029/0001-46
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$110.000,00 (Cento e dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CINYRA WOISKI IGNACIO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/03/2020 às 20:46 (data e hora de Brasília).



Documento assinado eletronicamente por **Cícero Coelho de Abreu Rocha Filho, ASSESSOR**, em 24/03/2020, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Cruz Filho, Subchefe Adjunto (DAS 101.5)**, em 25/03/2020, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Dias Varella, Subchefe**, em 25/03/2020, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1796746** e o código CRC **F5390867** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 08 de maio de 2020.

C E R T I D A Õ

Processo nº 53000.077023/2013-00.

Brasília, 08 de maio de 2020.

Analisando os autos do Processo nº 53000.077023/2013-00, que versa sobre RENOVAÇÃO da outorga de serviços de radiodifusão, foram observados os seguintes documentos, que balizarão a análise por esta Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ:

- Exposição de Motivos nº: 01064/2019-MCTIC
- Tipo de Serviço:
 - ☐ Rádio Comunitária - Renovação da outorga
 - ☒ Rádio Comercial FM – Renovação da outorga
 - ☐ Rádio Educativa – Renovação da outorga
 - ☐ Radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) – Renovação da outorga
- Entidade: Rádio Cultura de Apucarana Ltda.
- CNPJ nº: 75.273.029/0001-46
- Número da Nota Técnica MCTIC, com posição favorável à renovação da outorga: 21498/2018/SEI-MCTIC, de 25/09/2018
- Número do Parecer da Consultoria Jurídica do MCTIC, com posição favorável à renovação outorga: 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU de 29/10/2018
- Portaria MCTIC nº: 5.638/SEI, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018, que renova a outorga a partir de 01/05/2014

- Data de publicação da Portaria MCTIC de renovação no DOU: 28/11/2018.

Uma vez presentes os documentos acima, o processo encontra-se em condições de ser enviado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição.

Ana Beatriz Fumian Gomes
Estagiária
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Fumian Gomes, Estagiário(a)**, em 08/05/2020, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1875564** e o código CRC **20346A9D** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53000.077023/2013-00 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 53000.077023/2013-00.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970835** e o código CRC **7AE2CE5B** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53000.077023/2013-00

INTERESSADA: RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 21498/2018/SEI-MCTIC e do Parecer nº 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio Cultura de Apucarana Ltda (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Apucarana/PR, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024 (SUPER 3394739 e 3510815).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, no Diário Oficial da União do dia 28 de novembro de 2018, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 3624198). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 21498/2018/SEI-MCTIC (SUPER 3394739).
3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 11040424, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 03/08/2023, às 13:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/08/2023, às 14:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/08/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/08/2023, às 13:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11040420** e o código CRC **4798FE4E**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (11040424)

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

Documento nº 11040420

MINUTA

* MINUTA DE DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21498/2018/SEIMCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, publicada em 28 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), nos termos da Portaria MVOP nº 668, datada em 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 03/08/2023, às 13:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 03/08/2023, às 14:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 03/08/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/08/2023, às 13:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11040424** e o código CRC **D5501A12**.

Referência: Processo nº 53000.077023/2013-00

Documento nº 11040424



EM Nº 197/2023/MCOM

Brasília, 04 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21498/2018/SEIMCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, publicada em 28 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), nos termos da Portaria MVOP nº 668, datada em 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 16:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047453** e o código CRC **1D11B282**.

Ofício Interno nº 39654/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (11047453)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DERAP_MCOM (11040420), encaminho a Exposição de Motivos (11047453), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 24/08/2023, às 18:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047457** e o código CRC **3CDE56F0**.

Ofício Interno nº 40881/2023/MCOM

Brasília, 31 de agosto de 2023.

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11047453)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 5638/2018/SEI-MCTIC (3624198), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11047453), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 31/08/2023, às 11:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11090135** e o código CRC **4670EA18**.

Brasília, 6 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21498/2018/SEIMCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018, publicada em 28 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA. (CNPJ nº 75.273.029/0001-46), nos termos da Portaria MVOP nº 668, datada em 24 de novembro de 1958, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Apucarana, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 26531/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.077023/2013-00.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 08/09/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11102461** e o código CRC **BFF0C6D2**.

Usuário Externo (signatário):	Helenucia Bezerra de Araujo
Data e Horário:	23/10/2023 10:57:29
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	53000.077023/2013-00

Interessados:

Radio Cultura de Apucarana Ltda, Na Localidade De Apucarana/PR

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Despacho DOU Coordenação de Renovação de Outorga de R	4667602
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	4667603
- Exposição de Motivos Nº 197/2023/MCOM	4667604
- OFICIO Interno nº 39654/2023/MCOM	4667605
- OFICIO Interno nº 40881/2023/MCOM	4667607
- Exposição de Motivos nº 00563/2023 MCOM	4667608
- OFICIO Nº 26531/2023/MCOM	4667609

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53000.077023/2013-00

Nota SAJ - Radiodifusão nº 309 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53000.077023/2013-00

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53000.077023/2013-00, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [\[1\]](#), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA**, CNPJ nº 75.273.029/0001-46, na localidade de **Apucarana/PR**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Para fins de instrução processual, foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, conforme disposto na **NOTA TÉCNICA** Nº 21498/2018/SEI-MCTIC (1527916), tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências,

tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [\[2\]](#) a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [\[3\]](#). O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [\[4\]](#).

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53000.077023/2013-00, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Adjunta de Infraestrutura

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[\[1\]](#) A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[\[2\]](#) Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[\[3\]](#) RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do*

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 24/05/2024, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 29/05/2024, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 29/05/2024, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 29/05/2024, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5760699** e o código CRC **369CFCB9** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 340/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53000.077023/2013-00.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00563/2023 MCOM, de 6 de Setembro de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Apucarana (PR).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00563/2023 MCOM (4667608), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53000.077023/2013-00, acompanhado da [Portaria nº 5.638, de 1º de novembro de 2018](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, no município de Apucarana, estado do Paraná, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 75.273.029/0001-46, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 01132/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (1527911), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - Nota Técnica nº 21498/2018/SEI-MCTIC, de 25 de setembro de 2018 (1527916), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCTIC)^[3], ratificada pelo Despacho (4667602), de 04 de agosto de 2023, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 24 de setembro de 2018 (1525000, p. 264), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	75.273.029/0001-46
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$110.000,00 (Cento e dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CINYRA WOISKI IGNACIO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	MARIA CRISTINA ARAUJO PENNA
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 04/06/2024 às 11:45 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização posterior dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 2024.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS
Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM) conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de

informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 05/07/2024, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 05/07/2024, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Secretário Especial substituto**, em 05/07/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5790557** e o código CRC **1A8D9F87** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.077023/2013-00

SUPER nº 5790557

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>